



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CÂMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

**ORDENAMENTO TERRITORIAL E COMPLEXO SUCROENERGÉTICO: PERSPECTIVAS DA CANA-
DE-AÇÚCAR EM ITUMBIARA (GO)**

CATALÃO (GO)

2014

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

**ORDENAMENTO TERRITORIAL E COMPLEXO SUCROENERGÉTICO: PERSPECTIVAS DA CANA-
DE-AÇÚCAR EM ITUMBIARA (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Estudos Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira

CATALÃO (GO)

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Deve ser solicitada junto a Biblioteca do campus Catalão/UFG

TERMO DE APROVAÇÃO

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

Ordenamento territorial e complexo sucroenergético: perspectivas da cana-de-açúcar em Itumbiara (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre.

Catalão (GO), fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira - Orientador
Universidade Federal de Goiás – CAC/UFG

Profa. Dra. Estevane Mendes - Membro
Universidade Federal de Goiás – CAC/UFG

Prof. Dr. José de Lima Soares - Membro
Universidade Federal de Goiás – CS/CAC/UFG

DEDICATÓRIA

Para minha mãe, Elizabete Silva Cavalcante, que em meio a braços e abraços, quentes e tenros soube aliviar minhas crises respiratórias e advindas dos múltiplos flagelos de persistentes e infernais crises asmáticas.

Ao meu pai, Valdeci Vasconcelos Cavalcante, expressão viva e concreta das desterritorialidades e que só o subdesenvolvimento foi capaz de produzir em nosso Nordeste Brasileiro.

Este brasileiro de corpo açoitado pelo terrorismo de um Estado militaresco.

Para minha irmã Dely, lindamente teimosa, esperançosa e fonte de muitas das minhas inspirações.

Aos meus irmãos Alessandro, Fernando, Júnior, Cristian, Anderson e Demetrius.

Aos camponeses de Sampaio, Bico do Papagaio, Tocantins. Gente tão simples e tão detestada, tão amigos e tão ameaçadores. Que os pequenos sejam indóceis... Sempre!

Para Karol que me fez ver coisas que, tão somente, não via.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira, que aceitou o desafio de orientar-me e que, definitivamente, o fez com muito compromisso intelectual e científico, com contribuições certeiras, objetivas e evidentemente elucidativas. Obrigado!

Da mesma forma, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, pelos muitos ensinamentos, pelas observâncias e pelo desvelamento cristalino do muito amplo e complexo mundo da fascinante e imprescindível ciência geográfica que nos ajuda a ver o mundo como, de fato, é: mundo em movimento. Saibam todos, que vos tenho eternamente no melhor das minhas lembranças e recordações.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado, gente brava, persistente e corajosa. Em especial, ao Robinho (Goiatuba) e a Juliana (Morrinhos), andantes e companheiros dessa pós-graduação. Parceiros, motivadores e que entre cansaços, preocupações e problemas outros jamais abriram mão do bom humor, da partilha e da boa convivência.

Para Rita Paula, amiga e companheira de todas as horas, sem a qual, este trabalho teria me dado muito mais trabalho.

Agradeço ainda a Manoel da Conceição, Ana Flávia Garcia, Bacurau, José Paulo Netto, Sergio Lessa, Antonio Thomaz Júnior, Robson Moraes, Wesley Borges, Marcelo Mendonça, Daisy Caetano, Deanne Telles e Polli Oliveira.

Agradeço também a Karl Marx, Friedrich Engels, Guy Debord, Proudhon, Bakunin, Tolstoi, Rosa Luxemburg, Antonio Gramsci, Mauricio Tragtenberg, Vladimir Lênin, Ernesto Guevara, Ruy Mauro Marini, Milton Santos, Bertha Becker, Aziz Ab'Saber, Leonardo Boff, Frei Betto, Darci Ribeiro, Jacob Gorender, Paulo Freire, Atílio Borón, Emir Sader, Luís Gonzaga, Lênine, Zeca Baleiro, Chico Buarque, Caetano Veloso, Seu Jorge, Ana Carolina, Queen, Phil Collins, Bezerra da Silva, 14 Bis, Zé Renato, Renato Braz, Maria Gadu, Raul Seixas, Skank, Itamar Assunção, Pixinguinha, Vinicius de Moraes, Toquinho, Maria Betânia, Gilberto Gil, Bob Marley, Ira, Legião Urbana, Plebe Rude, Titãs, Marisa Monte, Paulinho da Viola, Paulinho Moska, Belchior, Geraldo Azevedo, Alceu Valença, Elomar, Xangai, Juraíldes da Cruz, Pádua, Pinduca, Chico César, Papete, Adoniram Barbosa, Mano Borges, Falamansa, Carlos Santana, Led Zepelin, Scorpions, Guns and Roses, César Nascimento, Tião Carrero, Maiakósvsky, Charles Aznavour, Carlos Drummond de Andrade, Sebastião Salgado, Yamandú Costa, Heloisa Esser, Helena Esser, Ricardo Antunes, Adalberto Franklin, Herivelto Marques, Patativa do Assaré, Francisco Carvalho, Elio Petri, Costa-Gavras, Catia Costa, João Maria, ao movimento de Economia Solidária, ao Centro de Cultura Social.

A todos os colegas e alunos da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Itumbiara, dentre outros.

RESUMO

O setor sucroenergético é uma novidade neste começo de século e milênio no Brasil. Definitivamente, não se restringe a, tão somente, plantar e processar cana de açúcar e, a partir daí, gerar, além do álcool, elementos derivados como o bagaço e que, depois de queimado, converte-se em energia elétrica. O novo desta atividade econômica e que se converte em instituição é, sobretudo, a produção de uma subjetividade e que, sem a devida acuidade intelectual, não será percebida. O moderno cultivo da cana de açúcar produz um tipo próprio de urbanidade, possui a capacidade de dar forma a sociabilidades e tipos próprios e específicos de interações sociais que, ao fim e ao cabo, servirão objetivamente ao seu movimento gerador de rendas e mais-valor. De outro modo, a cana de açúcar deste começo de milênio além da relação com as clássicas *commodities*, perpassa pelo muito considerável montante financeiro e orçamentário investido, pelos recursos dinamizados e encadeados, pela multiplicidade dos interesses aí envolvidos e pela refundação, nada social ou democrática, de uma relação envolvendo o público e privado e que, inevitavelmente, redefine o próprio sentido de propriedade. Finalmente, a força nova e renovadora do setor sucroenergético reside e é renovada no atributo essencial do constructo de percepções, sentidos, sensibilidades e formas próprias de ser e de estar na cidade. A pesquisa trata, sobretudo e, principalmente dessa sintonia que o setor conseguiu constituir com as várias dimensões sociais e econômicas da qual é parte para, finalmente, garantir força e potência para o segmento da qual é integrante privilegiado, o agronegócio. Essa sintonia, alicerçada desde os locais em que as usinas são instaladas e que, a partir de rigorosos formatos organizativos e hierarquizados, consegue envolver todas as localidades e recursos aí relacionados em seu movimento produtivo uniformizador e de muito dura hierarquização. Nesses termos, este fenômeno é assaz presente em Itumbiara, cidade de porte médio, situada no extremo sul do Estado de Goiás e que teve toda a sua territorialidade revirada à luz e aos interesses socioterritoriais do cultivo canavieiro. Desse movimento antimoderno tem-se um espantoso deslocamento demográfico interno de modo a, praticamente, eliminar as áreas do rural familiar, convertendo-as em enclaves pitorescos e irrisórios em meio ao mar doce de lavouras de cana de açúcar. De outro modo, essa pesquisa busca situar o avanço, consolidação e permanência da cana de açúcar na historicidade política e econômica e que, finalmente irá dar substância efetiva para os tempos presentes na cidade de Itumbiara. Finalmente, os efeitos e desdobramentos desse fenômeno são o objetivo central deste estudo e sua incidência sobre a cidade, sobretudo a cidade dos mais pobres.

Palavras-chave: Economia. Ordenamento Territorial. Complexo sucroenergético. Itumbiara (GO)

ABSTRACT

The sugarcane industry is a new beginning of this century and millennium in Brazil. Definitely not limited to, alone, plant and process sugar cane and, from there, generating, besides alcohol, derived elements such as bagasse and that, after being burned, converted into electricity. The new economic activity and that this becomes an institution is primarily the production of subjectivity and that without proper intellectual acuity, will not be noticed. Modern cultivation of sugar cane produces its own type of urbanity, has the ability to shape and sociability own specific types of social interaction which, after all, objectively serve their motion generator rents and surplus value. Otherwise, sugarcane beginning of this millennium beyond the relationship with the classical commodity permeates the very considerable financial and budgetary amount invested by Streamlined and linked resources, the multiplicity of interests involved therein and the refounding, nothing social or democratic, a relationship involving the public and private and that inevitably redefines the very meaning of ownership. Finally, the new and renewing power of the sugarcane industry resides and is renewed in essential attribute of the construct of perceptions, senses, sensibilities and their own ways of being and living in the city. The research deals primarily and mainly this line that the industry could be with the various social and economic dimensions of the part which is to ultimately ensure strength and power for the segment which is privileged member, agribusiness. This line, based from the places where the plants are installed and, from strict organizational and hierarchical formats, can involve all localities and al related resources standardizing its production and movement too harsh hierarchy. In these we have, this phenomenon is rather present in Itumbiara, medium-sized city located in the extreme south of the state of Goiás and had all his territoriality rollover to light and socio-territorial interests of the sugarcane cultivation. This anti-modern movement has built up an astonishing demographic shift so as to virtually eliminate the areas of family cottages, converting them into quaint and ridiculous enclaves amid the sweet sea of sugar cane fields. Otherwise, this research seeks to situate advancement, consolidation and persistence of sugarcane in policy and historicity and that will finally provide effective substance for the present times in the city of Itumbiara. Finally, the effects and consequences of this phenomenon are the central aim of this study and its impact on the city, especially the city of the poor.

Key works: Economy. Spatial Panning. Sugarcane complex. Itumbiara (GO)

LISTA DE FIGURAS, QUADRO E TABELA

Figura 1	Região Sul Goiano (2013).....	27
Figura 2	Localização do Município de Itumbiara (GO) – 2013.....	28
Figura 3	Localização do Município de Itumbiara no Cerrado Brasileiro (2013).....	30
Figura 4	Áreas de Planejamento de Goiás (2013).....	31
Quadro 1	Faixa de idade.....	32
Figura 5	Ranking da Economia dos Principais Municípios de Goiás – 2012.....	70
Tabela 1	Estimativa da redução do número de empregados dos setores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool no Estado de São Paulo.....	151
Tabela 2	População de Itumbiara.....	167
Figura 6	Áreas de plantio de cana-de-açúcar em Itumbiara (GO) – 2002.....	171
Figura 7	Áreas de plantio de cana-de-açúcar em Itumbiara (GO) – 2012.....	172
Figura 8	Infográfico da área plantada com cana de açúcar em Goiás nos anos de 2006 e 2010.....	173
Figura 9	Aspecto gráfico da dinâmica de ocupação das usinas de processamento de cana-de-açúcar – 2007.....	174

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Avenida Benjamin Constant, Região Central de Itumbiara, Goiás.....	35
Fotografia 2	Avenida Paranaíba, Praça da República, Centro de Itumbiara, Goiás.....	34
Fotografia 3	Centro Comercial de Itumbiara. Região Central, Praça da República. Itumbiara, Goiás.....	34
Fotografia 4	Diversidade Territorial – Acampamento de Ciganos <i>Calons</i> . Av. Celso Maeda, Itumbiara, Goiás.....	35
Fotografia 5	Córrego Trindade. Curso d’água que, canalizado, cruza todo o município e desagua no Rio Paranaíba. Itumbiara, Goiás.....	35
Fotografia 6	Córrego Trindade. Curso d’água que, canalizado, cruza todo o município e desagua no Rio Paranaíba. Itumbiara, Goiás.....	36
Fotografia 7	Rio Paranaíba, Itumbiara, Goiás. No plano superior, a tradicional Ponte Afonso Pena e chaminé da Usina Alvorada em Araporã (MG).....	36
Fotografia 8	Antiga máquina de aragem utilizada nos campos de Itumbiara e exposta na empresa John Deere, Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	37
Fotografia 9	Antigo trator utilizado nos campos de Itumbiara e exposta na empresa John Deere na Av. Modesto de Carvalho. Itumbiara, Goiás.....	38
Fotografia 10	Trator moderno e informatizado já operando nos campos de Itumbiara. Item exposto na empresa John Deere na Av. Modesto de Carvalho. Itumbiara, Goiás....	38
Fotografia 11	Ex-prefeito e pecuarista, já falecido, Modesto de Carvalho.....	39
Fotografia 12	Publicidade. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	40
Fotografia 13	Publicidade. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	40
Fotografia 14	Publicidade. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	41
Fotografia 15	Publicidade. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	41
Fotografia 16	Publicidade. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	42
Fotografia 17	Antiga silagem. Um tempo pretérito de produção. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	42
Fotografia 18	Antiga máquina de aragem e de semeio. Empresa Oimasa, Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	43
Fotografia 19	Selaria. Expressão do tempo e que resiste ao próprio tempo.....	43
Fotografia 20	Empresa Oimasa, representante da multinacional Massey Ferguson em Itumbiara. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	44
Fotografia 21	Ponto de recebimento de grãos da Empresa Caramuru. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	44
Fotografia 22	Empresa de comércio de sementes. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás...	45
Fotografia 23	Mundo econômico que produz formas e estilos próprios envolvendo todas as manifestações culturais. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	45

Fotografia 24	Atividades comerciais e informais de implementos agrícolas.....	46
Fotografia 25	Comércio informal de implementos agrícolas. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.	46
Fotografia 26	Empresa Maudi. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	47
Fotografia 27	Empresa Maudi. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	47
Fotografia 28	Concessionária de camionetes. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	48
Fotografia 29	Galpão da antiga COPRIL (Cooperativa dos Produtores de Itumbiara Ltda.). Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	48
Fotografia 30	Antigo ponto de comercialização de soja. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.....	49
Fotografia 31	Colheitadeiras de cana. Pátio da Empresa New Holland. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.	49
Fotografia 32	Pátio de manutenção da empresa de máquinas e tratores New Holland. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás.	50
Fotografia 33	Placa publicitária de fomento estatal situada na Empresa Caramuru.....	51
Fotografia 34	Empresa Caramuru – Uma das maiores empregadoras do Município de Itumbiara (GO).....	52
Fotografia 35	Unidade de Produção da Norte-Americana Pioneer. Itumbiara (GO).....	53
Fotografia 36	Unidade da Usina BP Biocombustíveis. Itumbiara (GO).....	53
Fotografia 37	Caminhão da Usina BP Biocombustíveis em atividade em uma de suas lavouras de cana. Itumbiara (GO).....	54
Fotografia 38	Fazenda alugada à BP Biocombustíveis para o semeio da cana.....	54
Fotografia 39	Transporte de trabalhadores para as frentes de cana nos campos da BP Bioenergia.....	55
Fotografia 40	Transporte de trabalhadores para as frentes de cana nos campos da BP Bioenergia. O transporte ininterrupto desses trabalhadores é cena comum em Itumbiara (GO).....	55
Fotografia 41	“Avenidas de cana” típicas da BP Bioenergia e o transporte de trabalhadores.....	56
Fotografia 42	Campo de cana na chamada “parte alta” da cidade, em direção ao Município de Cachoeira Dourada.....	56
Fotografia 43	Campo de cana na chamada “parte alta” da cidade, em direção ao Município de Cachoeira Dourada.....	57
Fotografia 44	Placa indicativa do vizinho município de Inaciolândia e dimensões físicas do “Polígono Canavieiro”.....	57
Fotografia 45	Fazenda Marília, de propriedade do atual Prefeito de Itumbiara, Chico Balla (PTB) e alugada para o plantio da cana-de-açúcar.....	58
Fotografia 46	Imagem ampliada da Fazenda Marília do atual Prefeito de Itumbiara e alugada para o plantio da cana-de-açúcar.....	58

Fotografia 47	Sede da Câmara Municipal de Itumbiara, Praça da República, Itumbiara, Goiás....	59
Fotografia 48	Prefeitura Municipal de Itumbiara. Sem qualquer projeto local de regulamentação da atividade canavieira.....	60
Fotografia 49	Câmara Municipal de Cachoeira Dourada (GO).....	61
Fotografia 50	Entrada da Empresa Cargill. BR-153. Itumbiara (GO).....	61
Fotografia 51	Vista externa da Empresa Cargill. BR-153. Itumbiara (GO).....	62
Fotografia 52	Empresa Louis Dreyfus Commodities. BR/153. Itumbiara (GO).....	62
Fotografia 53	Empresa Japonesa Suzuki. Entrepasto Comercial. BR-153/Itumbiara, Goiás.	63
Fotografia 54	Placa publicitária do Governo do Estado acerca de suas políticas de fomento industrial em Goiás. Beneficiada em questão, a japonesa Suzuki.....	64
Fotografia 55	Vista Externa da Montadora de Veículos Suzuki. BR-153. Itumbiara (GO).....	64
Fotografia 56	Posto Fiscal Juscelino Kubitschek, no limite entre os Estados de Goiás e Minas Gerais ou os Municípios de Itumbiara (GO) e Araporã (MG).....	65
Fotografia 57	Placa indicativa da Usina Alvorada. Araporã (MG).....	66
Fotografia 58	Usina Alvorada. Araporã (MG).....	67
Fotografia 59	Usina Alvorada. Araporã (MG).....	67
Fotografia 60	Lavoura de cana-de-açúcar na chamada parte alta da cidade. Itumbiara (GO).....	71
Fotografia 61	Máquina de pulverização de herbicidas com baixa capacidade de produção e que oferece riscos a saúde do trabalhador.....	72
Fotografia 62	Trabalhador demonstrando as condições de realização do seu trabalho	73
Fotografia 63	Equipamento de pulverização carente de manutenção. Itumbiara/GO	73
Fotografia 64	Máquina de pulverização de defensivos agrícolas	74
Fotografia 65	Trabalhador demonstrando as tecnologias da máquina em que opera	75
Fotografia 66	Paisagem típica de veredas. Itumbiara (GO)	75
Fotografia 67	Paisagem típica de veredas. Itumbiara (GO)	76
Fotografia 68	Campo típico lavrado pela cana-de-açúcar. Itumbiara (GO)	76
Fotografia 69	Trabalhador demonstrando as tecnologias da máquina em que opera.....	77
Fotografia 70	Painel de operações da máquina dispersora de agrotóxicos.....	77
Fotografia 71	Painel com disponibilização de “GPS” para precisão e acuidade na produção canavieira.....	78
Fotografia 72	Antena instalada nos campos de cana da BP Bionergia. Comunicação e Monitoramento. Itumbiara, Goiás.....	79
Fotografia 73	Paisagem típica de veredas. Itumbiara (GO).....	171
Fotografia 74	Paisagem típica de veredas. Itumbiara (GO).....	171

Fotografia 75	Campo típico lavrado pela cana-de-açúcar. Itumbiara (GO).....	172
Fotografia 76	Típico campo de cana-de-açúcar. Itumbiara (GO).....	172
Fotografia 77	Típico campo de cana-de-açúcar. Itumbiara (GO).....	173
Fotografia 78	Usina Hidrelétrica de Itumbiara/FURNAS. Itumbiara (GO).....	174
Fotografia 79	Vista da Usina Hidrelétrica de Itumbiara. Itumbiara (GO).....	174
Fotografia 80	“Avenida” de canaviais na saída para o vizinho Município de Buriti Alegre. Itumbiara (GO).....	175
Fotografia 81	Campo de meia colheita com “socas” de cana a serem utilizadas na produção de bioenergia. Saída para o Município de Buriti Alegre. Itumbiara, Goiás.....	175
Fotografia 82	“Soca” de cana para aproveitamento na produção da chamada bioenergia. Saída para o Município de Buriti Alegre. Itumbiara, Goiás.....	176
Fotografia 83	Estrada margeando canaviais. Saída para o Município de Buriti Alegre. Itumbiara, Goiás.....	177
Fotografia 84	Campo de plantio de cana-de-açúcar. Saída para o Município de Buriti Alegre. Itumbiara, Goiás.....	177
Fotografia 85	Campo de plantio de cana-de-açúcar. Saída para o Município de Buriti Alegre. Itumbiara, Goiás.....	178
Fotografia 86	Plantação de milho na área urbana. Cachoeira Dourada (GO).....	178

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC – Campus Catalão

CCAMA - Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CNM - Confederação Nacional de Municípios

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

EUA – Estados Unidos da América

GO – Goiás

ha – hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudo Sócio-ambientais

IMB - Instituto Mauro Borges

Km – Quilômetro

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Plano Nacional de Agroenergia

PNB - Produto Nacional Bruto

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRORENOVA - Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SEPIN - Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas

SIC – Secretaria de Indústria e Comércio

SUREG – Superintendências Regionais

t – toneladas

TO – Tocantins

UFG – Universidade Federal de Goiás

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNICA - União da Indústria da Cana de Açúcar

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	EPISTEMOLOGIA E APREENSÃO DO FENÔMENO GEOGRÁFICO.....	19
2.1	Descrevendo uma territorialidade.....	19
2.2	O <i>Locus</i> e suas inter-relações.....	26
2.3	Dimensões econômicas do setor sucroenergético de Itumbiara.....	69
2.4	Da opção histórica.....	87
2.5	Da dialética do território.....	91
2.6	Do território e de seus conteúdos.....	96
2.7	Desenvolvimento e tempo geográfico.....	105
3	ATIVIDADE ECONÔMICA E CONCEITOS SÓCIO-TERRITORIAIS.....	116
3.1	Geografia crítica e mundo.....	116
3.2	Economia e Geografia na conformação de novas espacialidades.....	125
3.3	Do Estado e de formas de regulação.....	135
4	PRODUÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA CANA EM ITUMBIARA (GO)	144
5	CONSIDERAÇÕES.....	186
6	REFERÊNCIAS.....	191

1 INTRODUÇÃO

O Cerrado é e continua sendo um dos principais biomas do Brasil e mesmo do mundo em função de sua biodiversidade e das muitas manifestações culturais daí surgidas. É uno e diverso, íntegro e coeso, aglutinador e difusor de formas, sentidos e percepções próprias. Trata-se de um universo polimórfico em pleno e ininterrupto movimento e resultante de milhões e milhares de anos de evolução que culminou em uma tipologia ambiental única.

Pela ação antrópica, mediada e impulsionada pela técnica, às áreas de Cerrado se acham imersas em dois dilemas básicos para sua continuidade como Bioma original, quais sejam: as dinâmicas advindas da organização a partir do latifúndio e a modernização capitalista vinculada aos movimentos planetários da expansão do próprio capital. No caso brasileiro, as extensões do Cerrado só são menores do que o Bioma Amazônico e transversaliza de forma definidora todo o território nacional. Em outro sentido, nenhum outro Bioma aglutina tantas unidades da federação do que o Cerrado.

Importante, nestes termos, é tentar, de algum modo, expressar a importância da sua presença e que, bem mais do que física é objetivamente existencial, representativa e simbólica nas múltiplas formas manifestantes e que marcam tão profundamente os povos habitantes do Cerrado na medida em que gera referências, identidades e sociabilidades próprias e específicas.

Esta pesquisa trata de bastante curioso fenômeno que se processa no Cerrado Brasileiro: a atividade sucroenergética. Em verdade, nasce e é inspirada a partir das experiências pessoais do pesquisador com a vida e os amiúdes da gente do Cerrado desde a Região do Bico do Papagaio (TO), na pequena cidade de Sampaio, da qual é oriundo, em Augustinópolis ou nas localidades aí circunvizinhas, perpassando por Imperatriz, no Sul Maranhense, onde camponeses vinculados a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão (CCAMA), iniciativa empreendida e organizada pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) por meio, sobretudo, da liderança do camponês Manoel da Conceição e que, sem qualquer hesitação, bradam aos quatro cantos do mundo que, definitivamente, o Cerrado não é mercadoria.

De outra maneira, a compreensão do cultivar da cana-de-açúcar em seu nível mais elevado e elaborado, qual seja, enquanto complexo sucroenergético. Expediente produtivo de evidente complexidade que alça a “cana *cerradeira*” para o nível ou estrato do fetichizado nível internacional, para o âmbito da divisão internacional do trabalho e que, cana por cana,

corte por corte e moagem a moagem, reafirma e intensifica mesmo ordenamento e divisão do qual o Brasil é parte integrante.

Trata-se do nível econômico e globalizado da concorrência pela via das tecnologias de ponta e dos cartéis planetários que ditam matrizes energéticas a serem desenvolvidas. Trata ainda da notória incapacidade do Brasil de encadear, de forma sustentável e responsável o horizonte do crescimento e desenvolvimento econômico com a manutenção e continuidade de nossos biomas.

Este é ainda, o nível da lógica rentista internacional que busca imobilizar seus fundos e investimentos em favor, por exemplo, de empreitadas de especulação e esgotamento ambiental que, em primeiro, potencializa o latifúndio, o agronegócio ou a agricultura empresarial de tipo exportação, mas que também, não descuidando da imprescindível dimensão política, dá forma para, por exemplo, a certa bancada ruralista, reação moderna do ruralismo quinhentista a governar, ainda hoje o claudicante Parlamento Brasileiro.

Em conformidade com esta perspectiva é preciso considerar que aqui se trata, também, do Cerrado Brasileiro lançado a esmo na ingovernabilidade econômica a envolver, determinar e condicionar as trocas comerciais mundo afora e que, portanto, não admite, pela própria organicidade e elementos constitutivos, quaisquer sortes de impeditivos para a sua reprodução generalista, ampliada e desincompatibilizada de investimentos concretos e materiais e que dão forma para as economias do trabalho.

Sendo assim, as áreas de Cerrado, bem como toda a sua biodiversidade, entra em tal processo como a principal *commodity* a viabilizar a produção e reprodução do próprio complexo canavieiro. Não é o comércio facilitado da cana-de-açúcar e de seus derivados, fartos de financiamentos públicos ou benesses fiscais concedidas pelo Estado, mas é o combinado com dispositivos e recursos oferecidos pelo Cerrado e que, quase nunca é posto ou incorporado nos custos de produção, o elemento de competitividade da cana-de-açúcar Brasileira.

De forma segura, em cenário evidentemente hipotético, se os custos ecológicos e ambientais do complexo canavieiro fossem agregados ao produto final da cana, nossa cana *made in Brazil* seria invendável. Certamente, seus custos seriam de tal forma, elevados, que o negócio da “cana brasileira” ou de seus derivados estariam objetivamente fora de questão.

Assim, o que se pretendeu para esta pesquisa foi identificar as alterações mais significativas e representativas que o complexo sucroenergético de Itumbiara (GO) impôs para o município, não só a cidade como forma espacial evidentemente localizada, mas a

cidade como histórico projeto societário que se perde, se fragmenta e, desafortunadamente, se vê dissociada de sua biologia original, de seu mundo natural, do seu Cerrado.

O que se defende é que a sucroenergia produzida em Itumbiara possui especificidades, singularidades que, por suas características e conformações arregimentam toda a cidade, bem como todas as suas estruturas produtivas em uma curiosa dinâmica produtivista a serviço, direta ou indiretamente, do próprio complexo.

Sem essa arregimentação, um tipo de fordismo ou *neofordismo* que se realiza nos serviços e labores da agroindústria, o complexo agroindustrial não acontece nem em sua forma clássica de mera produtora de energia ou bioenergia, tampouco em seu fundamental viés gerador de percepções, sensibilidades e sociabilidades a ser implementado no cotidiano da vida social da própria cidade de Itumbiara.

Destaque, no início destas abordagens, deve ser dado para o amplo e definitivo movimento de redução, para níveis ínfimos, senão para a própria eliminação das propriedades familiares rurais, e que, por conseguinte, possibilita e mobiliza aquilo que comumente se classifica por agricultura familiar.

Importante considerar que o fiar diário e permanente da economia de tipo familiar assentado conseqüentemente no exercício laboral e ininterrupto que grupos familiares realizam em torno da pluriatividade das agriculturas originais e familiares, dá vida, forma e unidade para uma sociabilidade evidentemente distinta, demarcada por praticas, usos e costumes fundamentais e fundantes não só para a vida no campo, mas e, principalmente, para o próprio sentido de cidade.

A produção familiar confere para a cidade mais do que bens e serviços ancorados na economia de tipo primário. Economia esta, permeada de técnicas e procedimentos constituídos em tempos pretéritos, mas e, fundamentalmente, esse modo de ser e estar no mundo, com amplo e vivido esteio de tipos e manifestações originais, garante, por mais incrível que possa parecer, procedimentos e tipos existenciais que permitem o próprio mundo social que irá, em seguida, dar forma relacional para a cidade.

De outro modo, a dimensão do rural é central e, esta centralidade evidentemente decisiva, ultrapassa os limites da produção material propriamente dita. Como universo simbólico e imaterial é o referencial primeiro no amplo e inconcluso movimento de geração e *re-geração* da cidade e do urbano.

Importante considerar, neste sentido, que as atividades produtivas do rural não se limitam aos fazeres parcimoniosos orientados por processos e procedimentos que integram de forma mais harmônica, tempos produtivos que envolvem desde a utilização de artifícios

artesanal até o manuseio de tecnologias mais modernas o que já é bastante importante, sobretudo para os atuais debates que envolvem a chamada segurança alimentar mas, é preciso considerar nesse processo, a geração de tipos humanos muito mais integrados, por meio de realidades de maior homogeneidade e de proximidade ambiental.

Não é exagero dizer que a vida rural com seus expedientes e formas de se realizar e ser na relação com a natureza é a forma produtiva que melhor dialoga e interage com o Cerrado e suas múltiplas formas. Que fique claro que não se propugna aqui, uma compreensão idealizada ou ingênua do mundo rural. É certo que essas formas produtivas carecem de melhor entendimento, pesquisas e investimentos, contudo, é certo que suas práticas lançam bases fundamentais para modelos socioambientais mais equilibrados e integrados.

Para esse intento é preciso considerar que o entendimento das alterações sócio-espaciais do município de Itumbiara a partir da lógica de organização da sucroenergia é ter claro que existem elementos novos como a ampla migração interna e que se deixe claro o que implica na elevação direta dos preços do solo urbano por intermédio de vigoroso movimento de especulação e que cria um tipo novo de periferia, mais desarticulada, fragmentada e dissociada das possibilidades e dos equipamentos urbanos. De modo que a pesquisa em causa foi constituída a partir do estudo de documentos especializados e que comprovam as anomias surgidas a partir do negócio canavieiro hegemônico e uniformizador. Neste sentido, se registre expressiva quantidade de visitas nas áreas de produção de cana e nas gerências e administrações destas mesmas áreas no intuito de compreender as dinâmicas estabelecidas, metas a serem atingidas e no movimento inconcluso por maior expansão.

Esse trabalho está estruturado em cinco partes: A primeira parte ou parte introdutória apresenta aspectos elementares e axiais para a abordagem primeira da pesquisa. No capítulo dois, dedicada às epistemologias que fundam este estudo, é apresentada uma revisão conceitual sobre a temática em causa e suas inter-relações de maior importância.

No capítulo três, são expostas as categorias e perspectivas fundamentais para o entendimento do território. No capítulo quatro se procura expor e demonstrar os elementos e resultados fáticos e empíricos da investigação e, finalmente, no capítulo cinco, se discute as considerações essenciais e definidoras da pesquisa onde estarão presentes algumas das descobertas da investigação.

2 APREENSÃO DO FENÔMENO GEOGRÁFICO

A identificação de um objeto de análise exige método adequado e persistência analítica a fim da sua definição. A atividade canavieira que será convertida em amplo complexo sucroenergético possui historicidade e se desenvolve a partir de uma articulação de forças ou influências que se juntam em favor da constituição dessa nova realidade econômica e geográfica visando, por conseguinte, a manutenção de sua lógica de reprodução no espaço geográfico.

2.1 Descrição territorial

As formas epistemológicas a serem utilizadas na busca da compreensão de um fenômeno dado representam condições centrais para a garantia de consistência teórica para o próprio e amplo movimento de descrição de um fenômeno em causa.

De outro modo, descrever é, por assim dizer, revelar, tornar claro, perceptível e inteligível aos sentidos humanos um algo que ocorre nas amplas e complexas teias da existência, visando garantir que este mesmo fenômeno, evento ou acontecimento ganhe *corpus* científico e, finalmente, seja apropriado pelo homem em seu constante movimento pela apreensão do real.

O real que o cerca e envolve, produz implicações e condicionantes das mais diversas e diferentes maneiras, mas também, que é alterado, transformado e conformado pelas mesmas ações e atividades humanas, sejam elas conscientes ou não.

Neste sentido, desde este começo, se afirma e se assume o inquietante e central problema de revelar e descrever dinâmicas, sejam elas de que ordem, natureza, proporção e dimensões forem, porque dinâmicas são singularidades e, portanto, realidades únicas.

Em um paralelo, abordar quaisquer tipos de dinâmicas é descrever, como citado, aspectos únicos, ocorrências específicas eminentemente condizentes com a totalidade da qual são partes e se acham inscritas. Nessa conformidade, tratar dinâmica como objeto de estudo é antes, potencializar problemas, é buscar algo que, *per si*, se encontra inexoravelmente em pleno e permanente movimento, posto que a condição fundamental da dinâmica é justamente o movimento. Assim, se trata de apreender o que está em movimento, portanto, com suas variáveis sendo modificadas infinitamente.

Seguramente, tão importante quanto o esforço por descrever esta ou aquela dinâmica, é empreender análises no sentido da identificação das forças que garantem a dinâmica, que asseguram sua ocorrência e procedência, ou seja, o que “dinamiza” a dinâmica,

o que potencializa esse processo, que forças, condições ou elementos se articulam para tornar dinâmico este ou aquele fenômeno.

Outro aspecto a ser considerado para os estudos aqui propostos é que tornar um algo desconhecido, uma “coisa”, objeto de estudos é, objetivamente, garantir alteração de suas características. Afinal, como se sabe, o ato reflexivo, a observação, gera, inevitavelmente, alterações no objeto observado pelo fato, de que aquele que observa, o observador, inegavelmente é também parte ativa do processo de observação. De acordo com Demo (1995):

Objeto construído significa relação diversa entre sujeito e objeto, a começar pela sua problematização. Não é da ordem do discurso formal, do retrato, mas do diálogo, do confronto. O sujeito é incapaz de apenas descrever, retratar o objeto como se fosse mera fotografia. Aliás, esta imagem é feliz, porque sequer fotografia “objetiva” existe que apenas retrate a realidade; depende da qualidade do filme e da máquina, das condições ambientais objetivas e subjetivas, do fotógrafo, que pode fazer obra de arte ou simples “cópia”. Na realidade social há no fundo coincidência entre sujeito e objeto, já que o sujeito faz parte da realidade que estuda. Assim, não há como estudar de fora, como se fosse possível sair da própria pele para ver-se de fora. (DEMO, 1995, p. 28)

Desta maneira e buscando garantir coerência e inteligência para essa pesquisa e, de pronto, assumindo riscos e problemas que sempre envolvem os desafios da observação científica, tem que é fundamental eleger caminhos ou perspectivas que, notadamente, são aqui considerados como de importância central para o esforço por tornar claro esse objeto de pesquisa, qual seja, a descrição da moenda moderna, suas dimensões, sua lógica e sua economia ou, em linguagem corrente, revelar os fundamentos e a organicidade do complexo sucroenergético do município de Itumbiara (GO), com suas marcas e caracteres essenciais e que, ao seu modo e estilo geram conformação, dinâmica e conceituações novas para tudo aquilo que outrora se considerava ser campo e cidade.

Uma das questões principais a se abordar diz a respeito a nomenclatura utilizada a fim da designação de um fenômeno que segue se alterando sob as mais distintas formas e influências. Em outro sentido é, de fato, correto a utilização da terminologia “complexo sucroenergético” para a descrição de um cenário hiperdinâmico e de amplas e alargadas proporções e consequências sobre a vida de um sem-número de pessoas neste pedaço transacionado de Cerrado?

Por que não o categórico “complexo agroindustrial” ao invés da terminologia adotada desde o título desta pesquisa, “complexo sucroenergético”? De outro modo e eventualmente, seja mais apropriada a terminação “complexo canavieiro” para uma narrativa mais exata acerca de um ordenamento produtivo que tem como centro a cana-de-açúcar, essa biomassa geoestratégica e que tem, indubitavelmente, seus meios, meios de processamento e

industrialização, diga-se de passagem, profundamente alterados e que, por esta perspectiva, altera, por conseguinte, seus próprios fins.

Definitivamente, as oculares da gestão econômica do País miram para seus fins e que são, exatamente, os derivados da cana. A cana, como tal, perde, de fato, parte estratégica de seu centro geográfico e econômico para tornar-se, de certa forma, uma periferia produtiva. Para tornar-se dimensão marginal, por exemplo, da promissora agroenergia que segue se ampliando em todos os campos de cana do País.

Do bagaço advindo da moagem da mesma cana e vem se firmando como combustível imprescindível para a ampla gama de caldeiras fartamente espraçadas em todas as suas agroindústrias; mas também nas fibras que se apresentam com possibilidades diversas; em suas fermentações de níveis distintos e apresentam alternativas para se converterem em diversos outros produtos.

De outro modo, a cana-de-açúcar apresenta um rol de possibilidades ainda a serem explorados. Efetivamente, as incapacidades tecnológicas e de pesquisas do país comprometem essas mesmas possibilidades por isso e por essas relações, uma virtude converte-se em vício na medida em que tempos e oportunidades históricas são perdidas ou descuidadas dando lugar, portanto, ao atraso, a dependência e ao continuísmo econômico retardatário, predador e insustentável do ponto de vista ambiental e, por conseguinte, de um ordenamento social e societário isonômico e justo.

Acerca da nomenclatura utilizada, de fato e assumidamente, não é trabalho de fácil lida, sobretudo, considerando as amplas e atuais latitudes do cultivo contemporâneo da cana-de-açúcar. Contudo, em análise morfológica do termo justaposto “sucroenergético”, tem-se o termo “*sucro*” (do francês: *sucré*) que quer dizer açúcar e que antecede, não casualmente, o termo “energético”.

Coerentemente e seguindo a própria proposta e linearidade do termo, a coerência da categoria se processa, se expande e se complexifica, exatamente a partir do elemento principal (sucro/açúcar) que anuncia o seu derivado (energia/energético), da mesma forma que, de certa feita, anunciou o álcool, recordando o sucroalcooleiro e ainda hoje utilizado. Tal qual a atividade produtiva, a energia ou itens afins são posteriores a cana-de-açúcar *in natura* e que, historicamente, era produzida para a produção de açúcar.

O que se tem é uma *commodity* agrícola, a cana-de-açúcar, e que se converte pela ação da técnica em *commodity* industrial, álcool ou energia elétrica. Nesse sentido, a construção teórica perpassa pelo termo explicativo e que alude, em primeiro, para uma perspectiva histórica e que se justifica e deita suas raízes como primeira atividade econômica

de efetiva expressão no Brasil, qual seja, a cana-de-açúcar e que permanece institucionalizada nas atividades econômicas do país para, em seguida, externar à luz do tempo presente, a primordial função da mesma cana de açúcar, no caso descrito, a produção de energia.

É importante recordar o trabalho de Freyre (1933) em sua *magna opus* Casa Grande & Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal (1933) quando busca compreender e interpretar o Brasil a partir do muito complexo universo da cana-de-açúcar combinado com o trabalho escravo. Essa empresa intelectual épica e indispensável para a compreensão do Brasil nos revela a importância da cana-de-açúcar e de suas dinâmicas históricas, de sua amplitude, importância e formas de presença na vida nacional.

Em perspectiva sintética tem-se que são dois termos que se conjugam. Tem-se o radical de origem latina “*sucro*” que é o elemento a derivar um pós-fixo surgido no próprio sentido de derivação: a energia/energético. São derivações advindas do açúcar e, a bem da verdade, nesse estágio sequer é açúcar, posto se tratar da cana-de-açúcar e não do item industrializado: açúcar.

Finalmente, não é uma construção casual ou se refere a um movimento aleatório de palavras a se organizarem sob as influências superestimadas de todo um novo acervo de dispositivos tecnológicos de produção. Definitivamente esse arranjo teórico reflete um tempo, suas contradições e suas técnicas, bem como a necessidade, sobretudo, política por parte dos setores dominantes envolvidos com o setor a fim da ampliação, mesmo que simbólica, dos próprios níveis técnicos da nomenclatura em causa a fim do soerguimento de percepções e representações mentais bastante próprias acerca do cultivo da cana de açúcar contemporânea e de seus fins.

É uma terminologia técnica, enfática e estrategicamente técnica, contudo, é também e, principalmente, uma engenhosidade vocabular, uma opção política por uma forma de compreensão e de entendimento acerca desta atividade. Está-se a falar de termo autoexplicativo, que induz, alude e articula meio e fim com precisão e convencimento.

No que respeita a sempre presente problemática energética no Brasil é preciso afirmar que a imagem e mensagem dos chamados “apagões” é algo presente no imaginário da população. De fato, é possível se constatar que nos últimos quinze anos, o país sofreu sistematicamente com ondas de blecaute. Sem tergiversação, este cenário cria na consciência coletiva formas próprias de entendimento qual seja a de que energia no Brasil é, ainda hoje, um ponto frágil e de grande instabilidade em nossas estruturas e logísticas.

Segundo o jornal¹ O ESTADÃO:

1999 - Mais de 60% do território nacional foi atingido pelo blecaute de março de 1999, que teve início em uma subestação de energia elétrica da Cesp em Bauru (SP). O problema atingiu dez Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, Acre e parte do Paraguai. A versão oficial para o problema foi a queda de um raio na subestação de Bauru; **2001/2002** - Nos últimos dois anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil conviveu com o medo de um grande apagão. Investimentos insuficientes nos anos anteriores, somados à falta de chuvas, fizeram com que o País tivesse de cortar 20% dos gastos com energia. Foi criado um Ministério do Apagão para gerenciar a crise. Um racionamento "voluntário" de energia foi determinado: consumidores que atingissem as metas de economia seriam premiados, enquanto aqueles que não conseguissem reduzir seu consumo seriam punidos. Em 2002, o racionamento foi suspenso; **2005** - No início de janeiro, um grande blecaute atingiu os Estados do Rio e Espírito Santo, afetando mais de 3 milhões de pessoas. O problema ocorreu em duas linhas de transmissão da central de Furnas, que desligaram sem motivo aparente. Uma terceira já estava desligada, por causa da demanda menor no mês. Com apenas uma linha em funcionamento, o sistema entrou em colapso. Em abril, Furnas foi multada em R\$ 4,1 milhões pela falha; **2007** - Em 2007, Furnas foi o pivô de mais um apagão no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, provocado pela queda de duas linhas de transmissão. (ESTADÃO, 11 nov. 2009).

Este breve histórico de “apagões” revela, pelo menos, em parte, o tamanho da problemática a envolver o setor energético brasileiro que, por curiosa e dramática combinação de fatores, toma de assalto o cotidiano da população com repentinas quedas ou baixas de energia. Definitivamente, este quadro cria um amplo ambiente, psicológico e mental especificamente favorável para as justificativas dessa nova forma alargada e ampliada de produção de energia.

E, complementar a esse processo, tem-se ainda, e não menos importante, políticas e programas como o chamado “Luz para Todos²” do Governo Federal. Programa criado em 2003 que tem por objetivo levar energia elétrica para, segundo dados do próprio Governo Federal, pelo menos dez milhões de brasileiros viventes nas chamadas áreas rurais do País. Não, por acaso, áreas rurais.

É preciso considerar que o “energético” do “sucroenergético” pedagógica e propositadamente busca se relacionar, sobretudo, para seus interesses comerciais e empresariais que decisivamente carecem de legitimação social e pública, com a eletrificação pura e simples. Essa é a sua representação de maior impacto e importância.

É, por assim dizer, uma pedagogia que altera o conteúdo das categorias de análise para seus fins. Trata-se de uma muito refinadíssima operação intelectual que visa a memória das pessoas, a lembrança social que, sem a qual, todo o aparato visual e de *marketing* que

¹ Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/cidades,conheca-o-historico-dos-grandes-apagoes-brasileiros,464614,0.htm>. Acesso em: 18 jan. 2014.

² Disponível em: <luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp> Informação acessada em 14 jan. 2014.

envolve e deve envolver o cultivo da cana-de-açúcar fica comprometido, comprometendo, por conseguinte a própria lógica de expansão sobre as imprescindíveis áreas rurais dos vários Campos Brasileiros.

Da mesma maneira, os efeitos do gigantismo canavieiro são de tão grande monta e expansão que seu movimento metaboliza de forma profundamente impactante nas formas originais de organização e conformação dos espaços urbanos, dando forma, vazão e dinâmica para atividades econômicas ou sub-econômicas como o trabalho precário, insalubre e de riscos, o acúmulo de capital pelo trabalho aviltado e descaracterizado e, finalmente, a muito bem sucedida especulação imobiliária feita pela ação pensada, inteligente e articulada de agentes econômicos, públicos e privados, que, em seus mínimos, aprofunda os fossos da chamada divisão espacial do trabalho.

Finalmente, como se percebe, a monocultura canavieira moderna ou pós-moderna ou mesmo antimoderna é um universo multifacetado e em amplo movimento que opera desde aquilo que, para muitos de nós, não possui relevância ou importância. Que atua desde as subjetividades individuais e coletivas até a conformação ou reformatação de grandes aglomerados ou conglomerados socioespaciais.

É esta engenharia de sentidos e percepções que, fundamentalmente se apropria da palavra por intermédio de re-feituras administrativas de maneira a repensa-las, dando-lhe, por conseguinte, novo conteúdo, nova sensibilidade, simbologia e ilustramento e, portanto, novas relações para que assim, como que em uma inovadora alquimia de terminologias, possa conferir à maior e mais agressiva monocultura já realizada na seara brasileira nova identidade, compreensão e assimilação social a partir de ideias ou representações afeitas com modernidade, sustentabilidade e necessidade e imperativo energético. Neste sentido, afirma Bourdieu (2012):

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2012, p. 11, grifos do autor).

Esta “mágica corporativa” acontece para que, assim, seus papéis sejam, enfim compreendidos, não como de fato são, mas que procedam na dimensão do ideológico, como espectro do real, como simulacro. De fato, condição determinante para o bom curso dos negócios e empreendimentos do cultivar canavieiro.

É que, como já sabido, diferentemente dos combustíveis fósseis que, de fato, se afirmaram como matriz energética, posto a multiplicidade de itens daí surgidos, não restritos somente à condição de combustível para o sem-número de veículos *flex* e amplamente espalhados nas ruas, avenidas, estradas e passagens de todo o País, os combustíveis não renováveis convertem-se em plásticos, cosméticos, tintas, remédios, fibras, ligas, metais, compostos químicos, dentre outros. Estágio ainda, não alcançado pela cana-de-açúcar ou similares.

Destarte, a produção de cana envolve e gera grandes e profundos impactos ambientais e sociais, causando conseqüentemente o empobrecimento dos solos e das águas, a migração e/ou expulsão e mesmo a extinção de uma complexa biota, a contaminação do ar, alteração dos microclimas, dentre outros choques, além de alterar a dinâmica antropológica local/regional.

Neste paralelo, é parte da pedagogia e da comunicação do cultivo canavieiro acontecer no sentido da sua aceitação pública ou social, daí a opção vocabular por termos ou categorias fundamentalmente técnicas e que são estrategicamente pensadas a fim da minimização dos impactos e que todas as monoculturas produzem, sobretudo, no imaginário social e cultural da sociedade humana.

Efetivamente, tem que o município de Itumbiara, e aqui se está a falar das suas instituições, sobretudo de Governo, se situa e se comporta de forma bastante singular na dinâmica produtiva do complexo sucroenergético. Opera como mero agente mediador a tão somente viabilizar o ingresso e a expansão da atividade no território Municipal. Expressão dessa posição é a ausência de qualquer legislação local de regulação ambiental envolvendo a cana. Conforme se verificara toda ela e em suas várias dimensões, acontece vinculada ou está subvinculada a essa atividade.

Não é exagero dizer, portanto, que antes da monocultura da cana-de-açúcar propriamente dita existir é preciso antes, o estabelecimento de monoculturas políticas, sobretudo políticas, e que garantirão o consenso, a uniformização social e as condições diversas e essenciais para a realização do complexo sucroenergético.

Porque envolve seu território, suas gentes, suas empresas e negócios, sua política e as próprias formas de ocupação dos espaços urbanos e rurais e que, de outra maneira, são expressões pontuais ou localizadas das tendências ou dinâmicas e que representa o universo sucroenergético que se realiza na municipalidade na mesma medida e proporção em que realiza a própria municipalidade.

2.2 O Locus e suas inter-relações

A opção por compreender o complexo sucroenergético do município de Itumbiara (GO), que também e principalmente é um polo produtor de energia, advém do entendimento de que tal atividade, por sua grandeza, polivalência e abrangência gerou e continua a produzir uma pletera de rupturas na mesma dinâmica e cadência que cria novas conexões a partir das intersecções, em geral frágeis e incipientes e que envolve as relações campo/cidade.

Da mesma maneira, o complexo sucroenergético elabora novas instituições, possibilita interações, dá coerência para novos sentidos, instaura proximidades e sociabilidades. Em síntese, o múltiplo universo da cana-de-açúcar em seu estatuto de universo complexo tem por atributo central e de maior relevância o expediente de superar realidades na mesma medida e potência que mantém e produz outras que mais e melhor lhe permite potência, viabilização e aprofundamento em suas variantes institucionais.

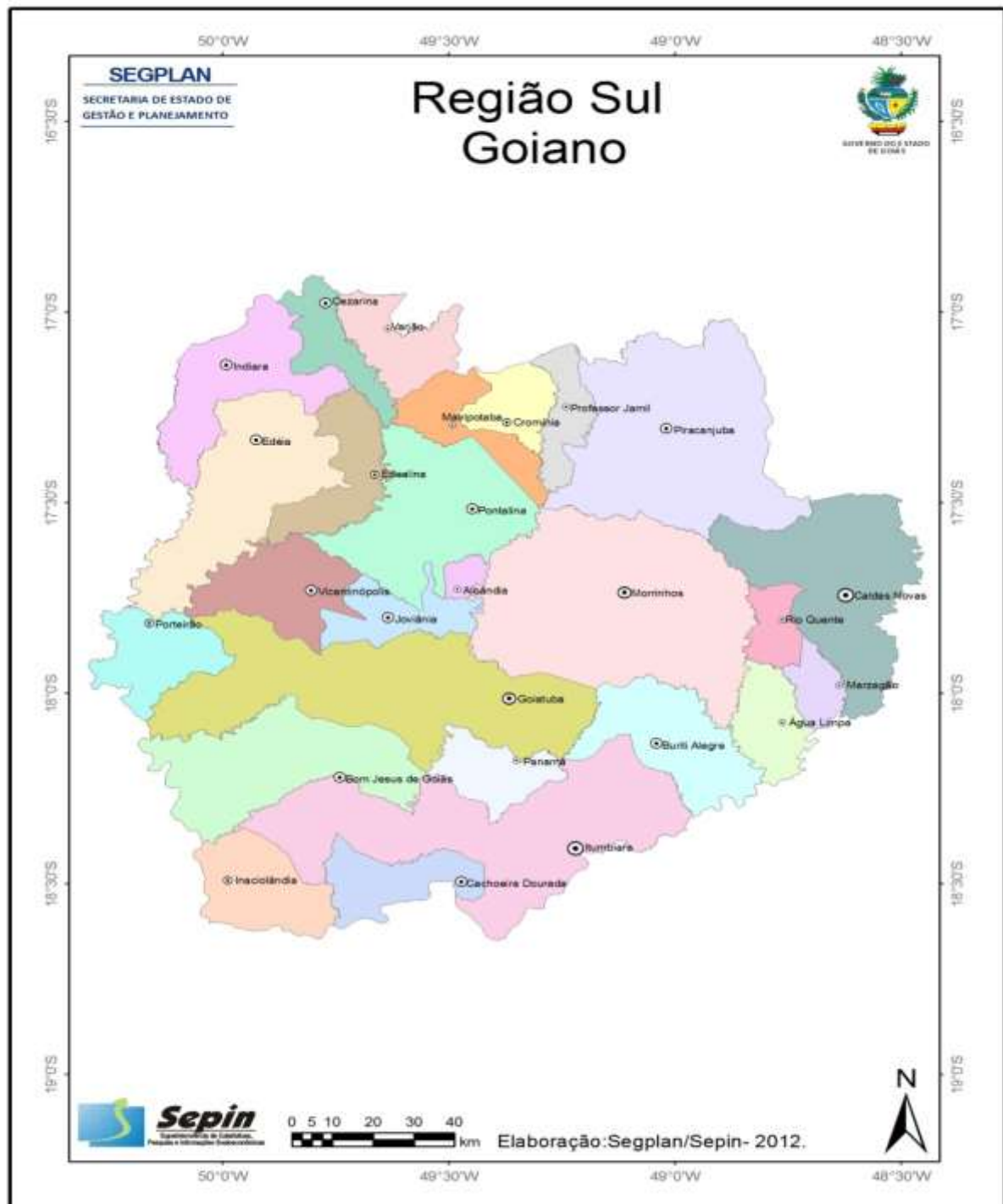
Finalmente, cabe descrever o município de Itumbiara no espaço/tempo para a identificação das mudanças de maior relevância percebidas com a assunção da cana-de-açúcar em seu território. O município de Itumbiara surge do desmembramento do vizinho município de Morrinhos (GO), com a Lei de criação no. 349, de 15 de julho de 1909.

Com área de 2.462,93km², que representa 0,72% de toda a área do Estado de Goiás (340.111,78km²) o Município faz limite com os municípios Goianos de Buriti Alegre, Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Inaciolândia, Panamá e com o Estado de Minas Gerais, mais especificamente com a mesorregião mineira do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e tendo como fronteira natural o Rio Paranaíba.

Está situado na região de planejamento³ Sul Goiano e que conta com vinte e seis Municípios (Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cezarina, Cromínia, Edealina, Edéia, Goiatuba, Inaciolândia, Indiará, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente, Varjão e Vicentinópolis). A Região Sul Goiano compreende, dessa forma, 25.121,88km² ou 7,39% de toda a área do Estado de Goiás, como pode-se ver nas Figura 1 e 2.

³ As Regiões de Planejamento do Governo do Estado, em número de 10 (dez), foram definidas segundo os critérios abaixo. São integrantes da Lei do PPA 2004/2007. São elas: Região Metropolitana de Goiânia (20 municípios); Região Centro Goiano – Eixo BR 153 (31 municípios); Região Norte Goiano (26 municípios); Região Nordeste Goiano (20 municípios); Região Entorno do Distrito Federal (19 municípios); Região Sudeste Goiano – Estrada de Ferro (22 municípios); Região Sul Goiano (26 municípios); Região Sudoeste Goiano (26 municípios); Região Oeste Goiano (43 municípios) e Região Noroeste Goiano (13 municípios).

Figura 1 - Região Sul Goiano (2013)



Fonte: Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (2013).

Figura 2 - Localização Município de Itumbiara (GO) - 2013



Org.:CAVALCANTE, A. S. (2013). **Cartografia**: ARAGÃO, A. L. Aragão (UFG/IESA, 2013).

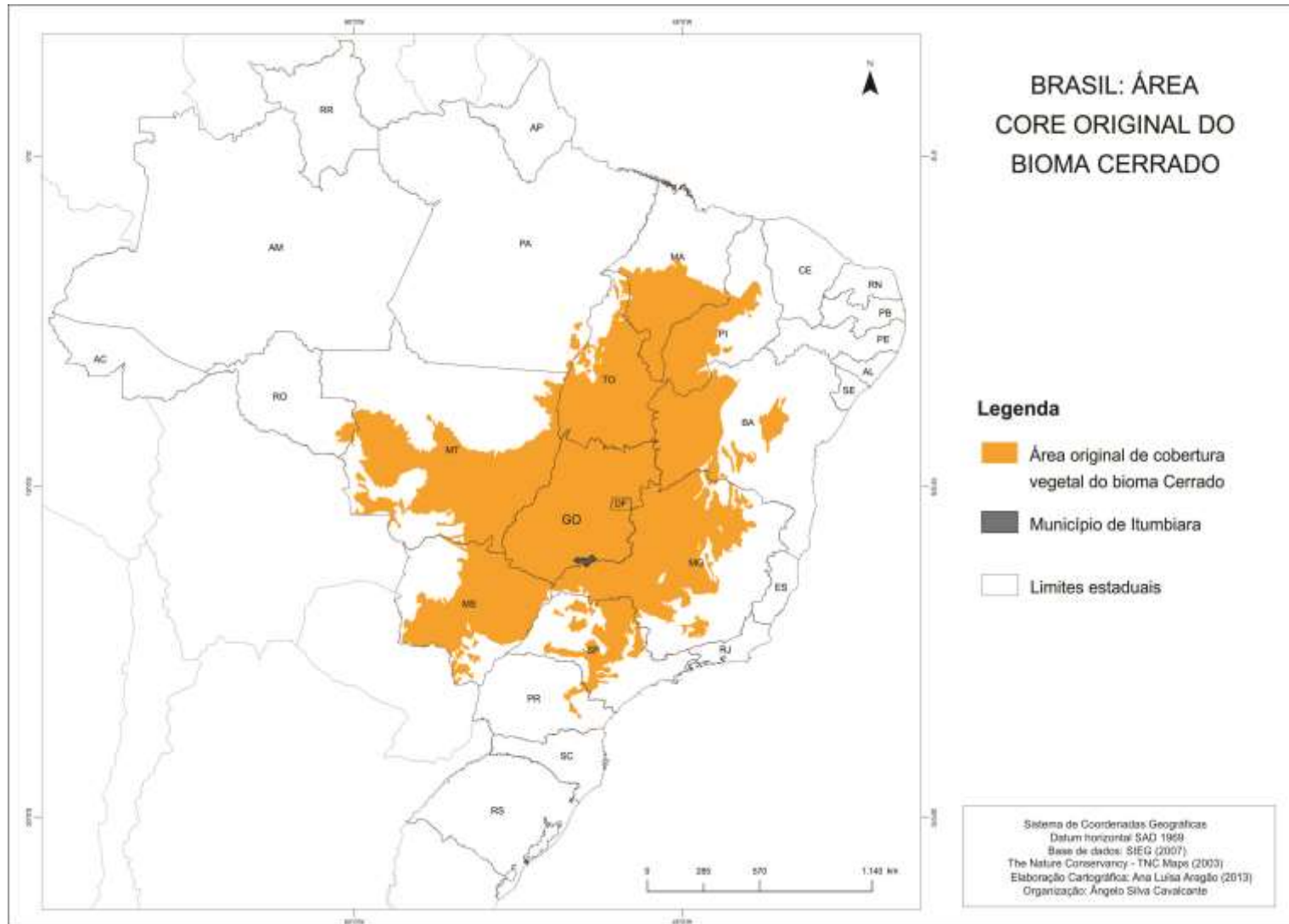
O município de Itumbiara, como espaço privilegiado para a produção e intercâmbio comercial, está entre os cinquenta maiores Municípios Goianos. Com maior precisão, cita-se os cinquenta maiores Municípios por tamanho: 1) Niquelândia; 2) Mineiros; 3) Caiapônia; 4) Rio Verde; 5) Nova Crixás; 6) Jataí; 7) Cavalcante; 8) Cristalina; 9) São Miguel do Araguaia; 10) Formosa; 11) Serranópolis; 12) Porangatu; 13) Crixás; 14) Ipameri; 15) Jussara; 16) Luziânia; 17) Paraúna; 18) Quirinópolis; 19) Catalão; 20) Flores de Goiás; 21) Itarumã; 22) São João D'Aliança; 23) São Domingos; 24) Doverlândia; 25) Padre Bernardo; 26) Monte Alegre de Goiás; 27) Goiás; 28) Aruanã; 29) Aporé; 30) Montes Claros de Goiás; 31) Minaçu; 32) Morrinhos; 33) Alto Paraíso de Goiás; 34) Planaltina; 35) Goiatuba; 36) Campo Alegre de Goiás; 37) Itumbiara; 38) Piracanjuba; 39) Chapadão do Céu; 40) Sylvania; 41) Caçu; 42) Pirenópolis; 43) Araguapaz; 44) Vila Propício; 45) Mundo Novo; 46) Uruaçu; 47) Nova Roma; 48) Itajá; 49) Piranhas; 50) Itapirapuã.

Itumbiara é parte ativa de uma complexa área e que se situa na transição ou na confluência de áreas de transição e que envolve a Mata Atlântica e o Cerrado brasileiro propriamente dito (Figura 3).

Estrategicamente, o município de Itumbiara se encontra na privilegiada posição e congruência de dois modais dos mais importantes do País. Cita-se, por exemplo, a Rodovia ou BR-153, que é importante elo de transporte e acesso entre as principais regiões do Brasil. Da mesma forma e também, parte da geoestratégia envolvendo estruturas sócio-produtivas e que contribui com mais e maior competitividade para as atividades de produção e de comercialização de Itumbiara, tem-se o Rio Paranaíba, o responsável pela exumação hídrica regional e importante curso para transporte.

O Rio Paranaíba, que nasce na Mata da Corda, município de Rio Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, e que vem a ser um dos principais formadores do Rio Paraná após percorrer 1.200km e se juntar com o Rio Grande. Possui boa parte de seu curso em condições de navegabilidade, daí a sua importância para o intercâmbio de bens e serviços entre as cidades e regiões aí envolvidas.

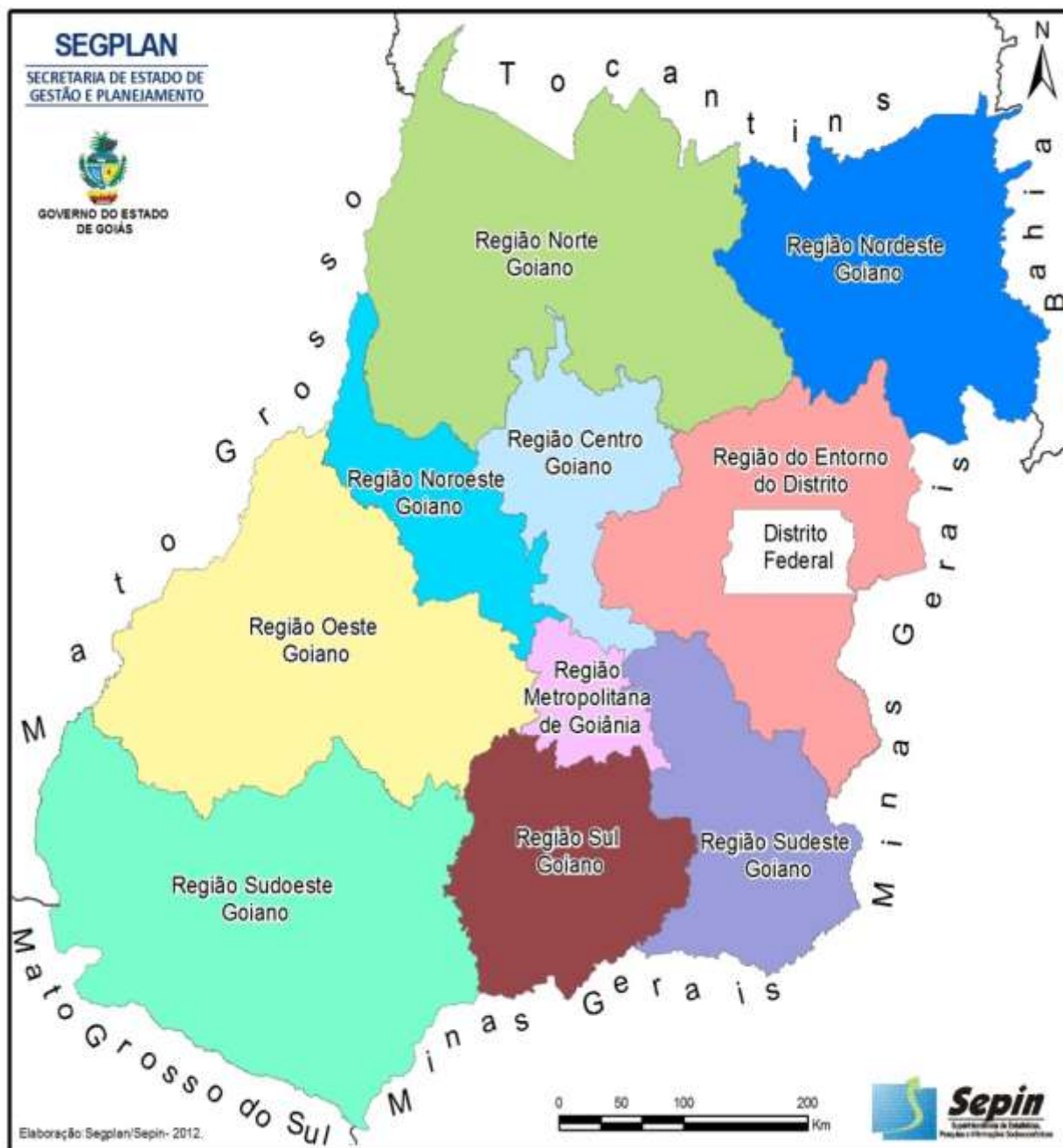
Figura 3 - Localização do Município de Itumbiara no Cerrado Brasileiro (2013).



Org.: CAVALCANTE, Ângelo Silva. (2013). **Cartografia:** ARAGÃO, Ana Luiza (UFG/IESA, 2013).

Segundo a divisão sócio-territorial realizada pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), Goiás está dividido em dez grandes regiões de planejamento. São elas: Região Norte Goiano, Nordeste Goiano, Noroeste Goiano, Centro Goiano, Região do Entorno do Distrito Federal, Oeste Goiano, Metropolitana de Goiânia, Sudeste Goiano, Sudoeste Goiano e Sul Goiano (Figura 4).

Figura 4 - Áreas de Planejamento de Goiás (2013).



Fonte: Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás (2013).

Conforme citado, Itumbiara é o principal município no que se refere ao dinamismo econômico e populacional de todo o sul goiano. Não por acaso, muitas de suas características e dinâmicas são transferidas para toda a região Sul Goiana.

Com população atual de 92.883 habitantes⁴ (IBGE, 2010), o município de Itumbiara conta com 45.796 pessoas do sexo masculino e 47.087 pessoas do sexo feminino. No que respeita seus domicílios, 88.942 pessoas residem nas áreas urbanas, enquanto 3.941 pessoas residem nas áreas rurais.

No que concerne à população residente⁵, o município de Itumbiara vem experimentando ondas maiores ou menores de crescimento populacional. Para o ano de 1991, o Município contava com 79.553 habitantes;

Ainda Segundo o IBGE (2010), os dados populacionais para **2000**: 81.430; para **2010**: 92.883; e para **2012** (dados projetados): 94.613 habitantes e que representou as seguintes e respectivas taxas anuais de crescimento: *0,26% (para 1991/2000)*; *0,82% (para 1991/2010)*; *1,32% (para 2000/2010)*; *1,26% (para 2000/2012)*.

Quanto aos aspectos demográficos (SEGPLAN, 2013)⁶ de maior relevância, o Município de Itumbiara possui a seguinte constituição etária:

Quadro 1 - Faixas de Idade - 2013

Faixas de Idade – Itumbiara/GO	
Idade (Anos)	Quantidade (indivíduos)
0 a 4	5.979
05 a 09	6.301
10 a 14	7.326
15 a 19	7.554
20 a 24	7.869
25 a 29	7.683

⁴ IBGE - Elaboração do Instituto Mauro Borges/SEGPLAN – GO. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/regplan/2012/007-tab04.htm>>.

⁵ IBGE/Elaboração do Instituto Mauro Borges/SEGPLAN – GO. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2013. Disponível em:<www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/regplan/2012/007-tab02.htm>.

⁶ Fonte: IBGE/Elaboração do Instituto Mauro Borges/SEGPLAN – GO. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2013. Disponível em://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/regplan/2012/007-tab05.htm

30 a 34	8.116
35 a 39	7.292
40 a 44	7.076
45 a 49	6.488
50 a 54	5.579
55 a 59	4.616
60 a 64	3.603
65 a 69	2.656
70 a 74	2.088
75 a 79	1.369
80 a 84	754
85 a 89	345
90 a 94	144
95 a 99	40
Mais de 100 anos	5

Fonte: SEGPLAN (2013). Org.: Cavalcante, Ângelo

O quadro acima demonstra que o perfil etário de Itumbiara é marcado essencialmente por amplo segmento de pessoas jovens (15 a 19 anos e 20 a 39 anos). A predominância etária de jovens ou muito jovens de maior presença e representatividade confere para a cidade aspectos bastante importantes a serem considerados. Por exemplo, a ampla disponibilização desta mão-de-obra para os trabalhos locais.

Grosso modo estes jovens são indivíduos com baixa ou nenhuma escolaridade, com baixos ou muito baixos níveis de instrução profissional e que são levados, compulsoriamente levados, para trabalhos de baixo nível de especialização nas pequenas ou médias empresas de Itumbiara e que, como são de suas constituições, utilizam-se de poucas ou de tecnologias elementares para seus trabalhos ou serviços – traço fundamental para a imensa maioria das pequenas ou médias empresas – ou ainda para as grandes empresas do agronegócio operantes no Município, dentre elas àquelas ligadas, sobretudo e principalmente aos negócios da cana-de-açúcar.

Outro aspecto e que irá dar força para o cenário favorável da incorporação de mão-de-obra vasta e abundante para os trabalhos do agronegócio canavieiro são as condições socioeconômicas originais em que se encontra grande parte dos trabalhadores de Itumbiara. Os dados do Programa Bolsa-Família, do Governo Federal, programa que consiste na

transferência de renda para as famílias mais pobres e vulneráveis, mostram que, pelo menos um terço da população local é beneficiária do referido programa.

A estrutura populacional do município de Itumbiara é constituída por uma serie de vetores populacionais advindos de todas as regiões e Estados da Federação e que lega para o tipo humano do Município características fenotípicas próprias. De modo que o *itumbiarenses* possui muitas faces e feições, sendo de difícil lida, definir características específicas deste Goiano das franjas do Estado.

De outra maneira, Itumbiara é peça fundamental nas dinâmicas Estaduais e, sobretudo, do Sul Goiano a dinamizar sobremaneira fluxos humanos e econômicos da Região da qual é parte por meio de sua diversidade de negócios voltados fundamentalmente para o agronegócio. Neste processo surgem empresas, negócios e formas negociais, formais ou informais, que garantem a complexidade social e econômica para este Município.

Sua importância econômica, bem como de provedora de serviços públicos para toda a Região é de fundamental valor. Sua área de influência e abrangência econômica envolve municipalidades ou localidades do vizinho Estado de Minas Gerais. Municípios como Araporã, Canapolis, Centralina, Tupaciguara dentre outras localidades, confirmando Itumbiara como amplo e intrincado complexo social e econômico regional.

Fotografia 1 - Região Central de Itumbiara, Goiás, Avenida Benjamin Constant (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 2 - Centro de Itumbiara, Goiás, Av. Paranaíba, Praça da República (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 3 - Centro Comercial de Itumbiara. Região Central, Praça da República. Itumbiara, Goiás (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 4 - Acampamento de Ciganos *Calons*. Av. Celso Maeda, Itumbiara, Goiás (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 5 - Córrego Trindade, Itumbiara, Goiás. Curso d'água que, canalizado, cruza todo o município e desagua no Rio Paranaíba (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 6 - Córrego Trindade. Itumbiara, Goiás. Curso d'água que, canalizado, cruza todo o município e desagua no Rio Paranaíba (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 7 - Rio Paranaíba, Itumbiara, Goiás. Ponte Afonso Pena e chaminé da Usina Alvorada em Araporã/Minas Gerais (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

A importância geoeconômica de Itumbiara não é casual. De fato, possui uma estrutura empresarial não verificada em municípios do mesmo porte. Contudo, é preciso

entender que esse gigantismo econômico traz, gera e regeira problemas e implicações outras, diversificadas e, na maioria dos casos, sequer, minimamente compreendida.

A tradição econômica de Itumbiara é integralmente surgida das atividades primárias. Essas primeiras atividades se diversificavam nos ofícios e negócios dos grandes fazendeiros e possuidores de terras do Município. E essa tradição se mostra presente, ainda nos dias de hoje. Boa questão a, eventualmente, ser respondida diz respeito aos instrumentos e estratégias utilizados pelas elites locais a fim da manutenção desta tradição social, política e, principalmente, territorial.

E dentre as possíveis respostas para esta indagação, certamente a opção civil e estatal pelo predominante modelo de desenvolvimento econômico assentado, não raro, no latifúndio improdutivo, subaproveitado ou participante ativo junto à lógica especular do inquilinato para fins de agronegócios como a da cana-de-açúcar nos traz importantes esclarecimentos.

Neste paralelo, a opção de desenvolvimento é, em si, a opção por tempos produtivos, relacionais e culturais. E estes tempos com respectivas dinâmicas aí envolvidas se apresentam no cotidiano da vida social, material e imaterial. Desta forma a técnica anuncia um tempo político específico e as relações de produção daí advindas.

Fotografia 8 - Antiga máquina de aragem utilizada nos campos de Itumbiara (GO) exposta na empresa John Deere, Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 9 - Antigo trator utilizado nos campos de Itumbiara (GO) exposta na empresa John Deere na Av. Modesto de Carvalho, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 10 - Trator moderno. Item exposto na empresa John Deere, Av. Modesto de Carvalho. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

A tradição, sobretudo a econômica, implica em formas de expressão, ocupação e definição de territórios. Para o grande peso da tradição do setor primário de Itumbiara, tem-se, por exemplo, a grande exposição de itens e elementos afeitos com estas mesmas atividades e expressamente situadas na Avenida Modesta de Carvalho em Itumbiara. Aliás, e, não por acaso, via que homenageia um já falecido ex-prefeito e fazendeiro que administrou a cidade nos anos de 1970 (**Fotografia 11**).

São negócios, bens e serviços instalados e que miram o vigoroso mundo das commodities que se processa nos limites territoriais de Itumbiara. Mais do que imagens, expressam a força e o tamanho de uma atividade de fundamental importância para a compreensão de Itumbiara, de todo o Sul Goiano e mesmo de Goiás.

Fotografia 11 - Ex-prefeito de Itumbiara, Goiás, pecuarista, *in memoriam*, Modesto de Carvalho (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (16 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 12 – Publicidade de empresa de sementes, Itumbiara, Goiás, Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 13 – Publicidade de empresa de fertilizantes, Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás, (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 14 – Publicidade de empresa de sementes, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 15 – Publicidade de evento artístico, Itumbiara, Goiás, Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 16 – Publicidade de entidade patronal, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 17 - Antiga silagem, Itumbiara. Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 18 - Antiga máquina de aragem e semeio. Empresa Oimasa, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 19 – Publicidade de selaria em Itumbiara, Goiás. Itumbiara, Goiás (2013)



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 20 - Empresa Oimasa, Itumbiara, Goiás. Representante da multinacional Massey Ferguson. Av. Modesto de Carvalho (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 21 - Local de recebimento de grãos da Empresa Caramuru, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 22 - Empresa de comércio de sementes, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013)



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 23 – Campanha publicitária de moda *country* em traseira de veículo de transporte público, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho, Itumbiara, Goiás (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 24 – Oferta de equipamentos agrícolas usados, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 25 - Comércio informal de implementos agrícolas, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 26 – Comercialização de veículos modelo *pick-up*, Itumbiara, Goiás. Empresa Maudi. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 27 – Transporte de *pick-ups*, Itumbiara, Goiás. Empresa Maudi. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 28 - Concessionária de camionetes, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 29 - Galpão da antiga Cooperativa dos Produtores de Itumbiara Ltda. (COPRIL), Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 30 - Antigo depósito de armazenamento de soja, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 31 - Colheitadeiras de cana na Empresa New Holland, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 32 - Pátio de manutenção da empresa de máquinas e tratores New Holland, Itumbiara, Goiás. Av. Modesto de Carvalho (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

As fotografias a seguir expressam o tipo de empreendimento econômico predominante no município de Itumbiara. Trata-se de opção histórica e consolidada feita pelo Município em suas distintas gestões, bem como pelo Governo do Estado por grandes empreendimentos de peso e vulto para a vida e para a economia local.

O que se verifica, sinteticamente, é a articulação de pequeno grupo de empresas ou oligopólio de definidora importância. O muito bem arranjado e articulado universo político e econômico destas empresas, advindo, sobretudo da participação do Estado, influi, determina e condiciona, inclusive, os níveis salariais, portanto, as próprias formas e níveis de consumo na cidade.

Em outros termos, a economia local consiste, essencialmente, na operação de seis grandes empresas que organizam e cadenciam os próprios fluxos financeiros e orçamentários do Município. De fato, existe sim uma miríade de empresas diversas na cidade, contudo, em linhas gerais, são serventuárias, de uma forma ou de outra, do oligopólio empresarial atuante na localidade. Desta forma é correto afirmar que Itumbiara não possui uma economia diversificada.

Assenta-se na organicidade do oligopólio empresarial que se realiza, inclusive, na dimensão da cultura econômica da cidade. Em linhas gerais, compreender a economia local e

suas formas de realização territorial perpassa pela codificação dos significados da forma de operação das principais empresas que aqui ocorrem.

A identificação dessa organicidade espacial é a identificação dos determinantes, inclusive territoriais, que o minorado oligopólio cumpre com a anuência estatal por meio, sobretudo, de financiamentos e aportes fiscais, tendo-se em vista a expansão das suas formas distintas de acumulação de capital.

Fotografia 33 - Placa publicitária de fomento estatal situada na Empresa Caramuru, Itumbiara, Goiás. BR-153 (2013).



Fonte: Pesquisa de campo (06 jun. 2013). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 34 - Empresa Caramuru: uma das maiores empregadoras do município de Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Trata-se de um oligopólio que, dentre outras opções e saídas econômicas, equacionam salários; exigem incentivos e benefícios públicos que se realizam principalmente e, sobretudo, a partir da representação econômica que exercem; estabelecem padrões para as formas relacionais com a mão-de-obra disponibilizada, com a cidade e seus rurais e com o Bioma Cerrado. Em linhas gerais são elas: **Caramuru, Cargill, Suzuki, Pioneer, Louis Dreyfus Commodities, BP Bioenergia e a estatal de energia FURNAS.**

Nesta exposição, é importante considerar o papel dessas grandes empresas e muito bem situada em Itumbiara e que revela o impacto da opção local por grandes empresas. Exemplo importante a ser analisado é a imponente e vigorosa presença da norte-americana Pioneer – empresa que opera com a manipulação e melhoramento de mudas e sementes.

Fotografia 35 – Entrada da unidade de produção da norte-americana Pioneer. Itumbiara, Goiás (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Outro exemplo de importante empresa local e que, neste caso, opera diretamente com a cana, objeto dessa pesquisa, é a inglesa **British Petroleum (BP)** ou para o âmbito local, BP Biocombustíveis, que surge em Itumbiara a partir do negócio que esta empresa multinacional fez ao adquirir a Usina CNAA em 2011.

Fotografia 36 - Unidade da Usina BP Biocombustíveis. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 37 - Caminhão da Usina BP Biocombustíveis em atividade em uma de suas lavouras de cana, Itumbiara, Goiás (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 38 - Propriedade alugada à BP Biocombustíveis para o semeio da cana (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 39 - Transporte de trabalhadores para as frentes de cana nos campos da BP Bioenergia, Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 40 - Transporte às frentes de cana nos campos da BP Bioenergia: o transporte ininterrupto de trabalhadores é cena comum em Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 41 - “Avenidas de cana” típicas da BP Bioenergia e o transporte de trabalhadores, Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 42 - Campo de cana na “parte alta” de Itumbiara, Goiás, sentido do município de Cachoeira Dourada (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 43 - Lavoura de cana na “parte alta” de Itumbiara, Goiás, sentido do município de Cachoeira Dourada (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 44 - Placa indicativa do município vizinho de Inaciolândia e dimensões físicas do “Polígono Canavieiro” (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 45 - Fazenda Marília, Itumbiara, Goiás, propriedade do atual Prefeito de Itumbiara, Chico Balla (PTB) e alugada para o plantio da cana-de-açúcar (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014).
Autor: Cavalcante, A.

Fotografia 46 - Imagem ampliada da propriedade do atual Prefeito de Itumbiara e alugada para o plantio da cana-de-açúcar (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

O envolvimento direto do segmento político dominante de Itumbiara com a macroeconomia da cana-de-açúcar não é uma trivialidade. Essa ligação garante efeitos importantes nas próprias instituições da cidade. Exemplo dessa forte influência é a inexistência de qualquer legislação no âmbito municipal que resguarde as comunidades originais, a cidade e o Cerrado do movimento expansionista da cana-de-açúcar.

Em visita a Câmara Municipal de Itumbiara (**Fotografia 47**) não foram identificadas qualquer legislação, código ou normativa para o estabelecimento de limites para esse cultivo. Efetivamente, em mais de quinze anos de plena atividade canavieira com os já muito conhecidos impactos deste agronegócio, o parlamento municipal se envolveu em qualquer tipo de discussão, audiência ou debate interno ou público envolvendo esta atividade econômica.

Fotografia 47 - Sede da Câmara Municipal de Itumbiara, Itumbiara (GO): Praça da República (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (04 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 48 - Prefeitura Municipal de Itumbiara (GO): sem qualquer projeto local de regulamentação da atividade canavieira (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Da mesma forma, em levantamento junto a Câmara Municipal de Cachoeira Dourada (GO), município limítrofe de Itumbiara, cuja principal atividade econômica, é também o plantio canavieiro e a atividade de economia marginal do inquilinato de pequenas, médias ou grandes propriedades rurais para o plantio da cana-de-açúcar também não foi verificada qualquer legislação municipal referente ao estabelecimento de limites ou regras para o avanço canavieiro.

Fotografia 49 - Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Goiás, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

No pequeno rol de empresas que, de uma forma ou de outra, garante dinâmica, ambiente, cultura e normalidade para o agronegócio local, sobretudo para o complexo sucroenergético de Itumbiara, tem-se a presença muito importante e imponente da multinacional **Cargill** que opera com sementes, formas novas de plantios e de gestão do agronegócio em todo o Brasil (**Fotografias 50 e 51**).

Fotografia 50 - Entrada da Empresa Cargill, Itumbiara, Goiás. BR-153 (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 51 - Vista externa da Empresa Cargill, Itumbiara (GO). BR-153 (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Ainda presente no complexo de empresas do agronegócio de Itumbiara, cita-se a também multinacional **Louis Dreyfus** que, igualmente, opera, a partir de Itumbiara, com a gestão de cereais a envolver todo o Centro-Oeste brasileiro (**Fotografia 52**).

Fotografia 52 - Empresa Louis Dreyfus Commodities, Itumbiara (GO). BR/153 (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

A mais recente e grande empresa a se instalar em Itumbiara, é a japonesa **Suzuki** que, como de praxe, recebe importantes apoios públicos para a sua realização na cidade (**Fotografia 53 a 55**). Atualmente, contrariando seu discurso inicial de que seria, de fato, uma montadora, a empresa serve, tão somente, como um entreposto, um apoio importante para a logística da empresa e onde seus veículos são depositados para posterior distribuição.

Fotografia 53 - Empresa Japonesa Suzuki: Entreposto Comercial. Itumbiara, Goiás, BR-153.



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 54 - Placa publicitária do Governo do Estado acerca de suas políticas de fomento industrial em Goiás. [Beneficiada em questão, a japonesa Suzuki] (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 55 - Vista Externa da Montadora de Veículos Suzuki, Itumbiara, Goiás. BR-153.



Fonte: Pesquisa de campo (27 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Importante caracterização geográfica do município de Itumbiara se dá, sobretudo, por meio de sua proximidade fronteira com o vizinho Estado de Minas Gerais, com a chamada mesorregião mineira do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este aspecto fronteiriço marcado pelos imperativos econômicos implica em determinações próprias e distintas para Itumbiara e mesmo para grande parte do Sul Goiano.

Não casualmente, o vizinho município de Araporã, no Estado de Minas Gerais é identificado como espécie de cidade-dormitório onde, parte considerável de sua população exerce atividade profissional em Itumbiara tendo, por fim, o Município mineiro como moradia.

Fotografia 56 - Posto Fiscal Juscelino Kubitschek, limite entre Goiás e Minas Gerais: municípios de Itumbiara (GO) e Araporã (MG) (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (07 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Um dos caracteres de maior presença e impacto na conformação demográfica, bem como na formação econômica das áreas referentes ao Estado de Minas Gerais próximas ao município de Itumbiara perpassa exatamente pela via do plantio da cana-de-açúcar. Como se percebe a cana-de-açúcar é entendida não só na dimensão econômica. A cana gera efeitos diretos e explícitos na demografia local, nas formas de interação intermunicipais e na redefinição das trocas e intercâmbios econômicos entre esses territórios.

Não menos importante é a Usina Alvorada (**Fotografias 57, 58 e 59**), situada no vizinho município de Araporã (MG) e que por ser uma das pioneiras na usinagem da cana-de-

açúcar exerce papel fundamental no processo de implantação, consolidação e expansão canavieira em Itumbiara. Sua importância reside no fato de que possui, desde muito tempo, a capacidade técnica, administrativa e política inclusive, para a ocupação de grandes extensões de terras para suas lavouras de cana no Município.

Fotografia 57 - Placa indicativa da Usina Alvorada em Araporã, Minas Gerais (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 58 - Usina Alvorada em Araporã, Minas Gerais (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 59 - Usina Alvorada. Araporã, Minas Gerais (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Estes aspectos buscam mostrar como a atividade canavieira articula empresas, localidades, cidades e regiões inteiras a partir da organização produtiva afeita com a cana-de-

açúcar. Desta maneira, a produção canavieira é, em outro paralelo, a produção ou reprodução de lugares, territórios e espaços.

2.3 Dimensões econômicas do setor sucroenergético de Itumbiara (GO)

No que se refere aos aspectos econômicos, Itumbiara foi recentemente avaliada⁷ pelo Instituto Mauro Borges (IMB), órgão de pesquisas e estatísticas e vinculado a Secretaria de Gestão e Planejamento do Governo do Estado de Goiás, como um dos principais Municípios para a captação de investimentos produtivos.

O levantamento considerou itens como Dinamismo, Riqueza Econômica, Infraestrutura, Qualidade de Vida, dentre outros aspectos, a fim da mensuração das melhores localidades para a realização de negócios e investimentos. Neste estudo, Itumbiara atingiu a sexta colocação, perdendo apenas para municípios como: Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Catalão e Senador Canedo.

A composição da economia de Itumbiara tem como base, sobretudo, a assim agroindústria⁸ ou modelo de empresa que, dentre os seus muitos atributos, intensifica a produção em uma combinação de atividades que abarca o campo, redefinindo formas e organizações originais, bem como dinâmicas produtivas e territoriais. De modo a romper com o arcaico, na mesma medida em que impõe o novo, o modernizante e o inovador neste mesmo campo. Sob a batuta inexorável e inquestionável da produção capitalista.

Neste universo e em tais relações, Itumbiara apresenta, segundo dados da SEGPLAN/Goiás (2013), mais de 165 empresas instaladas na Cidade⁹. Essa configuração produtiva confere para Itumbiara, a sétima posição entre as economias do Estado de Goiás, o que representa 2.4% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás.

De outro modo, a posição do Município e que se junta a uma série de outros fatores como ampla disponibilização de mão-de-obra, apoios fiscais e financeiros para a instalação de plantas industriais no Município e o papel direto do Município na captação destes empreendimentos garante uma importância central e regional para Itumbiara.

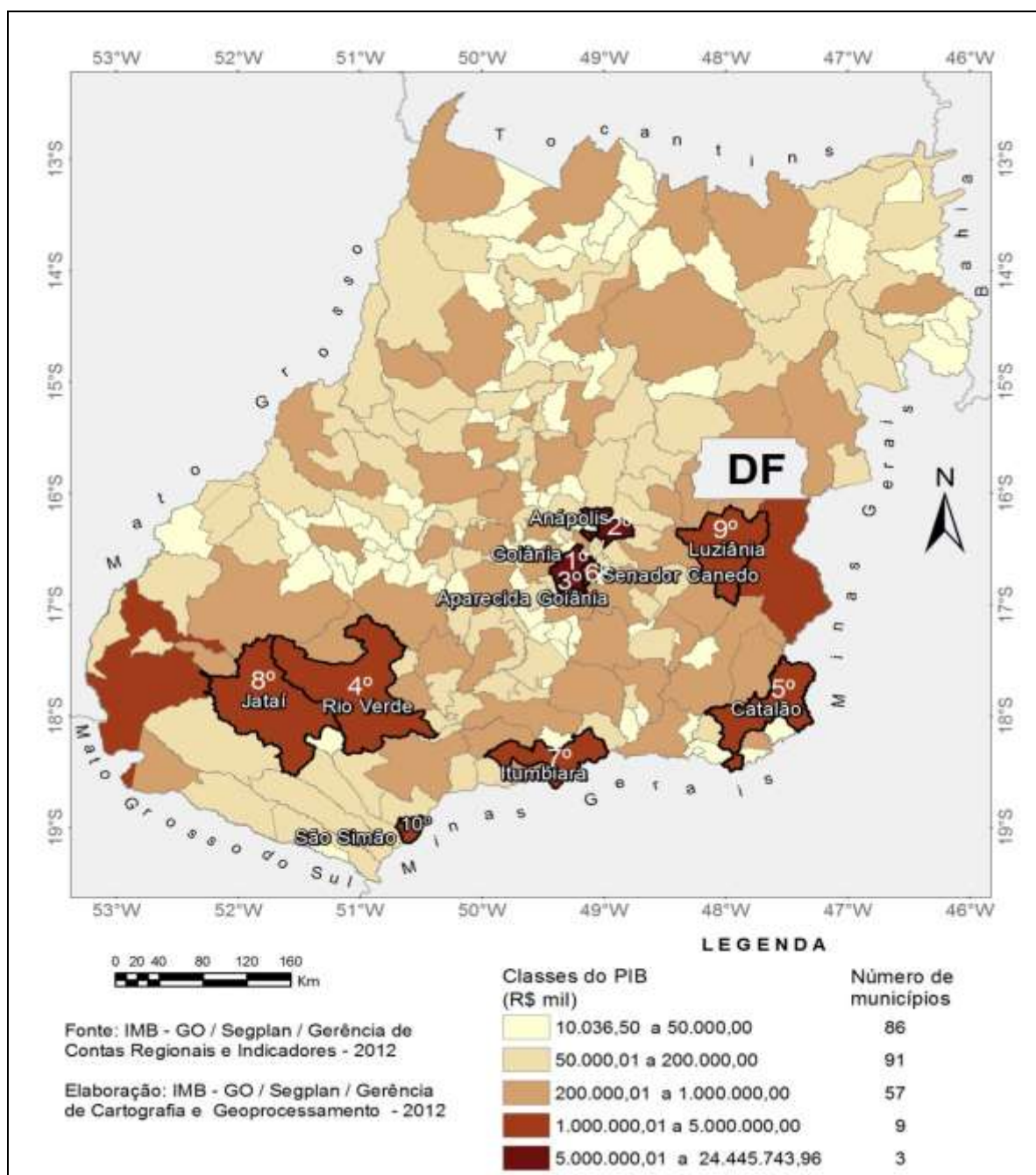
⁷ Conferir estudo em Ranking dos Municípios Goianos/2009. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>

⁸ Atividade constituída pela junção dos processos produtivos agrícolas e industriais no âmbito de um mesmo capital social, ou, quando tal não acontece, a atividade caracteriza-se por uma grande proximidade física entre a área que produz a matéria-prima agrícola e o seu processamento industrial. Com a crescente preponderância da indústria sobre a agricultura e a subordinação desta última à primeira, proporções crescentes das atividades agrícolas encontram-se hoje totalmente submetidas ao capital industrial, sento esta uma tendência mundial.

⁹ Conferir em: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos (2010). Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>

De outro modo, é importante afirmar que toda essa dinâmica econômica não implica necessariamente na distribuição justa e adequada de rendas, tampouco que os salários ou remunerações do trabalho acompanham esta mesma dinâmica econômica e social local. Definitivamente não se trata disso. Acerca do ranking dos principais Municípios e respectivas economias do Estado de Goiás, apresenta-se a Figura 5.

Figura 5 – Ranking da economia dos principais Municípios de Goiás - 2012



Fonte: IMB – GO/SEGPLAN/Gerência de Contas Regionais e Indicadores (2012).

Os principais produtos ou itens de produção ou processada em Itumbiara são: cana-de-açúcar, soja, bagaços e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja, milho em grão e para a semeadura, óleo de semeadura, óleo de algodão, lecitinas e outros fosfoaminolípidios algodão debulhado e sorgo.

Não menos importante, é descrever e situar os estados do Centro-Oeste brasileiro, sobretudo Goiás, ante a opção estratégica e contemporânea em favor da diversificação energética brasileira. Nesse contexto, a moderna lavoura da cana-de-açúcar se firma como prioridade para o próprio crescimento nacional, principalmente se observando esforços governamentais por garantir outra matriz energética, distinta daquela que utiliza de forma intermitente os chamados combustíveis fósseis.

A compreensão desse imperativo econômico e energético revela as atuais tendências das economias periféricas e dependentes no papel de contribuir com o desenvolvimento destas mesmas e novas matrizes energéticas. Essa conflagração energética de dimensões planetárias envolve objetivamente todos os países, suas economias e suas formas produtivas e de outra maneira, esta é a própria razão de ser da historicidade desta pesquisa. Registrando que o álcool brasileiro, privilegiadamente inscrito na estratégia nacional pela redefinição desta outra matriz energética, acontece, sobretudo e no tempo presente, como importante combustível.

No entanto, diferentemente do petróleo que se converte, como já afirmado, em uma miríade de outros produtos e de ampla utilização nas atividades da produção nacional, o álcool entra na economia nacional como, fundamentalmente, combustível para a movimentação de veículos automotores. De outra maneira, esse exclusivo estatuto não o eleva para a condição de matriz energética em seu mais amplo sentido e operacionalização.

Em um paralelo, é preciso que se reconheça que a crise energética que surgiu com força, sobretudo, a partir de 1973 é o elemento motor para a identificação dos próprios caracteres atuais da produção canavieira em Itumbiara, em Goiás e no Brasil.

Segundo dados¹⁰ da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2011) as destilarias ou usinas de álcool em operação em Goiás estão nos municípios de Acreúna, Anicuns, Caçu, Carmo do Rio Verde, Chapadão do Céu, Edéia, Goianésia, Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Itapaci, Itapuranga, Itumbiara, Jandaia, Jataí, Mineiros, Montividiu, Morrinhos, Paraúna, Porteirão, Quirinópolis, Rio Verde, Rubiataba, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis, Turvelândia e Vila Boa.

¹⁰ Conferir em: Avaliação da Safra da Cana de Açúcar 2011/2012, segundo Levantamento de Goiás. CONAB/SUREG-GO, Agosto/2011.

No mesmo estudo feito pela CONAB (2011), foi identificado que Itumbiara, na safra 2010/2011, ocupava a quarta posição em área plantada (mil hectares). Com a primeira posição ocupada por Quirinópolis (76,6), seguido por Goianésia (46,5), Turvelândia (40,3) e Itumbiara (36,8).

O levantamento demonstra que, no que tange a safra 2011/2012, a cana-de-açúcar avança para 41,2 mil hectares, o que lhe garantiu, na comparação com a safra anterior (2010/2011), o acréscimo de 11,9% no intervalo de um ano de produção¹¹.

Fotografia 60 - Lavoura de cana-de-açúcar, Itumbiara, Goiás: parte alta da cidade (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

No que se refere a produtividade, o estudo mostra evidente contradição, na medida em que novas áreas são incorporadas ao cultivo da cana e percebe-se exatamente que há uma redução da produção canavieira no período de 2011/2012. De outro modo, a safra 2010/2011, que apresentou 3.222,00 (mil/t), terá para 2011/2012 uma expressiva queda de produção, mesmo com novas áreas destinadas ao cultivo, 2.666 (mil/t), ou seja, tem-se o expressivo decréscimo de produção de -17,3%.

E, finalmente, ainda no item relativo a produtividade, ou seja a quantidade produzida por hectare (kg/ha), constatou-se perda acentuada desta mesma produtividade no tocante a safra de 2011/2012. De outra maneira, a safra 2010/2011 que apresentou 87.535

¹¹ Disponível em: Avaliação da Safra da Cana de Açúcar 2011/2012, segundo Levantamento de Goiás. CONAB/SUREG-GO

kg/ha teve para o ano seguinte, ou para a safra 2011/2012, 64.709kg/ha. Apresentou redução de 26,1% em seus níveis de produtividade.

É importante considerar que tais valores não são apenas números, trata-se de uma relação produtiva que está posta e que envolve, por exemplo, variáveis importantes e determinantes como demanda de mercado, disponibilização pública de incentivos fiscais, capacidades públicas e estatais de financiamento, capacidade de gerenciamento e organização da produção canavieira, níveis de inovação da produção, qualidade tecnológica envolvida na produção fabril canavieira, níveis de articulação econômica e política do setor, tanto no âmbito estadual, como também no federal e internacional, dentre outras.

Importante para o interesse dessa pesquisa é a análise da composição dos trabalhos afeitos com a produção canavieira. Não raro foram constatados problemas envolvendo a qualidade do trabalho que dá forma para as lavouras canavieiras. Nas pesquisas de campo e em discussões com trabalhadores vieram diversas denúncias envolvendo o trabalho e as suas condições de realização.

O que se identificou foram tecnologias de vários e diversos padrões de eficiência e operação que se processam nos mesmos territórios e limites de produção. As diferenças ou assimetrias tecnológicas reveladas nos trabalhos de campo indicam que a produção canavieira não ocorre dentro de marcos tecnológicos estabelecidos por normas, códigos ou portarias governamentais. E as muitas tecnologias existentes na produção não se difundiram de forma equânime e similar em toda cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Tem que esse aspecto, de fato, precisa ficar claro porque, efetivamente o trabalho manual é e continua sendo fundamental para esta cultura. As tecnologias não substituem, não deram fim a este tipo de trabalho sumamente empregado no agronegócio da cana. Prova desse processo são as quantidades de trabalhadores envolvidos diariamente com a produção da cana-de-açúcar em Itumbiara.

Fotografia 61 - Máquina de pulverização de herbicidas, em Itumbiara, Goiás, com baixa capacidade de produção (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 62 – Trabalhador em Itumbiara, Goiás, demonstrando a realização do seu trabalho (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 63 - Equipamento de pulverização carente de manutenção. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (26 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Acerca da relação que envolve a atividade canavieira com o município de Itumbiara, se faz necessário clarificar que a cana-de-açúcar se impõe como força econômica, sobretudo e, principalmente, a partir do começo do século XXI, na medida em que, o cultivo canavieiro só pode ser efetivamente compreendido com a presença e participação do poder público que atua com a disponibilização de financiamentos, isenções e aportes diversos.

Para uma panorâmica ideia da força desta lavoura para Itumbiara, tem-se que dos 275 mil hectares de áreas do Município, 170 mil hectares¹², ou 61,8% de todo o território do Município está sendo utilizado para o plantio da cana-de-açúcar. Nesse cenário, importante é não desconsiderar aspectos tecnológicos que envolvem as muitas gestões das lavouras canavieiras presentes no município. Tem-se, por exemplo, ocupando os mesmos territórios de cultivo, diferentes padrões tecnológicos a operarem com a mesma atividade produtiva.

A ausência de padrões tecnológicos ou a disseminação de inovações tecnológicas para toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar é expressa nos níveis de produção, nas frequências de exploração dos recursos ambientais e no lugar dado ao trabalho que, definitivamente, assume os impactos, efeitos e implicâncias desta ausência de equivalências tecnológicas elementares a envolver e realizar o trabalho canavieiro.

¹² Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/12/5916>>.

Fotografia 64 - Máquina de pulverização de defensivos agrícolas, Itumbiara, Goiás, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (26 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 65 - Trabalhador demonstrando tecnologias da máquina em que opera. Itumbiara, Goiás (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (03 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Toda essa produção é organizada, sobretudo e fundamentalmente, por empresas como: Energética Bom Jardim Açúcar e Álcool, Goiasa Goiatuba Álcool Ltda., Destilaria Bom Jesus, Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos, BP Bioenergética, Usina Panorama

e Vale do Verdão S.A. Açúcar e Álcool e que desenvolvem sua atividade econômica em paisagens como as abaixo demonstradas (**Fotografias 66 e 67**).

Fotografia 66 - Paisagem típica de Veredas. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 67 - Paisagem típica de Veredas em Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 68 – Área típica e lavrada pela cana-de-açúcar. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 69 – Área típica de cana-de-açúcar. Itumbiara, Goiás. (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 70 – Área típica de cana-de-açúcar. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Outro dado de importância central para esta pesquisa é que, de fato, a dinâmica econômica de Itumbiara é compreendida se analisada também e, principalmente, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara a partir de 1974 e posta em funcionamento em abril de 1980 (**Fotografia 71 e 72**). A Usina de Itumbiara é a maior do Sistema FURNAS com produção de 2.082 MW.

Para uma noção geral do impacto da construção na vida social, cultural, política e econômica de Itumbiara¹³ e região registre-se que para a sua construção foram necessários 1.800.000m³ de concreto para um “paredão” de 106m de altura e 520m de extensão. Essa obra implicou na inundação de 778km² o que representou o volume acumulado de 17 bilhões de m³ de água.

Fotografia 71 - Usina Hidrelétrica de Itumbiara, Goiás. FURNAS (2014).

¹³ Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/peru4.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 14.



Fonte: FURNAS. **Autor:** Pessoa, I.

Fotografia 72 - Vista da Usina Hidrelétrica de Itumbiara, Goiás. (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (28 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

A empresa por identificar a articulação desses agentes econômicos irá definir claramente o papel destes mesmos agentes em sua relação com o Município e com suas potências econômicas e ambientais. Neste universo se apercebe uma construção econômica permanente e em curso e mediada por agentes públicos onde a respectiva dinâmica estabelecida a partir de procedimentos racionais, coerentes e sistematizados possibilita, a partir de objetivos evidentemente determinados o constructo de caminhos metodológicos que permitem dialogo e conhecimento do real que concerne ao setor sucroenergético. Isso é ciência e é o que é aqui proposto. A esse respeito, nos fala Santos (1989):

Afirma Bachelard que “a ciência se opõe absolutamente à opinião” (1972:14). Em ciência, nada é dado, tudo se constrói. O “senso comum”, o “conhecimento vulgar”, a “sociologia espontânea”, a “experiência imediata”, tudo isso são opiniões, formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido. A ciência constrói-se, pois, contra o senso comum, e para isso dispõe de três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação. Porque essenciais a qualquer prática científica, esses atos aplicam-se por igual nas ciências naturais e nas ciências sociais. São, contudo, de aplicação mais difícil nestas últimas. Por um lado, porque as ciências sociais tem por objeto real um objeto que fala, que usa a mesma linguagem de base de que se socorre a ciência e tem uma opinião e julga conhecer o que a ciência se propõe conhecer. (SANTOS, 1989, p. 31).

Trata-se, portanto, de um combinado teórico fundado no exercício de um fazer científico profundo e orgânico visando à garantia de bases racionais ativas e indagadoras para a geração de uma interpretação coerente, articulada e, sobretudo, compreensível acerca do que

se irá discorrer. Em síntese, essa pesquisa se estrutura, em princípio, a partir das seguintes categorias analíticas: Processo histórico, dialética, território e desenvolvimento.

Desta feita, é preciso reconhecer que a utilização das citadas categorias não visa, de forma alguma, esgotar as possibilidades de novas interpretações ou estudos correlatos, mesmo porque não é objetivo desta pesquisa esgotar um tema tão amplo e candente como a geração de energia a partir da cana-de-açúcar. Definitivamente, não se trata disso.

O que se irá realizar é a utilização destas categorias e que, efetivamente, geram e derivam novas categorizações, para balizar ou delimitar com clareza, rigor científico e razão acadêmica a abordagem pretendida.

Assim, mirando na inteireza e coerência de diálogos e aprofundamentos científicos de maior clareza é que se irá proceder com as reflexões que se seguem. Por intermédio, sobretudo, de abordagens e incursões históricas orientadas pelas categorias analíticas e intelectuais propostas é que se intenta em avançar, em primeiro momento e instante no delineamento dos contornos da constituição social, ambiental e econômica do fenômeno em questão.

Neste sentido, se assume aquilo que é, por demais, importante: a identificação do objeto em causa e que este é possuidor de historicidade, de uma configuração estruturante e estruturada ao longo do tempo a partir de forças, às vezes expressas e visíveis, outras vezes, ocultas, anônimas e quase imperceptíveis.

Em momento posterior, se pretende revelar como as forças se arranjam ou rearranjam, sobretudo, na relação com o Estado e com a sociedade civil a fim da garantia da forma, do sentido, do conteúdo e da potência para seus empreendimentos e bem mais do que isso, como essas forças ou vetores organizacionais do setor sucroenergético realizam seus objetivos na perspectiva da garantia do próprio alargamento político, social, econômico e principalmente, simbólico para o objeto em análise.

Pretende-se, com isso, deixar claro que todo esse “cosmos econômico” é antes uma construção histórica feita a partir de uma miríade de forças sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas ase adensarem em uma materialidade de tipo próprio e convergente a partir de bases sempre conflitantes, nunca consensuais, em determinada conformação a reordenar o campo e o urbano a partir dos interesses majoritários e predominantes do setor canavieiro conferindo-lhe, em seguida, nova valoração econômica e espacial, bem como novos e respectivos sentidos e justificações.

Definitivamente esta dinamização ou *re*-dinamização põe fim àquilo que, originalmente, se denomina como sendo de rural ou urbano para ingressar, dessa forma, novas

percepções, simbologias, formas de acontecimentos e ocorrências ao novo que, inexoravelmente, surge, desse processo, novas vivências e novas percepções socioambientais.

De outro modo, não nos parece adequado, tampouco convincente afirmar em um simplismo quase que automático que a atividade da cana-de-açúcar ou de qualquer outra modalidade, daria forma a um híbrido territorial, uma espécie de mistura, de mescla territorial envolvendo campo/cidade ou urbano/rural. De fato, as análises e estudos em questão, não identificam esse cenário ou possibilidade.

Em outro paralelo, tem-se que não existe uma síntese entre essas realidades. Do encontro ou choque entre rural e urbano, mediado pela multiplicidade de fatores advindos do cultivar da cana não forma ou origina um novo categórico territorial, não faz emergir, portanto, qualquer sorte de síntese territorial. O que não se está a afirmar que tal realidade não possa acontecer. O que se afirma é que, de fato, não há uma hibridização, não há equilíbrio, unidade tampouco harmonia para tal ocorrência. O agronegócio, como empreendimento ou empresa essencialmente econômica que respeita, tão somente e, sobremaneira, as condicionantes dos investimentos econômicos que lhe custeia, não pode possibilitar, por suas contradições e limites, a ocorrência ou formação de sínteses territoriais.

Esses territórios supostamente surgidos de certa hibridização, ainda hoje, imersos em dramas fundiários e agrários, embevecidos e encharcados com toda sorte de impactos socioambientais e culturais, feitos e refeitos a partir de profundos choques e cisões ambientais, marcados por traumas e rupturas sociais e populacionais geradoras de deslocamentos, expulsões ou migrações compulsórias não tem possui categórico, de modo que definir tal “coisa” territorial com o simplismo e que, não raro, determinados analistas procedem, não parece ser adequado.

Este exercício é tarefa de grande exigência intelectual porque, de maneira inescapável, categorias clássicas da Ciência Geográfica reingressam e são reafirmadas no cenário em questão, contudo, com novo conteúdo sócio-histórico e, portanto, teórico. Nessa perspectiva, categorias clássicas e luminares para o pensamento ou re-pensamento geográfico, tais como *campo, cidade, rural, urbano, lugar ou paisagem*, são, portanto, redefinidas.

Toda essa redefinição se processa porque os largos investimentos afeitos ao cultivar da cana, setor intensamente inserido nas tramas da atual globalização econômico-financeira, em função, sobretudo, de sua potencialidade energética e onde se firma como importante elemento para a nova matriz energética a se conformar em razão da biomassa, aferida a fim da garantia de níveis cada vez mais elevados de produção romperam fundo com

o tradicional mundo rural, com seus valores, formas de existência, tipos de integração e com suas tipicidades originais.

Então, o que, enfim, como indagado anteriormente, é essa moenda moderna? Definitivamente não é questão de fácil lida e, efetivamente, difícil de saber. De qualquer modo e por quaisquer vias interpretativas, a cultura da cana-de-açúcar só pode ser compreendida e revelada, à luz de sua efetiva importância global como *commodity*, como insumo energético estratégico, principalmente, a partir da crise energética e ambiental que toma conta do mundo e que, pelo menos, ameaça claramente a liquidez e a dinâmica das economias.

De outra forma, se não se pode, tão somente, definir o que é este escorregadio e enigmático setor da economia que abarca todas as latitudes do global, sobretudo, pelo amplo e intrincado entrelaçamento que estabelece com todos os níveis, espaços, lugares e territórios, há que se considerar, pelo menos, aquilo que, definitivamente, esta atividade canavieira não é: mais uma divisão ou subdivisão territorial destinada à produção de energia.

Nestes termos, tem-se que a produção canavieira moderna não é uma abstração. Possui história, especificidades essenciais e formas de realização que só podem ser entendidas e descritas a partir de uma perspectiva historiográfica crítica, dialética e que dê conta dos próprios movimentos que essa história teve que realizar para adentrar nos atuais níveis e patamares produtivos em que se encontra.

Finalmente, sem a compreensão histórica destes fenômenos e de como os principais agentes e sujeitos igualmente históricos engendraram recursos, cenários e possibilidades para a definição deste setor, a incursão analítica aqui pretendida é objetivamente um empreendimento mal realizado. A seguir, a abordagem histórica possibilita identificar os principais aportes institucionais e que garantem coesão, dinâmica e perspectivas econômicas para a produção agroindustrial da cana-de-açúcar.

2.4 Da opção histórica

Importante se faz registrar que, nesta análise histórica, desponta uma infinidade de aspectos comuns e coincidentes com períodos ou momentos históricos outros, contudo, se deixe claro que os cenários, quadrantes ou viradas históricas são de originalidades evidentemente específicas e atuais.

A opção por garantir centro para a História se justifica porque é exatamente aí que a substância da ciência, sobretudo da Ciência Geográfica, se assenta. Substância concreta, real, material e, feita cotidiano. Vida vivida que se mostra e se apresenta viva e presente no próprio curso das sociedades ou formações sociais numa análise que envolve e define o espaço-tempo. Afirma Jaguaribe (2001):

[...] é um fato bem conhecido que a palavra “história”, e seu equivalente em outras línguas ocidentais, tem um duplo sentido, o primeiro relativo ao processo histórico, *res gesta*, o outro à narração e discussão desse processo, historia *rerum gestorum*. A História como processo começou com a emergência da cultura, no princípio do Paleolítico, uma vez que, com o surgimento da cultura o homem passou a ser capaz de transmitir modos de conduta não herdados geneticamente. No entanto, o processo histórico se torna um objeto da História, entendida como disciplina, só à medida que transmite ao historiador informação sobre si mesmo. (JAGUARIBE, 2001, p. 30).

Assim, se adota uma perspectiva crítica e dialógica que, definitivamente, não se limita a contações ou narrativas ligeiras, pretensamente neutras e estéreis de posições políticas ou, tão pouco, diz respeito a cronologias e sistematizações de fatos e eventos, mas que representa e se faz possível em vigoroso movimento teórico de composição ou recomposição dos fazeres humanos sob o olhar crítico, autônomo e, fundamentalmente humanizador, no sentido e horizonte de contribuir com o resguardo e a promoção da vida humana, da sofrida, mutilada e bastante ameaçada vida humana. Credo e, por isso, atuando em benefício de uma existência humana íntegra, integral, prazerosa e, acima de tudo, protegida dos flagelos, riscos e horrores das guerras, das doenças, da fome e da escravidão.

A História é central para esta pesquisa porque, de forma efetiva, se pretende contribuir com o teimoso e incessante movimento por libertar o homem do jugo e das artimanhas que o poder, sobretudo o poder como manutenção e restauração de determinados ordenamentos territoriais e econômicos que tem como base, meio e fim, o resguardo da sociedade de classes e que se consubstancia por intermédio da alienação, da exploração, da precarização do outro e do mundo, bem como da manutenção das diversas formas de submissão da vida humana e que se dá nas mais variadas formas e acepções.

É História como espírito, essência e tendência de um povo em seu permanente movimento por fazer-se e refazer-se. Daí a necessidade imperiosa dos povos por apropriarem-se das suas histórias e que envolve determinação, resistência e criação de movimentos amplos e diversos para que, finalmente, possam existir.

A evolução traz consigo uma graduação crescente, uma série de determinações mais amplas da liberdade que decorrem do conceito do objeto: a natureza lógica e, principalmente, dialética do conceito que se autodetermina, que cria determinações e as supera, e, mediante essa superação, ganha uma característica afirmativa, até mesmo mais rica e mais concreta. Essa necessidade e a seqüência necessária das determinações conceituais puramente abstratas são assuntos tratados no campo da

lógica. Aqui devemos considerar apenas que cada nível é diverso dos outros, tendo o seu princípio definido e característico. Na história, tal princípio é a determinação do espírito, um espírito particular daquele povo. É nela que se expressam concretamente todas as facetas da consciência e do querer, da realidade total desse povo. É na história que uma nação encontra o cunho comum de sua religião, de sua constituição política, de sua moralidade objetiva, de seu sistema jurídico, de seus costumes e também de sua ciência, arte e habilidade técnica. Essas particularidades devem ser estudadas segundo esse caráter geral do princípio próprio de um povo e vice-versa: no fato que a história apresenta em detalhe, deve ser descoberto aquele princípio comum característico. Essa determinada particularidade, na verdade, distingue o princípio característico de um povo: esse é o aspecto que deve ser compreendido empiricamente e comprovado historicamente. (HEGEL, 2008, p. 61).

A História, que é parte inspiradora e norteadora desta pesquisa, se desenvolve em um contexto geográfico dado, observando, sobretudo, a crença obstinada e estruturante do próprio saber-se humano e nas ações que realiza, individual ou coletivamente, no sempre presente e atual ideal de elevar este mesmo homem para níveis e patamares superiores de existência e de coexistência.

De forma inequívoca, este autoconhecimento ou esse saber-se perpassa pelo próprio conhecimento do mundo e que é um saber-se no mundo mediato e imediato. Por uma forma singular de identificar e reconhecer-se em ampla teia de forças e energias físicas e naturais contidas num espaço mensurado e determinado que permita e possibilita o transcurso da própria existência.

No entanto, se reconhece um saber que se realiza e se reconhece no contraditório. Este como dimensão real e constituinte do movimento por afirmar-se e garantir a consecução de sua realização histórica. Um contraditório como componente dinâmico e constitutivo do real. Ativo, presente e, igualmente, definidor das formas de existência, de suas ocorrências e especificidades.

Neste sentido e de forma inarredável, se está a falar de um saber que se pretende histórico, amplo, horizontal e comprometido com a sempre atual causa de “humanizar o homem” e que, portanto, necessita de dialogar sempre com o contraditório e que, também, o define porque o compõe e é parte do seu ser. É essa opção analítica por uma perspectiva dialética que nos garante alguma possibilidade de equilíbrio entre cultura e natureza, dúvida e ciência, movimento e *status quo*, aparência e essência.

De outro modo, tem-se aí a necessidade objetiva e central do desenvolvimento de uma modalidade crítica profunda, adequada e em sintonia com as exigências da própria elevação da qualidade das sociabilidades estabelecidas.

Nessa conformidade, esta pesquisa é também sobre História, com um contexto evidentemente geográfico. Não se refere a História como continuidade uniforme, como

linearidade ou mera expressão coerente de fatos e acontecimentos, mas como história que se verifica nos lugares, em todos os lugares, nos locais, nas paisagens, em suas formações, nos territórios que exprimem relações de poder, portanto, forças antagônicas que envolvem, realizam e definem o poder, na região, na natureza, na vida, configurando, dessa forma, um todo coerente envolvendo espaço no tempo e tempo no espaço.

História como expressão de conflitos, como expressão sistematizada e rigorosamente científica e, portanto, como narrativa dos específicos de grupos ou etnias e respectivas formas de resistências que, inevitavelmente, traz em seus caracteres e formações, os particulares das culturas, dos ambientes e das geografias aí envolvidas. Processada e desenvolvida com e a partir de um cotidiano feito, a ser feito e transformado por muitas mãos em amplo, complexo e incessante movimento pela disputa, formatação ou reconfiguração de territórios, no caso específico, territórios de Cerrado, configurando, enfim, a espacialização geográfica.

Dessa forma, a que se considerar a centralidade do território nas descrições históricas posto que território expressa e comunica história em todas as suas quadraturas, em todos os seus níveis e dimensões. E, enfim, o território se afirma nesta fiação do tempo, também como representação, imaginário, símbolo e subjetividade ativa a identificar e ser identificada pelo movimento do real feito e desfeito por opostos a dinamizar o mundo tal qual o conhecemos.

Cumprir dizer que os pensares territoriais se dão a partir do próprio resgate histórico que, matizado pelo encontro de forças e influências múltiplas e encadeadas e que garante estruturação específica para o mesmo território. Em um arremate, território é história inconclusa, orgânica e em movimento.

A História aqui identificada é a própria expressão da descontinuidade ou ruptura das relações originais do homem com seu *topos* original. Ruptura como produto ou subproduto de relações de poder, como resultante concreta e material de assimetrias potencializadas ao longo do tempo e que, por sua composição converge no complexo e trágico cenário de homens desterritorializados.

É, portanto, nessa dimensão que a História fia com a Geografia um necessário movimento cognitivo em condições de abarcar e demonstrar o essencial do fenômeno sucroenergético realizado no campo, mas que, inexoravelmente, produz e engendra uma gama de articulações de tal ordem com o Município que a sucroenergia torna-se, para Itumbiara, meio e fim das atividades produtivas.

Não por acaso a municipalidade sofre efeitos notoriamente profundos e intensos com a usinagem da cana. A utilização de áreas extensas e decisivas para a Cidade desorganiza os espaços do Município e os reordena de forma evidentemente unilateral a partir dos próprios fluxos de investimentos afeitos com o empreendimento em questão.

Não se está a dizer que a cidade anterior a esta moenda moderna era social e democraticamente estruturada o que, definitivamente não era. No caso de Itumbiara então, o que se verifica, sobretudo, é um Município historicamente aviltado pelo crime da especulação imobiliária que, em primeiro momento, toma áreas públicas de evidente interesse social a partir de transações claramente delituosas por meio, sobretudo, de combinações com as incipientes administrações locais para, em seguida, encetar estas mesmas áreas públicas no moinho da valoração fictícia de imóveis, a própria cadeia financeira e marginal da especulação imobiliária e que, de outro modo, envolve diretamente, agentes públicos e privados.

De outro modo, cabe indagar sobre os “porquês” da lavoura de cana alterar tão profundamente as conformações espaciais do local? As respostas se encontram, sobremaneira e principalmente, nos impactos e efeitos que esta atividade gera sobre os recursos naturais do Município. São alterações expressivas e que vã: a) da qualidade do ar, passando pela; b) qualidade das águas do Município, pela já bastante; c) reduzida diversidade de aves a compor os céus de Itumbiara, até a; d) elevação dos climas e microclimas da Cidade, resultado, dentre outros, do muito avançado estágio de expansão da cana.

Nesses termos, tem-se a necessidade de descrição deste ordenamento com uma profundidade que não se limite a, simplesmente, descrever alterações do espaço e da natureza do Município, mas que demonstre por meio de construção histórica as causas que conduziram Itumbiara para o atual estágio de organização espacial, fundamentalmente, pela ação e força mobilizadora do setor sucroenergético.

Finalmente, esta pesquisa se justifica e realiza tendo por base o próprio fazer histórico e geográfico da gente do trabalho, que produz o trabalho e que, fazendo-o, produz cultura, novas paisagens, portanto, produz-se conseqüentemente, possibilitando forma e sentido para o mundo social, posto que essa mesma gente é parte inteira e plenamente interativa com as relações que aqui se pretende descrever.

2.5 Da dialética do território

O princípio axial a estruturar e orientar as análises que se seguem é a dialética como horizonte filosófico, perspectiva interpretativa e totalidade assumidamente dinâmica a possibilitar, por conseguinte, o alargamento das compreensões em pedagógico dialogo envolvendo atualizações e *re*-atualizações de conceitos e entendimentos num contexto geográfico pré-estabelecido para o entendimento do objeto da pesquisa.

Eis que o movimento dialético que fundamenta e lastreia a construção teórica almejada, se justifica porque, primeiramente, se tem claro, desde o princípio, que não se compreende ou admite o real como sendo uma totalidade estática, imóvel, finalística e desprovida de formas sociais, políticas, econômicas e culturais caoticamente presente nos complexos do espaço/tempo.

Ao contrário, o real, se faz e se realiza exatamente em função do movimento das coisas e dos fatos, de tudo o que existe e ainda daquilo que não existe, daquilo que se dá como imaterialidade, símbolo ou representação. O real é o instável, o precário, o que movimenta, o que sempre movimenta e vibra sob um sinérgico de forças, influências e interesses nem sempre claros ou evidentemente dispostos. A esse respeito, afirma Konder (1985):

Dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão. Aristóteles considerava Zênon de Eléa (aprox. 490-430 a. C.) o fundador da dialética. Outros consideram Sócrates (469-399 a. C.). Numa discussão sobre a função da filosofia (que estava sendo caracterizada como uma atividade inútil), Sócrates desafiou os generais Lachés e Nícias a definirem o que era a bravura e o político Caliclés a definir o que era a política e a justiça, para demonstrar a eles que só a filosofia – por meio da dialética – podia lhes proporcionar os instrumentos indispensáveis para entenderem a essência daquilo que faziam, das atividades profissionais a que se dedicavam. Na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. No sentido moderno da palavra, o pensador dialético mais radical da Grécia antiga foi, sem dúvida, Heráclito de Efeso (aprox. 540-480 a. C.). Nos fragmentos deixados por Heráclito, pode-se ler que tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas. Lê-se também que vida ou morte, sono ou vigília, juventude ou velhice são realidade que se transformam umas nas outras. O fragmento no. 91, em especial, tornou-se famoso: nele se lê que um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por quê? Porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio (ambos terão mudado). (KONDER, 1985, p. 07).

Nestes termos, a busca por compreender os movimentos do real se efetiva diretamente na detecção e decodificação das principais forças sociais, a partir das relações sociais concretamente estabelecidas e que culminam na feitura da materialidade histórica, da concretude dos fatos e acontecimentos históricos feitos por homens e mulheres reais e em

movimentos dos mais diversos, conscientes ou não de suas ações e consequências e afundados em uma profusão de relações das mais distintas e contraditórias.

Esta premissa fundante é o caminho e a opção intelectual possível para o necessário soerguimento de um modelo analítico, histórico e crítico em condições de, primeiro, descrever o real e as bases em que se assenta, para depois, identificar as próprias tendências deste universo específico. Evidentemente, produzir, fundamentar e acionar uma estrutura intelectual, centralmente dialética e que dê conta, sobretudo dos novos e atuais fenômenos do contemporâneo não é, por assim dizer, trabalho de fácil ocorrência.

Como se sabe, fenômenos contemporâneos são marcados, sobretudo, pela velocidade ou simultaneidade e que envolve o acontecimento em causa com a sua respectiva comunicação ou informação. Nessa conformidade, diagnosticar o real e seus movimentos em um tempo marcado por mistificações, simulações, dissimulações e simulacros é tarefa delicada.

Não por acaso, já é muito conhecido o termo, evidentemente ambíguo, diga-se de passagem, “tempo real” que busca, sobretudo, exprimir ênfase para a controversa relação que envolve simultaneidade entre acontecimento e sua expressão. De outro modo, o mundo contemporâneo, hiperconectado a partir de uma grandiosa estrutura tecnológica e amplamente espreado por todo o mundo, flui ligeiro e célere por uma dinâmica informacional que, por seu turno, na medida em que soluciona, erradica e supera velhos problemas, cria novos dilemas e obstáculos para a compreensão do mesmo real, posto que, por exemplo, a imagem, o símbolo e o efêmero ganham novo e importante estatuto no contemporâneo movimento de formação e conformação do real, como mostra Castells (1999):

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias em todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. [...]. O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital. (CASTELLS, 1999, p. 40).

Definitivamente, trata-se de novo e estranho mundo, medido e mediado por uma enormidade de tecnologias informacionais que garantem tempos mínimos para todos os processos sociais, políticos e econômicos. São impressões, imagens e sinais que passam a assumir presença central no movimento de construção e orientação das percepções humanas na sempre desafiante empreitada por revelar o mundo tal qual ele, como de fato e concretamente se apresenta.

É preciso que se afirme, contudo, que a feitura desta dialética, bem mais do que encetar arranjos binários entre contrários, representa e implica a própria gênese de um necessário horizonte intelectual, fecundo e amplo de possibilidades interpretativas, horizontalizado e alargado para as multiplicidades do conhecimento em um périplo por clarificar o real, portanto, pródiga em gerar e gerir conhecimentos.

É certo que a incursão intelectual de expandir olhares e compreensões sobre determinado objeto de estudo só se efetiva a partir de uma organização metodológica de tal ordem e organização que garanta procedimentos investigativos e que deem conta da totalidade formativa do referido objeto, identificando que este mesmo objeto é possuidor de história, de relações e que, sob quaisquer aspectos, é composto de energias humanas e, fundamental, é aspecto definidor para a compreensão do objeto em questão que não se negue ou abdique das percepções, olhares, impressões, sensibilidades e experiências daquele que o investiga, analisa e busca desvelar.

Pensar e encetar uma perspectiva metodológica ancorada em um movimento dialético de compreensões e interpretações para este trabalho se afirma como prerrogativa imperiosa porque é preciso, principalmente, acionar a consciência humana em prol do homem livre e emancipado, refutando conseqüentemente, toda e qualquer sorte de alienação ou estranhamento, condição central para a própria manutenção do atual estado de coisas e que permita ao homem o direito a uma vida em plenitude. É nessa direção que Ranieri (2001) afirma:

[...] consagrou-se, pelo menos nesse sentido que é atribuído a Marx, a compreensão de estranhamento (*Entfremdung*) como um ato, ou uma ação maior no tempo e no espaço, em que o homem, tomado genericamente (portanto como ser social), se torna alheio, isolado, estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade, assim como à atividade mesma, além de estar isolado ou alheio à natureza a partir da qual produz e vive em conjunto com outros seres humanos. Igualmente, esse processo de estranhamento aparece nas relações estabelecidas entre os próprios homens como insuficiência do processo de reconhecimento societário, na medida em que estão fundamentalmente comprometidas as possibilidades humanas de emancipação historicamente engendradas. Por esse motivo é que a perspectiva do “desestranhamento” é aquela que toma como ponto de partida o trabalho humano, pois o estranhamento manifesta-se historicamente como objetivação e apropriação. O proletariado encontra-se então, no interior desta perspectiva, como aquele elemento que não somente se opõe ao poder do capital, mas como o que transcende

a si mesmo e a este último, na medida em que emancipa o trabalho do seu jugo. (RANIERI, 2001, p. 9).

Nesse contexto, é a capacidade de estabelecer diálogos e relações íntegras entre as categorias em causa, o motivo central, intelectual e epistemológico a garantir e conferir a densidade e a consistência necessárias para o desvendamento das dinâmicas territoriais advindas do complexo produtivo a ser compreendido.

Torna-se claro e, de novo, se afirma que a opção metodológica de separar, de classificar, de forma positivista a partir de alegações científicas profundamente ortodoxas e evidentemente questionáveis, o observador do objeto de observância, de contemplação e estudo é conferir, por conseguinte, grave e comprometedor problema de método e metodologia, o que, produz, em seguida, resultantes danificadas e comprometidas de tais estudos e análises.

A compreensão das relações sociais e suas formas de acontecimento no cotidiano laboral e vivencial dos indivíduos é aspecto definidor para entender, sobretudo e, finalmente, o poder. O mesmo poder que opera também e, sobretudo, nos interstícios da vida social, atomizando o homem, influenciando-o e mediando-o, orientando-o e garantindo-lhe sentido e conteúdo social para as práticas, hábitos e costumes que tecem, dão coerência e continuidade para o seu universo de pertencimentos, para enfim ser parte neste mundo social.

Finalmente, compreende-se que reflexões sobre o poder, mesmo que panorâmicas, são pertinentes e contributivas para o entendimento acerca dos choques envolvendo os territórios do município pela ação expansiva da moeda moderna. Cita Holloway (2003):

Uma parte importante do argumento de Foucault é que não se deveria entender o poder em termos puramente negativos, que também devemos entender como o poder constitui a realidade e nos constitui. Ou seja, não somos concebidos nem nascemos em um vazio livre de poder, mas em uma sociedade permeada pelo poder; somos produtos dessa sociedade. No entanto, Foucault não consegue revelar a categoria de poder, não consegue apontar para o antagonismo fundamental que o caracteriza. Assim, podemos dizer, por exemplo, que somos produtos do capital, ou que cada coisa que consumimos é uma mercadoria. Parece ser assim, mas é enganoso. Só quando revelamos essas categorias, quando dizemos, por exemplo, que a mercadoria se caracteriza por um antagonismo entre valor e valor de uso (utilidade), que o valor de uso existe na forma de valor e como revolta a essa forma, que o desenvolvimento completo de nosso potencial humano pressupõe nossa participação nessa rebelião, e assim sucessivamente: é só então que podemos fazer com que tenha sentido a afirmação de que tudo que consumimos é uma mercadoria. A mesma coisa acontece com o poder: só quando revelamos a categoria poder e vemos o poder-sobre como a forma antagônica do poder-fazer, tem sentido dizer que o poder nos constitui. O poder que nos constitui é um antagonismo, um antagonismo de que somos parte de maneira profunda e inevitável. (HOLLOWAY, 2003, p. 69).

É essa tentativa por produzir reflexos e sensibilidades no homem produtor de espaços que o expediente dialógico principia centro para o periférico, unidade para aquilo que

é fragmentário, coerência para o disperso e sentido para o banal. Desse modo, dá-se fim às hierarquias conceituais a fim de um equilíbrio analítico de maior amplitude, alargamento e integração.

Em conformidade com esta perspectiva, o poder se exprime no movimento permanente de significação ou ressignificação dos territórios. A face vigente do território é a face do poder que prevaleceu e que se tornou cotidiano. Dessa forma, o poder e suas relações múltiplas e variadas são objetivamente relações cotidianas e do cotidiano.

Inevitavelmente este mesmo poder se expressa no e pelo cotidiano e cada cena, passagem ou dimensão do cotidiano, mesmo aquelas que se afirmam como oposição ou algum tipo de contrapoder ao instituído e incorporado ao cotidiano traz em si, marcas e caracteres do poder prevalecente.

Porque o cotidiano é essa totalidade e que mesmo não percebido ou compreendido, faz fluir a ampla torrente de forças materiais e imateriais a garantir unidade e integração para o atual mundo do capital, hegemonizado por sua desmedida lógica de acumulação. Nesse contexto, afirma Carvalho (2011):

A vida cotidiana é aquela via dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, a pinga ou o vinho, ver televisão, praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um “papo” de sempre, etc. – [...] Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige, o “eu” a consciência. Mesmo os sonhos e desejos construídos dia a dia, no silêncio e no devaneio, não representam um ato de consciência. O jogo dos sonhos e atividades rotineiras produz insatisfações, angústias, opressão, mas também segurança. Raras são as pessoas que não se deixam intoxicar por esse cotidiano. Raras são as pessoas que o rompem ou o suspendem, concentrando todas as suas forças em atividades que as elevem deste mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e a consciência do ser homem total, em plena relação com o humano e a humanidade de seu tempo. (CARVALHO, 2011, p. 23).

É nessa perspectiva e proposta teórica que o poder deve ser compreendido. Como manifestação viva e presente nas tramas do cotidiano e que é produzido e reproduzido pelos indivíduos, conscientemente ou não, em seus fazeres diários e permanentes de reprodução e manutenção das próprias vidas.

Enfim, não pode haver o sistema e sua totalidade sem o indivíduo que lhe dê forma e vida cotidiana. Em outra maneira, poder e indivíduo são componentes centrais na organicidade gerida pelo poder que faz e conforma territórios.

2.6 Do território e de seus conteúdos

Buscando sincronizar as racionalidades até aqui postas e visando, enfim, descrever os amíúdes do Município e que é foco desta pesquisa, imerso na sempre tensa e fecunda relação com o regional e o global, de maneira a identificar nas intercessões essenciais desta mesma relação, alterações ou conformações que descrevam ou indiquem exigências, movimentos e intenções de uma conjuntura dada, traz-se ao centro destas reflexões e abordagens a categoria analítica do território.

Território é categoria de análise entremeada por sentidos e percepções elementares para as reflexões que se propõe e que opera fundo nos sentimentos de pertença que, em suma, garante vida e caráter único às individualidades, na medida em que, expressa, das mais diversas maneiras as múltiplas faces do poder e, respectivas formas de ocorrência, estas, essenciais para o entendimento e compreensão das dinâmicas que geram conformidade para as territorialidades.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem [...] A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda. (SANTOS, 2000, p. 96).

Em outros termos, em Santos (2000), tem-se que revelar o poder em suas mais distintas acepções e tipos de existências, representa aspecto, sobremaneira, importante para a compreensão do *modus* como se opera e se efetiva a feitura inconclusiva do mesmo território. Porque como já se sabe, território conformado e em conformação é a expressão de relações de poder. Enfim, o mesmo exercício cotidiano, renovador e, da mesma forma, inquietante a envolver o essencialmente simbólico e, não menos potente *status* de ser e estar em um território dado, traz e indica, por suas caracterizações, as relações objetivamente assimétricas e que, em último termo, definem as formas territoriais circunscritas a uma economia entregue às leis ou crimes de mercado tal e qual a economia brasileira e que, necessário considerar, diz respeito a uma economia estruturalmente dependente, subdesenvolvida e edificada sobre bases sociais historicamente assimétricas.

Mendonça (2004) cita:

Dessa forma, a leitura do território carece da investigação sobre os movimentos sociais, implicando numa postura política de relevância na interpretação das múltiplas relações macrosociais e suas relações com as vivências e experiências

construídas cotidianamente nestes territórios. As formas históricas de análises precisam ser distanciadas, para que possamos *des-velar* – retirar o véu que encobre – a realidade social. Isso não significa abrir mão dos postulados e princípios teórico-metodológicos, tampouco da compreensão de que fazer pesquisa é uma ação política clara e necessária, mas, simplesmente sentir, ouvir, cheirar, apalpar, enxergar, viver as configurações sociais construídas pelos sujeitos pesquisados. (MENDONÇA, 2004, p. 51, grifos do autor).

Ver o Território como unidade feita pela convergência de forças sociais, não raro, contraditórias entre si, exprime, sobre amplo leque de formas e olhares, os próprios movimentos de grupos ou comunidades humanas em seu fazer-se e refazer-se, em um realizar-se no dia-a-dia. Por sinal, inscrito com formas existenciais e relacionais pré-existentes e que, de outro modo, compele estes coletivos humanos a compreenderem esta diversidade de tempos a compor o território a fim de alguma garantia para o cumprimento dos seus interesses nos rigores conjunturais ou estruturais do espaço/tempo.

Daí, o território trazer as marcas específicas de um tempo, tempo vivido, mas um tempo que envolve mais do que a simples cronologia, mas que se apresenta como expressão e tendência. Nessa conformidade, o território como sendo um todo coerente, resultado e coerência sócio-histórica de um espaço/tempo dado assimila e expressa essas marcas econômicas, culturais, políticas e existenciais deste mesmo homem em seu interminável movimento por existir.

O mundo do território, pela força que possui, pelas implicâncias e relações que estabelece, transfere suas relações de poder a tudo o que o cerca. Nada foge ou escapa ao território e, sobretudo e principalmente, homens e mulheres, agentes da ação consciente e da transformação da natureza, portanto do território. A esse fenômeno dá-se o nome de política. Não por acaso Correa (2008) irá afirmar que o espaço transforma-se, através da política em território, em conceito-chave da Geografia.

E a política acontece se indivíduos se reconhecem como seres sociais portadores de necessidades, vontades e objetivos comuns. Afora essa perspectiva o esforço por construir política e sentido para a vida individual e coletiva esbarra no desafio da fragmentação da vida cotidiana. Destarte, sem política definida não se altera a substância real e concreta do mundo da economia.

Cavalcante (2012, pág. 05) afirma:

Fundamentalmente, a comunidade que enseja pelo surgimento de uma economia de tipo novo e que a beneficie mais diretamente só é possível a partir de determinadas vinculações políticas. Tem-se que é o nível de proximidade entre os trabalhadores, bem como as convergências políticas criadas e recriadas no cotidiano que serão, enfim, os determinantes para o estabelecimento da empreitada sócio-econômica. Política neste sentido, é o fundamento ativo, infra e intra-comunitário que possibilitará dinamizar e fazer fluir novas práticas e, por

consequente, novas sensibilidades e percepções que irão garantir coerência e unidade mínimas para a edificação da infra-organização básica e essencial que possibilitará dinamismo para a nascedoura sociabilidade econômica. (CAVALCANTE, 2012).

Indiferentemente, esse movimento gerador de cultura política é também gerador de relações de poder que impingem marcas vivas e pungentes ao mundo do território. Marcas que se apresentam de forma evidente, por exemplo, nos corpos destes mesmos homens e mulheres que aí vivem, produzem, se subsistem e, desta forma, se projetam rumo ao futuro.

Expressão direta deste fenômeno é que o território e as respectivas relações de poder e que, indelevelmente, traz em sua estrutura e composição, se mostra nos corpos e nas faces, principal e evidentemente, de homens e mulheres envoltos com as lidas e rigores do trabalho diário de estar, de fazer e de refazer o território. É a força imanente do poder que se consubstancia no território desde os seus pormenores.

Território como força e relação de poder se mostra, por exemplo, nas expressões lastimáveis de um sem-número de pessoas, porque se fragmenta no desequilíbrio do poder que, a título de exemplo, converte o público em privado e o privado em horizonte exclusivamente possível. Em outros modos, é o poder na especificidade do predomínio do privado e do estatal de tipo novo e em sua pior e mais dilacerante feitura que é o da submissão dos espaços e territórios aos interesses individuais, corporativistas e não democráticos. Afirma Sarlo (2005):

Os corpos, que não admitem nem prorrogações nem podem fazer concessões em relação ao que foi prometido, forma deteriorados. Os corpos não mentem. [...] Há dezenas de milhares de crianças que não comem todos os dias, barrigudas e franzinas, raquíticas e vulneráveis. Há dezenas de milhares de adolescentes que nunca saem das quadras dos bairros afastados em que vivem, por medo, por distância cultural, por falta de recursos. Milhares de outros deixam seus bairros para sempre; são os habitante da noite, dos túneis, dos becos, dos umbrais das lojas e dos edifícios. Esses corpos marcados pela miséria talvez até venham a receber um alimento amanhã, mas ele jamais compensará o que deixaram de receber hoje. Seus corpos estão sendo maltratados, ofendidos, desprezados, humilhados. (SARLO, 2005, p. 14).

É importante considerar que sempre são pertinentes mais estudos e pesquisas envolvendo as inúmeras possibilidades científicas acerca do território e do corpo na medida em que é por meio de um corpo que a vida se manifesta e se relaciona com o mundo que o cerca. Neste sentido, observar corpos, suas manifestações na relação com a vida que se processa nos cotidianos se impõe como possibilidade intelectual promissora. Sobre isso, Sarlo (2005) afirma:

Quem visita a periferia da cidade volta com histórias literalmente inacreditáveis. O estado dos corpos escandaliza, causa espanto e distanciamento: crianças adormecidas pela fome, bebês catatônicos, velhos enlouquecidos pelas privações

enclausurados na obsessão de sua miséria, corpos curvados de homens jovens rejeitados por um mercado que não precisa mais deles. Marcas das condições indignas de vida gravadas nos corpos dos excluídos, dos credores da dívida que não foi paga. Uma sociedade não se sustenta apenas por suas instituições, mas, principalmente, por sua capacidade de gerar expectativas de tempo. O corpo e o tempo estão ligados: uma vida é um corpo no tempo. A dívida é também uma dívida de tempo porque, quando o corpo não recebe aquilo de que necessita, o tempo se torna abstrato, inapreensível pela experiência: um corpo que sofre sai do tempo da história, perde a possibilidade de projetar-se adiante, apaga os sinais de suas recordações. Os pobres têm corpos sem tempo. Por isso as mulheres que tem trinta anos, oito filhos e um marido desempregado ou preso parecem tão velhas. Por isso os corpos dos velhos pobres parecem aniquilados. Para eles, o tempo já se esvaiu por completo: nasceram, cresceram e envelheceram no hiato em que um jovem próspero entra na primeira etapa da maturidade. Sem tempo para fazer projetos, sem futuro, os corpos correm os riscos impostos pela dívida não-paga: a violência, a ruptura de todos os laços sociais, a selvageria da droga são desafios vistos como se fossem a única afirmação possível da identidade. Quando se rompe a expectativa de um tempo futuro, quando ninguém se sente mais credor nem titular de direitos, os corpos usam a violência para se rebelar. A dívida social feriu os corpos. Estamos acostumados a pensar nos cidadãos de forma abstrata. Seria melhor pensar neles na materialidade explosiva das necessidades não atendidas. O pagamento, irrisório, está sempre atrasado. (SARLO, 2005, p. 15).

O território, enfim, com seu dinâmico turbilhão de multiformas, materiais ou imateriais, de energias diversas e de forças sociais múltiplas comporta e conforma os específicos humanos, de maneira que, este mesmo território, pela convergência nem sempre clara das ações humanas, se encontra inevitavelmente condenado a produzir cenários ou formações sociais, bem como formas prevaletentes e predominantes de poder. Esses quadros ou possibilidades são fruto do mesmo movimento histórico e dialético que permite e explica o homem em sua infinita luta por fazer-se homem. Um tipo existencial único e gerador de identidades, alteridades, percepções, afinidades, afetos, referenciais e enfim, fazedor de cultura, lastro e solo simbólico para a vida em comunidade, portanto, para a sua própria vida. Assim, tem-se evidentemente que o território é, por excelência, o lugar da cultura.

Paralelamente, surge como expressão totalizante, coerente e sintética, contudo, conflitante com todo um movimento teleológico e estruturante realizado pelo homem em sua labuta por fazer a segunda natureza. Aquela natureza que admite o homem existir e tornar-se, enfim, homem. Indelévelmente estes caracteres surgem e se mostram vivos, pertencentes e atualizados na própria formação do homem.

Acham-se vigorosos em suas falas e comunicações, nas formas relacionais que estabelece e reproduz, nas manifestações individuais ou coletivas, no ser/estar de grupos e etnias dos mais distintos, mas também na, já referida, segunda natureza feita pelo mesmo homem e que, tão somente, é a ação consciente de transformar a natureza e, portanto, produzir cultura e que, desta maneira e inexoravelmente, transforma a si mesmo.

E temos a natureza transformada e convertida em edificações, prédios, calçadas, praças, passaredos, ruas e todas as coisas artificiais que nos circundam, mas também no imaterial das formas culturais, nas crenças, linguagens, alegrias e, fundamentalmente, no desenvolvimento de suas lutas sociais e políticas.

De maneira singular, tem-se que nas especificidades sócio-territoriais do Brasil, cabe, em um sempre, empreender estudos, análises e investigações das mais diversas no intuito de revelar as novas tipologias territoriais que se sucedem no ininterrupto movimento de definição e redefinição territorial.

Este *mobile* geográfico que aglutina, integra e desintegra territórios, que gera e *re-*gera formas territoriais novas. Que, em tal consonância, condiciona o homem às novas modalidades territoriais advindas, sobremaneira, das condições e fundamentos da reprodução ampliada do capital e que, invariavelmente, se apoia e se funda na técnica, nos potenciais humanos e ambientais dos territórios.

Nesta conformidade, tem que as próprias relações que envolvem homem e território são profundamente alteradas na perspectiva de romper com vínculos essenciais deste mesmo homem com seu mundo de sentidos, valores e afetos. Esta ruptura simbólica, imaterial e afetiva e que o movimento, sempre expansionista, desmesurado e desmedido do capital e de sua pletera de investimentos no campo, opera em seu exercício de agigantar-se *ad infinitum* é, por assim dizer, condição central para a expansão da modernidade capitalista voltada para o rural. Não há como negar que as culturas locais são, potencialmente, formas de resistências, daí, obstáculos às rentabilidades do agronegócio.

Assim sendo, as ciências sociais, sobretudo a ciência geográfica vê-se às voltas com a necessidade decisiva de realizar, no âmbito de seus diversos campos de conhecimento, atualizações à luz da materialidade histórica e que, de maneira inarredável, para realizar-se como evento histórico é, antes, constituído por uma infinidade de processos sociais objetivando, finalmente, o desvelamento das dinâmicas essenciais e de maior relevância encetadas e afeitas com os novos e atuais ciclos de reprodução do capital.

Cabe ao pensamento geográfico de maior criticidade, amplitude e densidade histórica identificar com maior profundidade e amplitude os pormenores decisivos daquilo que se chama território. Como já muito citado, o território como expressão espacial de relações de poder só pode converter-se em efetivo objeto analítico, trazendo as sociabilidades e relações sociais que contem e vive. Território, meio e fim, do poder só é identificado como tal se compreendido em meio ao cipoal de relações saídas e que determinam uma sociedade estratificada como a brasileira.

Concernentes a esses aspectos, Bottomore (2001) afirma que:

O conhecimento geográfico trata da descrição e análise da distribuição espacial das condições (criadas pelo homem ou existentes na natureza) que formam a base material para a reprodução da vida social. Também procura compreender as relações entre essas condições e a qualidade de vida social sob um determinado modo de produção. A forma e o conteúdo do conhecimento geográfico dependem do contexto social. Todas as sociedades, classes e grupos sociais dispõem de um “saber geográfico” característico, de um conhecimento funcional de seu território e da distribuição espacial dos valores de uso para eles relevantes. Esse “saber” adquirido pela experiência é codificado e transmitido socialmente como parte do aparato conceitual com o qual indivíduos e grupos enfrentam o mundo. Pode ser transmitido como uma imagística espacial-ambiental de definição imprecisa, ou como um corpo formal de conhecimento – a geografia – no qual são instruídos todos os membros da sociedade ou apenas uma elite privilegiada. Esse conhecimento pode ser usado na luta para dominar a natureza, bem como outras classes e povos. [...] A geografia burguesa, enquanto corpo formal de conhecimentos sofreu sucessivas transformações sob a pressão de imperativos práticos em permanente mudança. A preocupação com a precisão na navegação, em séculos anteriores, deu lugar mais tarde a práticas cartográficas destinadas a estabelecer a propriedade privada e os direitos estatais sobre territórios. Paralelamente, a criação do mercado mundial significou “a exploração da terra em todas as direções”, para descobrir “qualidades novas e úteis das coisas” e, com isso, promover “a troca universal de produtos de todos os climas e terras estranhas” (Marx, Grundrisse, p. 409). Trabalhando na tradição da filosofia natural, geógrafos como Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859) empenharam-se em construir uma descrição sistemática da superfície do globo, como repositório de valores de uso exploráveis (tanto naturais como humanos) e como o *locus* de formas diferenciadas de reprodução econômica e social. (BOTTOMORE, 2012, p. 239, grifos do autor).

O território, na defesa e narrativa aqui utilizada, com as relações societárias que estabelece e com as manifestações que suscita é objetivamente e também, categoria diretamente vinculada àquilo que se entende por economia política na medida em que expressa, de forma inquestionável, relações sociais, assimetrias daí surgidas e o estabelecimento de relações de poder específicas. E bem mais do que isso, os elementos sociais, políticos e econômicos que garantem e potencializam articulação, movimento e tendência para estas mesmas relações sociais, como se pode perceber nas afirmações de Netto (2010):

A expressão Economia Política, que tem origem no grego *politeia* e *oikonomia*, aparece pela primeira vez, em 1615, quando Antoine Montchrétien (1575-1621) publica a obra *Traité de l'Economie Politique* [Tratado de Economia Política]. E embora surja em textos de François Quesnais (1694-1774), James Stuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790), é apenas nos primeiros vinte anos do século XIX que passa a designar um determinado corpo teórico. Mas isso não significa que a Economia Política só se constituiu e sistematizou como campo teórico na entrada do século XIX – significa apenas que nesses anos ela passou a ser reconhecida como tal. [...] Nos maiores representantes da Economia Política clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas, encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos. A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se tratava de uma disciplina particular, especializada, que procurava “recortar” da realidade social um “objeto” específico (o “econômico”) e analisá-lo de forma autônoma. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao trabalho, ao valor e ao dinheiro, à Economia

Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime – e naquelas questões “se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização dessas relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho” (Teixeira, 2000: 100). Os clássicos da Economia Política não desejavam, com seus estudos, constituir simplesmente uma disciplina científica entre outras: almejaram compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma teoria social, um elenco articulado de idéias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social. E mais: os clássicos não se colocavam como “cientistas puros”, mas tinha claros objetivos de intervenção política e social. (NETTO, 2010, p. 16, grifos do autor).

De fato, tem-se que território como categoria crítica e polissêmica apresenta sentido concreto se realizado epistemologicamente a partir do mundo da política. De maneira que é esse caminho que possibilita identificar e afirmar, sobretudo, o trabalho humano como atividade central no processo gerador e definidor de sociabilidades e, portanto, categórico essencial para a compreensão do próprio território.

Neste campo cumpre ainda trazer ao centro das definições básicas o uso da técnica, visto que, de outro modo, a técnica, dentre outras possibilidades metaboliza o território como espaço do trabalho, acelerando suas transformações no sentido e nos interesses daqueles que se apropriam das técnicas e de suas formas de realização.

De forma geral, o território é o *topos* do trabalho e do excedente deste mesmo trabalho por isso o poder econômico, o mesmo poder político, se apropria dos frutos desse mesmo trabalho e daí, o surgimento ininterrupto de conflitos, resistências e rupturas. Nesse paralelo, tem-se que em uma sociedade estruturada a partir de uma perspectiva de mercado liberado, fundada em trocas econômicas das mais distintas e sem a interveniência de organismos reguladores e estatais cuja condição basilar de câmbio comercial é concretamente a conversão hegemônica de tudo o que existe em mercadoria, a compreensão dos conflitos envolvendo capital/trabalho e território se afirma, dessa forma, como exigência centralmente importante e definidora para a clarificação geográfica, portanto, política das composições dos territórios.

Negar esse aspecto é não compreender as relações estabelecidas no âmbito ou no cerne do território, tampouco a natureza do poder e que define, finalmente, o próprio território. Território de conflitos, enigmas e incompletudes. Expediente, neste paralelo, que se processa, sobretudo, a partir da presentificação da técnica e de sua respectiva intensificação e em todos os níveis e dimensões em que se dá a produção. Assim, técnica ou trabalho eficaz e eficiente como artifício propulsor dos fluxos econômicos atuais converte, de maneira despótica e autoritária, a própria vida humana em espaço de produção de mercadorias.

Este é o aspecto totalizante que aciona os territórios na contemporaneidade. Que dá fim à velha dicotomia que, de formas diversas, sempre envolveu e definiu, por exemplo, espaços de produção e espaços de lazer – espaços de vivência do indivíduo, posto que a técnica como valor que refunda o contemporâneo, refaz o trabalho, sua essência, organicidade e subjetividade alterando, em seguida, sociabilidades, percepções e interações a partir do viés da produção mercantilista e, ao seu modo, cria e recria a própria civilização a partir dos meandros de menor trivialidade da vida cotidiana de homens e mulheres até a atual conformação planetária da economia e das trocas comerciais e que, de maneira inarredável, abarca e envolve a todos nós.

Este é o novo, o não compreendido ou identificado e que reconfigura as próprias fronteiras do trabalho e da produção, alterando substancial e irremediavelmente, por conseguinte, as próprias noções e sentimentos de ser e existir no território. De outra maneira, território expressa o contemporâneo. Essa é a sua característica de maior preponderância e centralidade. Arrais (2011) afirma:

O que estava e está em jogo, na verdade, é a disputa pelo território nacional, e seu suposto fim era um indicativo de que isso se tornara imprescindível para as estratégias dos grupos econômicos internacionais e do capital financeiro, assim como das grandes potências, especialmente os Estados Unidos. Nem mesmo o discurso da soberania, próprio da territorialidade westfaliana, serviria mais à nova geopolítica mundial, pois a persistência desse discurso implicava admitir que os recursos naturais (especialmente os energéticos), o mercado de consumo e a propriedade intelectual eram protegidos pelo manto nacional. No plano concreto, a exploração de recursos minerais, o estímulo à ocupação de terras para fins de colonização, a ampliação da fronteira agrícola, além da exploração energética são claros indicativos de segmentos de que a importância do Estado ainda é destacada. Entretanto, este atua também como na garantia da circulação, a partir da regulação e/ou do investimento direto em rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos etc. Por isso, age tanto como ente regulador quanto com investidor direto no território, o que gera críticas em razão da concepção do discurso neoliberal de que existe uma falsa separação entre os interesses imediatos do mercado e a regulação estatal. (ARRAIS, 2011, p. 15).

Dessa forma, se faz necessário compreender e afirmar que o homem sem seus vínculos territoriais, estes, feitos e temperados na liga firme e coesa da vida social é condição e pré-requisito para a fluência e aprofundamento do capital, não só em seu clássico estatuto de investimento a tirar do trabalho individual ou coletivo o mais-valor, aspecto necessário e fundamental para a sua reprodução, mas e, principalmente como engenho cultural de importância basilar na sofisticada operação ideológica por fazer e refazer a cultura e as formas de organização social que tem no atual indivíduo atomizado e fragmentário o centro pleno de sua lógica e organicidade. Neste sentido, afirma Buarque (1991):

De todas as misérias criadas nas últimas décadas na sociedade brasileira, nenhuma foi mais profunda do que aquela que, em nome da modernidade, levou a um brusco processo de urbanização. Coerente com a concepção de que a urbanização e a

indústria eram sinônimos de modernidade, todas as políticas iam no sentido de induzir um processo de migração. As cidades dispunham de mecanismos de atração – salário mínimo, serviços – ao mesmo tempo que o campo tinha mecanismos de expulsão – concentração da terra, violência. Em poucos anos, um país rural assumiu um perfil urbano, sem dispor dos recursos para oferecer os serviços necessários. A consequência dessa velocidade migratória para a cidade foi a tragédia das grandes metrópoles dos países do Terceiro Mundo. O Brasil está entre aqueles onde esta tragédia se apresenta mais dramaticamente. Qualquer reforma visando uma sociedade harmônica terá de corrigir esse problema. O enfrentamento exige investimentos sociais e urbanos nas cidades. Mas exige, sobretudo, uma reversão no privilégio dado às cidades, em detrimento do campo. A melhor forma de corrigir, a médio prazo, as deformações das grandes cidades é dar prioridade ao setor rural e às cidades de menor porte. A pressão sobre as cidades grandes tenderá a se reduzir, na medida em que a propriedade da terra seja modernizada – com sua distribuição eficiente do ponto de vista econômico e do ponto de vista dos resultados sociais –, seja implantada uma política de salários e benefícios sociais, e haja um sistema eficiente de saúde, educação, aposentadoria e habitação no setor rural e nas pequenas cidades. A ocupação moderna do território não se limita à relação cidade e campo. A disparidade regional que o Brasil apresenta é incompatível com um quadro real de modernização. Apesar disso, nenhum outro país tem tal disparidade de renda e de bem-estar médios entre as populações de suas regiões. Ainda mais grave, a disparidade tem sido crescente em função das medidas modernizadoras. As tentativas de reverter essa tendência fracassaram, na medida em que a lógica do desenvolvimento impõe uma crescente concentração da renda. (BUARQUE, 1991, p. 90).

Ocorre que o indivíduo destituído de seus referenciais e identidades sociais e coletivas saídas do mundo do território é, objetivamente, um ser de enorme pobreza política, com menor consciência e clareza do imediato mundo que o cerca, vazio do importante sentimento de pertencimento e, portanto, de atuação em prol do território da qual é parte. Este é, portanto, um ser social de menor alcance, abrangência e envolvimento porque, tragicamente, é menos político no sentido público, cidadão e republicano do termo e, de outro modo, é imperioso que se diga que a integridade do território se dá inevitavelmente pelo fazer político livre, autônomo, coeso e integrado de homens e mulheres.

Finalmente, o território não é uma estrutura estática, ao contrário, o que o caracteriza de forma mais precisa é exatamente a existência de uma profusão de movimentos e que se encerram em seu interior. Movimentos que, vez por outra, são concebidos, ordenados e realizados pela ação política orgânica e que em outros momentos são marcados pela espontaneidade ou por princípios eminentemente aleatórios.

A ideia a ser abertamente defendida é que não pode haver território sem política, ou seja, não é a espontaneidade que define o território, mas, ao contrário, é a ação política de agentes igualmente políticos que se articulam a partir de interesses específicos e comuns bem definidos para a construção de poderes que interfiram na relação de poder que marca e define o território. Relação nunca simétrica, equivalente ou equilibrada, mas contraditória, desigual e matizada a partir de interesses dos mais diversos.

Sem o desenvolvimento de forças políticas entremeadas por interesses dos mais diversos, concatenados e alinhados no sentido de exatamente compor um movimento de maior predominância e alcance não podem existir relações de poder a caracterizar e determinar o território. Assim, território é território político ou não se afirma como categoria geográfica centralmente determinante para a compreensão dos próprios rumos da sociedade.

2.7 Desenvolvimento e tempo geográfico

É preciso tornar claro, e em conformidade com as exigências dessas análises, que este estudo visa um tipo próprio de crítica ao atual modelo de desenvolvimento adotado, fortemente estruturado e prevalecente no atual contexto socioambiental. Diz respeito às possibilidades de concepção de outra lógica de desenvolvimento e que objetiva e diretamente perpassa pelas atuais formas de gestão do trabalho e da produção que aqui acontece. Respeita, desta forma, às formas essenciais de pensar e intervir de maneira mais eficaz e eficiente nos próprios rumos da vida social.

É da compreensão de que a gestão do trabalho e da produção deve ser prerrogativa daqueles que diretamente executam a produção é que, assim sendo, os produtores ou agentes do trabalho podem matizar formas novas e distintas de, por exemplo, conferir intervenção nas cidades e em seus espaços produtivos ou improdutivos. Definitivamente este modelo de desenvolvimento, bem como a sua qualidade, se refere a ampla, abrangente e complexa dinâmica envolvendo a natureza, seus recursos, formas e mecanismos de processamento e transformação de itens e produtos, até às estruturas e logísticas destinadas à circulação de mercadorias, bem como às múltiplas formas de consumo que envolve o material, o imaterial e que, pelos seus traços, garante laço, proximidade e integração para indivíduos inscritos nesta mesma dinâmica.

Nesse paralelo, o desenvolvimento aqui analisado se apresenta bem mais como processo histórico do que como conceito. Este ponto de partida garante para a pesquisa as amarras conceituais de maior força para, por exemplo, afirmar que o território não é uma abstração. É o resultado concreto e a expressão histórica e material de relações políticas, portanto, de poder.

Essa premissa respeita uma estrutura conceitual coerente e dinâmica desde as perspectivas mais individuais e subjetivas até ao que se realiza em Itumbiara, em Goiás e de resto, em todo o Brasil e que busca identificar o modelo de desenvolvimento que inclui a

tipologia produtiva e que é um dos objetos deste estudo. Porque destas relações de produção surge o mote definidor da própria razão de ser dos territórios.

O desenvolvimento ou modelo de desenvolvimento em causa não só é assimétrico e desigual desde a sua concepção, consecução e estruturação, mas definitivamente, se trata de ampla, extensa e potente plethora de contradições sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais e que segue se avolumando, se expandindo e ganhando em complexidade ao longo de todo o decurso da história na mesma medida e intensidade em que se afirma uma fulcral e comprometedora ausência de possibilidades políticas alternativas a este mesmo desenvolvimento. Sobretudo de possibilidades ou projetos advindos e inspirados em práticas originais, sóbrias e parcimoniosas expressas, principalmente, em formas relacionais estabelecidas e estruturadas com e a partir do meio ambiente e da utilização dos recursos naturais, bem como, nascidos e saídos dos meios populares e sociais, orgânicos e organizados.

Objetivamente, a ausência de uma racionalidade *contra-hegemônica*, de um *contra-poder* ou de um projeto alternativo de desenvolvimento que, de fato, consiga fazer frente ao atual um estado de coisas que marca o tempo presente, implica necessariamente em maior força e em maiores possibilidades para esta mesma assimetria, tendo-se em vista que, o caso brasileiro se acha, historicamente, assentado em um passado profundamente oligárquico, patrimonialista, predador, privatista e etnocêntrico. Bresser-Pereira (2003) afirma:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque, de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 31).

De modo geral, o desenvolvimento até aqui experimentado só pode ser compreendido em perspectiva histórica, decorrendo a partir da identificação das posições sociais, políticas e econômicas, assumidas pelos principais agentes econômicos, dentre eles os Estados Nacionais. A expressão histórica, local e cotidiana de produção e reprodução do capitalismo global é o próprio fundamento das dinâmicas expansionistas do capitalismo em sua nova fase de acumulação.

Por suas características e ritmos é totalizante, uniformizador, atuante e militante no horizonte teórico e intelectual daquilo que se considera ser o “pensamento único” ou a

forma única de conceber o mundo e suas soluções sociais ou ambientais sempre e a partir das balizas, dinâmicas e sociabilidades do capitalismo em seu atual estágio de hegemonia financeira e que se reproduz em desmesurada escala global.

Desnecessário dizer que este modelo de desenvolvimento desconsidera saberes populares, inteligências coletivas mediadas pelo bem comum, pela partilha dos bens sociais e culturais, por relações mais íntegras e perenes com os sistemas naturais. É estruturalmente mal, desumano e desumanizador. A esse respeito Sen (2010) considera:

Os avanços tecnológicos registrados pelo planeta são extraordinários e vertiginosos. Os dados referentes à vida das pessoas, porém, são preocupantes e só fazem piorar diante do impacto da atual crise internacional, a maior desde a grande depressão de 1930. O planeta poderia produzir alimento suficiente para uma população bem maior do que a atual, e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. As reservas de água existentes poderiam permitir o fornecimento de água potável para toda a população e, no entanto, 1,2 bilhão de pessoas não tem acesso a água tratada. A água é algo decisivo para a vida. Como afirma, acertadamente, o Corão: “a partir da água, outorgamos vida a todas as coisas”. Anualmente, a sua falta provoca a morte de 1,8 milhão de pessoas. Quatro mil e novecentas crianças falecem a cada ano por não contar com água potável. Possuir um vaso sanitário e um sistema de saneamento é fundamental para a existência. Dois bilhões e seiscentos milhões de pessoas carecem disso, o que implica, para elas, uma vida miserável, que afeta sua saúde gravemente. O déficit de água e de saneamento poderia ser reduzido pela metade com uma quantia equivalente a apenas cinco dias do orçamento militar somado do planeta. Muitas pessoas passam fome e sede. A falta de água provoca também, a perda de 443 milhões de dias escolares, especialmente das meninas, obrigadas que são a buscar água onde quer que seja. Tudo isso, em pleno século da inseminação artificial, da clonagem de animais, dos iPods, dos computadores portáteis, da biblioteca digital universal e outras maravilhas tecnológicas. A cada ano, 500 mil mães morrem durante a gravidez ou no parto. Noventa e nove por cento delas estão nos países em desenvolvimento. Uma mulher por minuto. O índice de mortalidade materna não conheceu nenhuma melhora desde 1990, apesar dos enormes avanços ocorridos na medicina. Cerca de quatrocentas mães a cada 100 mil nascimentos morrem no momento de dar à luz. Algumas das causas disso são as hemorragias e a anemia, doença que pode ser evitada com a administração de comprimidos de ferro que custam poucos centavos. Dezenove crianças com menos de cinco anos de idade morrem a cada cinco minutos de pneumonia, o que significa mais de 2 milhões ao ano. Os antibióticos que seriam capazes de curá-las custam 27 centavos de dólar. A cada ano, mais de 9 milhões de crianças não chegam a completar os cinco anos de idade. Entre 33% e 50% delas morrem de desnutrição. A causa da morte costuma ser a diarreia, mas, por trás dela, está um déficit acentuado de micronutrientes elementares. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 20% das crianças são desnutridas. (SEN, 2010, p. 07, grifos do autor).

É redundante afirmar que, com um trágico quadro como esse, o desenvolvimento vigente está fora de questão. Formas locais de existências e orientadas por práticas e mecanismos de produção, circulação e consumo de bens e que se reproduzem a partir de caminhos de maior sustentabilidade não acham espaços ou possibilidades de continuidade dentro da lógica capitalista.

A gestão do local ou a elaboração de governanças mais unitárias ou íntegras não se realiza no prevaiente instante histórico de maior hegemonia do capital e que necessita

estruturalmente de ordenar os territórios a partir de seu movimento planetário de acumulação do capital. De outra maneira, o não-alinhamento dos territórios a esta dinâmica global totalizante e, em sua plenitude, em prol da produção e reprodução do capital implica objetivamente em entrave para o próprio aprofundamento da lógica hegemônica do modo de produção capitalista.

O que se está a observar é que formas, culturas locais ou manifestações autóctones acontecem necessariamente como distinções ou singularidades que afirmam resistências ante ao denso modernizante do capital no sentido de uniformizar esta variedade existencial que envolve o mundo da produção, da circulação e do consumo desde a vida banal.

Em outro sentido, o território é o local das resistências originais e que invariavelmente, surgem e acontecem nas formas primárias de existência. Daí o fato dos territórios assumirem importância geopolítica tão determinante no capitalismo planetário posto que as fundações das especificidades acham-se assentadas no mundo dos territórios.

Destarte, essa pesquisa é, em si, um esforço por realizar uma crítica ao atual modelo de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental e que, ao seu modo, engendra um tipo próprio de integração com os países mundo afora e, em especial o Brasil, com as dinâmicas globais do capitalismo contemporâneo.

Os últimos quarenta anos poderiam ser chamados de era do desenvolvimento. Uma era que está chegando ao fim. Esse é o momento adequado para escrever seu obituário. O “desenvolvimento” foi, por várias décadas, aquela ideia que, como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem estes democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento. Quatro décadas se escoaram e, no entanto, tanto governos como cidadãos continuam a manter seus olhos fixos naquela luz que apaga e acende à mesma distância em que sempre esteve: para atingir aquela meta, todos os esforços e todos os sacrifícios foram e são justificáveis... No entanto, a luz insiste em recuar, cada vez mais, na escuridão. [...] Nossa proposta é dar o nome de era do desenvolvimento ao período histórico, específico que se iniciou em 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”. A rubrica pegou e subsequentemente forneceu a base cognitiva tanto para o intervencionismo arrogante do Norte, como para a autocompaixão patética do Sul. [...] Em primeiro lugar, na visão de Truman, não havia nenhuma dúvida de que os Estados Unidos, e, com ele, os outros países industrializados – estavam no cimo da escala de evolução social. Nos dias de hoje, essa premissa de superioridade foi total e finalmente estilhaçada pela difícil situação ecológica em que se encontram esses países. [...] Por mais de um século, a tecnologia vem trazendo consigo a promessa de salvação da condição humana, libertando-a do suor, da labuta e das lágrimas. Hoje, especialmente nos países ricos, é o segredo mais bem guardado de todos, que essa esperança nada mais é do que um voo da imaginação. Afinal, com os frutos da industrialização ainda distribuídos de forma precária, hoje consumimos em um ano o que levou um milhão de anos para ser armazenado pelo planeta. (SACHS, 2000, p. 12, grifos do autor).

Nesses particulares, tem-se que qualquer análise minimamente aprofundada acerca das territorialidades econômicas e as formas como são estruturadas perpassa pela

compreensão dos próprios e prevaletentes conceitos de desenvolvimento adotados. O desenvolvimento em tela é a expressão histórica de tipos mentais e representativos que, ao seu modo, buscam justificar formas de intervenção na natureza e na sociedade. Trata-se, portanto, de uma compreensão não consensual, tampouco se refere a um fenômeno ou processo nascido de um movimento social legitimador, do ponto de vista democrático, e de amplas repercussões e consequências. O que se tem é o desenvolvimento como expressão concreta e intelectual originária e a serviço de setores dominantes e hegemônicos da sociedade.

Esse quadro é, em si, uma contradição essencial a comprometer o próprio desenrolar de tal modelo de desenvolvimento. Em outros termos, a estabilidade de um projeto ou modelo de tão amplas implicações e consequências passa pelo nível de adesão social, pelos incrementos e contributos saídos das muitas adesões de que necessita para gerar estabilidade, perenidade e continuidade necessárias nos fluxos incertos da história, num espaço antropizado.

Há que se afirmar que este é um tipo de abordagem ou consideração que não encontra qualquer tipo de presença, alento ou adesão no transcurso dos debates e clarividências envolvendo o desenvolvimento em sua mais remota perspectiva de idealização. É próprio do unilateralismo de tal concepção não admitir quaisquer tipos de mediações envolvendo condicionantes ambientais, sociais ou etnográficas porque, grosso modo, tais condicionantes representam impeditivos reais para o próprio movimento de ampliação e acumulação de capital.

De outra maneira é importante não confundir o desenvolvimento com simplificações. Sempre pertinente lembrar que o desenvolvimento se refere a uma totalidade harmônica e equilibrada. Não sendo possível, portanto, compreender uma efetiva lógica de desenvolvimento a partir de perspectivas setorizadas, ao estilo de “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento disto ou daquilo”. Desenvolvimento envolve e abarca todas as dimensões da vida humana. Nestes termos outro ponto fundamental é não confundir desenvolvimento com crescimento. Sachs (2000) afirma:

Em segundo lugar, Truman lançou a ideia de desenvolvimento para oferecer aos americanos uma visão reconfortante de uma ordem mundial na qual os Estados Unidos estariam, naturalmente, à frente. A influência então crescente da União Soviética – o primeiro país a industrializar-se fora do capitalismo – forçou-o a criar uma visão que atraísse a lealdade dos países em processo de descolonização, garantindo assim seu apoio na luta contra o comunismo. Por mais de quarenta anos, o desenvolvimento foi uma arma na competição entre sistemas políticos. Agora que o confronto Leste-Oeste chegou ao fim, o projeto de desenvolvimento global de Truman está destinado a perder vapor e a ficar sem combustível político. E, à medida que o mundo vai se tornando policêntrico, o lugar de depósito de sucatas da história foi descarregado sobre a categoria “Terceiro Mundo”, uma categoria inventada pelos franceses no início dos anos 50, para designar o território onde

decorriam as batalhas entre os dois superpoderes. [...] Em terceiro lugar, o desenvolvimento mudou a face da terra, mas não da forma que se esperava. O projeto de Truman parece hoje um disparate de proporções planetárias. Em 1960, os países do Norte eram 20 vezes mais ricos que os do Sul; em 1980, essa proporção já havia aumentado para 46 vezes. A polarização social vigora também internamente nesses países. Relatos sobre o declínio da renda real, sobre miséria e desespero são bastante comuns. A campanha para transformar o homem tradicional em um homem moderno fracassou. As formas antigas de vida foram destroçadas e as novas não são viáveis. Indivíduos encontram-se presos nas armadilhas do desenvolvimento: camponeses que dependem da compra de sementes para progredir, mas não tem meios para compra-las; mães que não se beneficiam nem dos cuidados das outras mulheres da comunidade, nem da assistência de hospitais públicos; o funcionário que tinha conseguido algum sucesso na cidade, mas que nos dias de hoje é subitamente despedido como consequência das medidas empresariais para diminuir custos. Quarto, cresce a desconfiança de que o desenvolvimento, desde o início, já era um empreendimento mal concebido. Na verdade, não é o fracasso do desenvolvimento que deve causar medo, e sim, seu sucesso. Como seria, exatamente, um mundo totalmente desenvolvido? Não sabemos dizer, mas, quase certamente, seria não só monótono como repleto de perigos. Pois o desenvolvimento não pode se desassociar da noção de que todos os povos do planeta estão caminhando na mesma direção e pela mesma estrada, para atingir algum tipo de maturidade cujo modelo é o das nações que “correm à frente”. [...] O resultado foi uma perda tremenda de diversidade. A simplificação generalizada da arquitetura, do vestuário e de objetos do uso cotidiano ofende a vista; o eclipse das linguagens, costumes e gestos variados que o acompanha já é menos visível; e a padronização de desejos e de sonhos ocorre em camadas mais profundas do subconsciente das sociedades. O mercado, o Estado e a ciência foram as grandes forças universalizantes: publicitários, especialistas e educadores expandiram seus domínios, inexoravelmente. (SACHS, 2000, p. 15; grifos do autor).

Neste contexto, constata-se que o desenvolvimento etnocêntrico segue se firmando como grande e incômoda incógnita na medida em que os rumos e possibilidades de efetiva gestão das sociedades, a partir de princípios organizacionais e ordenadores destas mesmas sociedades se esvaem a olhos nus. As atuais crises ambientais que tomam conta da vida em seus diversos níveis denunciam com clareza os limites e debilidades do prevalecente modelo de desenvolvimento. Expressão bastante precisa e que retrata com muita acuidade o drama da convivência, sobretudo, em espaços urbanos são as significativas e igualmente numerosas produções acadêmicas e que revelam os atuais e elevados níveis de deterioração e inviabilidade das cidades.

Porque, inegavelmente, é na cidade que a problemática do desenvolvimento se apresenta com maiores impactos e consequências. Assim sendo, há que se considerar o atual desenvolvimento, centrado na uniformização ou mesmo ocidentalização do mundo, como um amplo movimento e que possui a capacidade de envolver, sobretudo, por meio de discursos de modernização, desde minúsculas e incipientes localidades até aos grandes combinados territoriais e transnacionalizados do capitalismo central e que, finalmente, define os próprios destinos do mundo.

É, de fato, a cidade contemporânea, expressão de um movimento maior e mais amplo de desenvolvimento que condiciona, uniformiza e dinamiza a imensa parte das populações do mundo em torno de controverso modelo organizacional e de crescimento econômico de incomensuráveis custos humanos e ambientais.

Afirma Cavalcante (2012, pág. 53):

Sem sombra de dúvidas este é um dos mais evidentes dilemas deste modelo de desenvolvimento. São milhões e milhões de seres humanos cativos desta encruzilhada: pessoas do campo que, é óbvio, carecem de tecnologias para progredirem, mas não tem acesso a estas mesmas tecnologias; famílias que não dispõem mais da ajuda e da mutualidade de outras famílias, nem do acompanhamento da saúde pública; é o jovem saído do campo e que busca a cidade como última esperança e que se vê desempregado e desassistido; ou ainda, a comunidade que, abre mão de, coletivamente, decidir sobre seus rumos, e se vê submetida a formas verticais de governo e de representação. São por assim dizer, diversos segmentos sociais que foram deixados à própria sorte pela “moderna economia” e desligados de suas formas tradicionais de existência. Seres humanos que tiveram seus saberes, suas formas originais de sociabilidade e processamento de suas vidas expropriadas e que na contemporaneidade gravitam em um claro sem-rumo, entre a tradição e a modernidade. (CAVALCANTE, 2012).

As abordagens até aqui realizadas, acontecem para, finalmente situarmos o município de Itumbiara na confluência destas influências locais, regionais e internacionais. A modernidade que a Cidade provou nos últimos cinquenta anos perpassa, em primeiro lugar, pela ação gestora e determinante de agentes econômicos privados e orientados pela acumulação de capital e que, nesse movimento, se utilizaram de distintos expedientes para a garantia da presença da cidade na dinâmica ou subdinâmica e que cabe às pequenas e médias cidades do interior do Estado e do País na lógica e movimento de reprodução do capital.

Dessa forma, considera-se o movimento globalizante engendrado por este desenvolvimento é, em síntese, o próprio movimento dos grandes fluxos do capitalismo contemporâneo que possui como característica central, de novo, um amplo e complexo processo de envolvimento e ordenamento a garantir, afirmar e atualizar energias e sinergias e que abarcam subjetividades, compreensões, representações, interações, sociabilidades, tipos próprios de manifestações e existências, forças do trabalho e do mercado, recursos naturais, tipos culturais, formas de apreensão do real, motivações das mais distintas e expressões socioeconômicas.

É um universo multifacetado, ativo e dinâmico a gerar e se *re-gerar* em sentidos, identidades e horizontes e sutis, dialogam fundo com a vida subjetiva e objetiva dos indivíduos. Que, não casualmente e dessa forma, se fazem e se produzem a partir de valores e princípios de organização e existências concretas e, assim sendo, se relacionam com a modernidade contemporânea representante deste mesmo desenvolvimento.

Sem sombra de dúvidas, muito da força deste universo e que, inclusive, tem a potência de reativar sob outras formatações o já obsoleto desenvolvimento nascido no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e ainda fartamente presente nos dias que correm, sobretudo, nas formas de produção, circulação e consumo praticados, potencializados e disseminados por países de economia central.

O nexos causal a ser observado é a relação do desenvolvimento, sobretudo deste desenvolvimento já citado, com o território, o lugar. Este empreendimento teórico é de fundamental importância para este objeto de estudo que, em outros termos, visa decodificar as relações estabelecidas entre o desenvolvimento, seus impactos e reverberações no território. Paralelamente é necessário resgatar os sentidos e a natureza do movimento, historicamente medieval, daquilo que Arrighi (1996) irá chamar de *territorialismo* e que fora praticado por diversos países europeus em sua lógica expansionista.

A antinomia entre a lógica capitalista e a lógica territorialista do poder não deve ser confundida com a distinção de Charles Tilly entre um modo de gestão do Estado e da guerra “com alto coeficiente de coerção”, outro “com alto coeficiente de capital”, e um modo intermediário de “coerção capitalizada”. Esses modos, como explica Tilly (1990, p. 30), não representam “estratégias” alternativas de poder. Representam, antes, diferentes combinações de coerção e capital em processo de gestão do Estado e da guerra que podem ser orientados para um mesmo objetivo, no que concerne à aquisição de controle sobre o território/população ou sobre os meios de pagamento. Esses “modos” são neutros quanto à finalidade do processo de gestão do Estado para o qual contribuem. Tal como definimos aqui, em contraste, capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio. (ARRIGHI, p. 33, 1996, grifos do autor).

Paralelo ao monólogo narrativo e que envolve o prevalecente modelo de desenvolvimento, não menos importante é, mesmo que genericamente, registrar o papel dos chamados Estados Nacionais no sentido da adesão das correntes determinantes do vigente desenvolvimento e que todos, de uma forma ou de outra, buscam alcançar. Tal consideração não é casual posto que Estados Nacionais são objetivamente fazedores de hábitos e costumes, de formas existências e relacionais envolvendo suas respectivas populações e, principalmente, nas interações cotidianas e permanentes das culturas do trabalho com a natureza. Esse quadro expõe, enfim, toda a sua capacidade de viabilizar-se no transcurso da vida social, de tornar-se vida social.

É parte das atribuições do Estado em sua dimensão de maior publicidade produzir proximidade e aprofundamento ao ponto de alterar, no nível das sensibilidades e percepções

dos indivíduos, as essências culturais que ocorrem nas relações que envolvem indivíduo/território.

Desse processo, surgem desvinculações territoriais, portanto rupturas culturais e em seguida, o estabelecimento de novas vinculações com o moderno que só esse tipo de desenvolvimento é capaz de impingir. Importante desse movimento de permanente definição ou redefinição do Estado é o papel que as classes assumem em meio ao amplo movimento de hegemonização do capital e que se consubstancia em discurso moderno.

Parte desse movimento, por exemplo, é o ideológico discurso do fim da história e, portanto, do seu consequente artifício de convencimento do fim das lutas de classes e, portanto, das próprias classes. Como resultado dessa lógica tem-se o arrefecimento das próprias lutas sociais em suas dinâmicas por mais conquistas sociais.

Daí, inexoravelmente, irá surgir diálogos, identidades, sentidos e simbolismos para com as multidimensionalidades que compõe e define o comportamento humano inscrito nos marcos do capitalismo contemporâneo. Porque é da lógica do próprio capitalismo conformar tudo o que existe e está inscrito em sua dinâmica e influência como itens ou elementos a potencializarem o próprio capitalismo.

De forma sintética e objetiva, o Estado é o principal elemento a garantir reprodução para as atuais relações sociais, políticas e econômicas. Por meio de suas instituições jurídicas e, em último termo, da coerção, a reprodução social em torno do capital se realiza. Cumpre enfim, discorrer sobre os efeitos saídos deste modelo desenvolvimentista e compulsoriamente estabelecido para com as cidades. São milhões de seres humanos vitimados pelos movimentos de desconstrução das cidades em seus ideais e propósitos de possibilidades conviviais.

Saídos da citada lógica desenvolvimentista e fundada em um industrialismo que bebe fundo na fragmentação de territórios, na migração de expressivos contingentes populacionais e na desterritorialização como imperativo orgânico e organizacional dos atuais arranjos industrializantes. Não são impactos, são novas realidades feitas, construídas e forjadas com a necessária refundação do campo/cidade como espaços assistentes do industrialismo desenvolvimentista de começo de milênio.

A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previra o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550. Com efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana no mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2

bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começará a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050. [...] Noventa e cinco por cento desse aumento final da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento, cuja população dobrará para quase 4 bilhões de pessoas na próxima geração. De fato, a população urbana conjunta da China, Índia e do Brasil já é quase igual à da Europa e da América do Norte. Além disso, a escala e a velocidade da urbanização do Terceiro Mundo amesquinham completamente a Europa vitoriana. Londres, em 1910, era sete vezes maior do que em 1800, mas Daca (Bangladesh), Kinshasa (Congo) e Lagos (Nigéria), hoje são aproximadamente quarenta vezes maiores do que eram em 1950. A China, que se urbaniza “numa velocidade sem precedentes na história humana”, somou mais moradores urbanos na década de 1980 do que a Europa inteira (incluindo a Rússia) em todo o século XIX. (DAVIS, 2006, p. 13, grifos do autor).

Para um entendimento mais preciso desse processo de urbanização e que retrata a problemática planetária envolvendo o desenvolvimento se faz necessário afirmar que essa concentração populacional intensificada e que vitima cidades e vidas aí circunscritas irá deitar raízes na própria história recente, fundamentalmente, na reterritorialização assumida pelo capitalismo em sua marcha incessante de reprodução e acumulação ampliada de capital.

Em quarto lugar, é inegável que o capitalismo continuou a desenvolver-se e irradiar-se por todos os cantos do mundo, dinamizando-se nas periferias e centros. Sob vários aspectos, o bloco capitalista se tornou progressivamente poderoso, ativo e agressivo. Conseguiu transformar o militarismo, ou melhor, o complexo industrial-militar, em um componente estrutural básico e dinâmico da reprodução ampliada do capital, em escala mundial. Sem esquecer que a expansão cíclica mas contínua do capitalismo envolve tanto a produção material como a cultural. Desde o início da Guerra Fria, a indústria cultural do capitalismo passou a realizar tarefas fundamentais, e com eficácia, na guerra ideológica que acompanha a própria Guerra Fria. Em todos os níveis, o capitalismo aparece como um poderoso sistema, um processo civilizatório, impondo-se a todas as outras formas sociais de vida e trabalho. O que já ocorria antes da crise, nos países do Leste Europeu, agora ocorre em forma aberta e expansiva. Também na China, Coreia do Norte, Vietnã e Cuba ele continua a estar presente como cerco, bloqueio, hostilidade e penetração. (IANNI, 1999, p. 20).

A partir de Ianni (1999) cumpre afirmar que, em definitivo, a dimensão cultural, tantas e tantas vezes relegado ao plano do trivial, sobretudo por economistas, não se refere a mero detalhe na paisagem histórica e geográfica. O que se pretende demonstrar no âmbito das interpretações que envolvem o desenvolvimento é que a necessária construção de consensos, gerador de discursos, compreensões e práticas legitimadoras deste tipo de arranjo sócio-produtivo e modernizante, portanto, de reestruturação sócio-territorial, surge como exercício central e definidor para a atual cruzada desenvolvimentista a atingir todos os níveis, estratos e dimensões das sociedades atuais.

Novamente se reporta ao aspecto totalizante do desenvolvimento. Trata-se de refundar o homem contemporâneo à luz do atual modelo e perspectiva de desenvolvimento,

estruturalmente necessário para as atuais, predominantes e expansivas dinâmicas do capitalismo.

Assim, a compreensão desse consenso como resultado e expressão do discurso, sobretudo discurso estatal e/ou empresarial é, na dimensão simbólica, aspecto preponderante para identificar o que representa o atual conceito e padrão de desenvolvimento em sua efetividade, ou seja, fugindo de idealismos, o esforço em causa objetiva identificar historicamente o que foi e, mesmo, tem sido o desenvolvimento, inclusive e principalmente, em seus impactos e efeitos diretos nas vidas das comunidades, aspecto de importância maior para a construção de possibilidades sociais, econômicas e ambientais para a vida social.

É nesse sentido e orientação que se busca revelar estas atividades econômicas e, sobremaneira, hegemônicas com seus conteúdos e implicações sobre o Bioma Cerrado e sua multiplicidade de vidas, paisagens e formas aí inscritas, porque é desse exercício reflexivo que surge a definição específica para os territórios em questão.

Nessa conformidade é preciso considerar a característica essencial da moderna e contemporânea atividade canavieira e o atributo que, a partir do par dialético forma/função, permite afirmar o essencial em todo o movimento e estrutura a envolver a atividade canavieira no Município de Itumbiara. Curiosamente, não é a produção da *commodity* da cana-de-açúcar, aquilo que em si, é gerador de enormes impactos nas conformações originais de Cerrado, mas e, principalmente, detecta-se evidentemente a portentosa lógica que, conforme o termo de Karl Polanyi¹⁴ produz um amplo movimento de *commoditização* da natureza.

Polanyi argumenta que a criação de uma economia de mercado plenamente autorregulada exige que os seres humanos e o meio ambiente se convertam em puras commodities, o que significaria a destruição da sociedade e do meio ambiente. Na visão dele, os teóricos dos mercados autorregulados e seus aliados estão sempre empurrando as sociedades humanas para a beira do precipício. (POLANYI, 2012, p. 34).

De outra maneira é do que se trata, sobretudo, quando são observadas as totalidades materiais ou imateriais e plenamente abarcadas pelo movimento sistêmico conferido pelo capitalismo expansionista e legado aos campos do Brasil, palco de múltiplas transformações e formações socioambientais.

As abordagens sobre o desenvolvimento, tema controverso e bastante confuso, sobretudo se a perspectiva analítica adotada assumir o que o desenvolvimento, de fato, vem historicamente sendo. É pois, dessa perspectiva que são necessidades, sobretudo, para localidades como o Município de Itumbiara.

¹⁴ Citado por Fred Block, na introdução da obra A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: As origens da nossa época, de Karl Polanyi.

3 ATIVIDADE ECONÔMICA E CONCEITOS SÓCIO-TERRITORIAIS

3.1 Geografia crítica e mundo

À luz das análises descritas e que envolvem as categorias axiais, anteriormente citadas, tem-se aqui passos epistemológicos importantes e estabelecidos para um desvelamento daquilo que será denominado por complexo sucroenergético da cana-de-açúcar realizado no município de Itumbiara.

Em princípio se fazem necessárias considerações acerca do termo “complexo” a fim de justificar sua utilização. Considera-se objetivamente, a identificação desta categoria, central, diga-se de passagem, profundamente pertinente porque busca demonstrar a pluralidade de fatores que, necessariamente, surge da atividade produtiva da cana de açúcar *stricto sensu* situada na territorialidade de Itumbiara (GO).

A ideia da complexidade em questão envolve, de forma panorâmica, a quantidade de variáveis que se ajuntam, se engrenam e operam movimentos dos mais diversos e em eficaz sintonia a fim da conformação da lavoura da cana. Tais variáveis situam-se nos diversos planos, níveis, dimensões ou escalas geográficas.

Tem-se ainda a considerar que afirmação pela terminologia em questão não é casual e busca, sobretudo, dialogar com as características e dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Mais que em qualquer outro tempo histórico, este capitalismo hodierno potencializou enfaticamente, aquilo que será denominado como divisão espacial do trabalho, conferindo às chamadas economias centrais, bem como às economias periféricas do capitalismo hodierno papéis econômicos e produtivos notadamente bem definidos na atual cartografia da economia mundial.

Esse processo sócio-histórico cuja origem remonta a Revolução Industrial ocorrida principalmente na Inglaterra é, definitivamente, um ponto de inflexão para as novas dinâmicas econômicas dos países envolvidos e mesmo do capitalismo globalizado em sua lógica de expansão. Afirma-nos Hobsbawn (2002):

O que significa a frase “a revolução industrial explodiu”? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços - [...] - De fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se

“completou”, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma “economia industrial amadurecida” para usarmos o termo técnico. (HOBBSAWN, 2002, p. 50, grifos do autor).

Nesse sentido, são fundamentais e centrais as análises do filósofo escocês Adam Smith¹⁵ na perspectiva e no sentido de identificar os fundamentos e a centralidade da assim denominada divisão social do trabalho ou, tão somente, divisão do trabalho¹⁶ no processo de produção de riquezas e de socioambientais.

De forma geral, se atribui a Adam Smith, um dos principais pensadores clássicos da Ciência Econômica, estudos e sistematizações de cunho eminentemente científico e que irão redundar na identificação da divisão social do trabalho. Em sua clássica obra *A Riqueza das Nações* (1776), Smith analisa as formas de produção do seu tempo e precisamente, irá identificar na divisão social do trabalho ou, simplesmente, divisão do trabalho – forma organizacional da produção inspirada, sobretudo, nas manufaturas do período medieval e que tem como metodologia principal para a produção, facultar ou delegar a cada indivíduo uma única função no processo de produção. Eis que, para Smith (1776), é exatamente essa, a nuance central para a produção de riquezas. Uma produção diferenciada, fundada em uma racionalidade de tipo novo e que irá resultar, em seguida, na mais ampla e alargada lógica de produção e que o mundo já viu.

De forma mais simplificada, cabe a cada trabalhador, o desempenho de uma única atividade, de tal sorte que, como resultado se observa uma quantidade maior de itens gerados,

¹⁵ SMITH, Adam (1723 – 1790). Economista escocês, um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Foi professor de Lógica e Filosofia Moral e ocupou-se em princípio de questões de ética. Entre 1764 e 1766 morou na França, convivendo com Quesnay, Turgot e outros. Ao retornar ao seu país, a preocupação com os fatores que produziram o aumento da riqueza da comunidade o levaria a escrever, em 1776, sua obra mais célebre, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. A publicação do livro coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. (Sandroni, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*).

¹⁶ Divisão do Trabalho é a distribuição de tarefas entre os indivíduos ou agrupamentos sociais, de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade. A divisão do trabalho ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Algumas pessoas trabalham nas linhas de montagem das fábricas, outras na construção civil, outras ainda são médicos, escritores, professores ou empresários. Nesse processo, as pessoas desempenham funções especializadas e complementares. Numa firma de construção, por exemplo, há engenheiros, arquitetos, funcionários administrativos, economistas e os pedreiros que trabalham diretamente na construção dos prédios. Cada um deles realiza determinado trabalho que resulta no acabamento final do edifício. Essa distribuição de tarefas ocorre mesmo numa pequena empresa, ampliando-se consideravelmente numa grande indústria. No âmbito das nações, a divisão de trabalho ocorre na especialização da produção, que caracteriza a economia nacional. Assim, existem nações que produzem tecnologia sofisticada, bens de capital ou fornecem capital para outras – é o caso das nações ricas. Outras nações são fornecedoras de matérias-primas para o mercado internacional; nesse grupo incluem-se principalmente as nações de passado colonial que foram até recentemente dominadas pelas grandes metrópoles capitalistas. (Sandroni, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*).

sobretudo e, principalmente, se comparados com a produção artesanal onde o indivíduo realizador do trabalho concentrava e realizava todas as funções da produção.

A divisão social do trabalho como fenômeno social e econômico revela, pelo menos, duas importantes assertivas acerca do trabalho e de sua realização. A primeira é que, como citado anteriormente, essa sistemática de produção confere expressivo e vertiginoso aumento da produção o que irá, por seu turno, redefinir o próprio papel dos territórios na produção, na medida em que as sociabilidades, interações e formas locais de existência e manifestação serão profundamente alteradas e, neste paralelo, garante alterações sumamente importantes, por exemplo, no ato de consumir e que, em seguida, promove alteração direta na relação das populações com os lugares onde vivem, produzem e reproduzem suas próprias vidas.

A segunda constatação desse fenômeno é que a intensificação dessa mesma divisão social do trabalho ou, de outro modo, a incorporação de mais gente, de mais cabeças e braços ao ato de produzir, leva, inevitavelmente, à chamada especialização¹⁷ do trabalhador, ou seja, o que se verificará a partir dessas subdivisões circunscritas na linha de produção é a repetição frenética e intermitente dos mesmos fazeres e movimentos envoltos ao trabalho já dividido e parcelado e que conduz esse mesmo trabalhador, inexoravelmente, a tornar-se um especialista. Essa condição implica na capacidade ou valência do trabalhador de tornar-se mais eficiente, mais rápido e dinâmico no processo de produção o que irá redundar, conseqüentemente, e é certo, na ampliação do *quantum* da produção.

Nesse sentido, é preciso considerar as observações de David Ricardo¹⁸, e que, inspirado nas análises de Adam Smith, desenvolve instigante teoria econômica e que, em linhas gerais, simplesmente projeta ou expande a divisão social do trabalho para níveis planetários. De outro modo Ricardo (1817) lança os fundamentos teóricos para o que irá ser denominado de divisão internacional do trabalho e que tem como base, a afirmação e

¹⁷ Processo mediante o qual um empregado se dedica a realizar apenas um tipo de tarefa ou atividade, de tal forma que seu rendimento esperado aumente. O termo pode ser aplicado também no comércio internacional, no qual alguns países se especializam na produção e exportação de determinados tipos de mercadorias.

¹⁸ Ricardo, David (1772 – 1823). Economista inglês, considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith; suas ideias dominaram a economia clássica por mais de meio século. Após uma brilhante carreira na Bolsa dedicou-se ao estudo da economia e escreveu artigos para jornais. Seu primeiro livro, *O Preço Elevado dos Lingotes de Ouro, uma Prova da Depreciação das Notas de Banco* (1810), explica a depreciação das notas bancárias, o movimento dos preços e dos fluxos de comércio e o volume de moeda. Em *Ensaio sobre a Influência de Baixo Preço do Trigo sobre os Lucros* (1815), analisa problemas específicos da cultura de cereais na Grã-Bretanha. *Propostas para Circulação Monetária Segura* (1816) é a base de seu trabalho mais importante, *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817). (...) Ricardo formulou também a Lei dos Custos Comparativos (ou Lei das Vantagens Comparativas), com que procurou demonstrar a vantagem de um país importar determinados produtos, mesmo que pudesse produzi-los por preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, fosse ainda maior. Essa lei constitui ainda hoje uma parte importante da teoria do comércio internacional.

reafirmação, dessa vez, não de indivíduos, mas de países em atividades em que, historicamente, são especializados.

Melhor dizendo, Ricardo (1817) defende que cada nação siga se aprofundando nos ofícios ou atividades produtivas em que melhor se desempenhar porque, de outra maneira, é exatamente nessa divisão do trabalho ou da produção que reside a vantagem para todos os países envolvidos na produção e na realização das trocas comerciais internacionais. Nesse contexto, afirma Hunt (1981):

Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comercializadas mais eficientemente do que o outro. Também foi um dos primeiros economistas a argumentar que, como o capital era relativamente imóvel entre as nações, era preciso elaborar uma teoria separada do comércio internacional, diferenciado do comércio interno do país. Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país. (HUNT, 1981, p. 137).

O entendimento da divisão internacional do trabalho como consequência social e histórica dos próprios mecanismos de evolução das atividades produtivas feitas nos territórios nacionais é, evidentemente, dado fundamental para, por exemplo, o entendimento do Brasil com a sua multiplicidade de atividades produtivas no vigente instante histórico e em que, mais uma vez, se insere ou reinsere, de novo, de forma cronicamente subordinada e dependente.

De outra forma, o pensamento econômico de David Ricardo (1772-1823) prevaleceu por mais de um século orientando intelectuais, governos e políticas no que tange o crescimento da riqueza nacional e respectivos comércios internacionais. No entanto, considera-se essa construção teórica *ricardiana*, a divisão internacional do trabalho, que ao se realizar com as características e contradições que encerra em seu movimento global de geração de valor, realiza não só a produção objetivamente estabelecida, mas afirma, reafirma e garante força e dinâmica para um *locus* produtivo notadamente subestimado, dependente e evidentemente marginal do ponto de vista do estabelecimento de ordenamentos econômicos equânimes e minimamente sustentáveis.

Desta feita, é preciso considerar que no imediato pós-guerra (1945), sobretudo a partir do surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁹ surge uma crítica efetivamente sustentada e reconhecidamente consistente envolvendo o comércio entre países cuja base econômica se assentava na produção de *commodities*²⁰ e aqueles fundados na produção de manufaturas.

O principal teórico desta corrente de pensamento, o economista argentino Raúl Prebisch²¹ identificara problemas essenciais envolvendo, sobretudo, nações que tem como base econômica as chamadas atividades primárias, estas, em um sempre, feitas a partir de processos e procedimentos carentes ou de muito baixo padrão tecnológico em condições de garantir rendimento para suas atividades produtivas.

O ponto de partida da análise de Prebisch foi a crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo. Desse modo, a América Latina produziria alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria produtos manufaturados. A ideia era de que o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais), incorporado nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio da redução dos preços dos produtos manufaturados importados. Ao mesmo tempo, a menor incorporação de tecnologia na produção primária e a maior demanda dos países centrais, em virtude do crescimento de sua renda, elevariam os preços dos produtos primários. As relações de troca melhorariam em benefício dos países

¹⁹ Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social; foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e conta com a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda. Tem sede em Santiago do Chile e promove uma conferência a cada dois anos para debater seus projetos e analisar a situação dos países-membros. Os primeiros estudos da CEPAL caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Buscando a superação desse quadro de subdesenvolvimento, formou-se no organismo um quadro de especialistas renomados dos países da região (economistas, administradores, sociólogos) que, trabalhando numa direção comum, tornaram-se conhecidos como integrantes da Escola da Cepal. Esses técnicos (entre eles, Raul Prebisch – o grande inspirador da Comissão – mas também Celso Furtado, Felipe Herrera, Oswaldo Sunkel) defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva.

²⁰ Produtos primários ou *commodities* são bens produzidos em atividades agropecuárias ou resultantes de extração mineral e vegetal. São produtos originários, portanto, do setor primário da produção. A produção de produtos primários é em geral na economia e especialmente nas exportações dos países subdesenvolvidos. Na maioria das vezes, destinam-se ao mercado externo e seus preços costumam sofrer grandes oscilações, ao contrário dos produtos manufaturados, característicos dos países desenvolvidos.

²¹ Raúl Prebisch (1901-1986): Economista argentino, secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), desde sua fundação, em 1948, até 1962. Deu decisiva contribuição à teoria sobre o comércio entre países subdesenvolvidos e industrializados, destacando a tendência à deterioração nos termos de troca, em prejuízo dos primeiros. Prebisch formou-se pela Universidade de Buenos Aires, da qual é catedrático aposentado de economia política. Foi diretor do Departamento de Estatística do Centro de Pesquisas Econômicas e do Banco da Argentina, subsecretário da Fazenda (1930-1932), assessor de finanças e da agricultura do governo (1933-1935), organizador e primeiro diretor-geral do Banco Central da Argentina (1935 – 1943). Paralelamente, aproximou-se de outros economistas e cientistas sociais latino-americanos na primeira tentativa de formular uma teoria de desenvolvimento socioeconômico que partisse da realidade continental e fornecesse os meios para superá-la, sem recorrer aos tradicionais modelos teóricos importados.

exportadores de produtos não industriais. Desse modo, os países periféricos não precisariam industrializar-se, para atingir o desenvolvimento econômico. (SOUZA, 1999, p. 199).

Efetivamente essa construção teórica não se realizou e deu forma, de maneira explicitamente contraditória, ao tipo de desenvolvimento e que se processou nos chamados *países periféricos*, onde Prebisch (1948) identifica, por conseguinte, uma enormidade de problemas envolvendo esse tipo de entendimento e consequente efetivação fundamentalmente, para as economias subdesenvolvidas.

Contudo, no fim da década de 1940, os economistas latino-americanos perceberam que os principais problemas da Região tendiam a agravar-se pelo debilitamento do poder de compra de suas exportações. Essa constatação confirmou-se com o estudo de Prebisch, de 1948, que examinou a evolução dos preços de produtos agrícolas e industriais em um período de 65 anos (1880/1945). Esse autor percebeu uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos: a relação preços agrícolas/preços industriais (P_A/P_I), caiu tendencialmente a 0,687 em 1945 (Prebisch, 1949). A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, segundo Prebisch, pela teoria do ciclo. Na *fase ascendente*, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias-primas. Consequentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso de produtos primários, como carnes, café e outras culturas permanentes, existe uma defasagem de resposta da oferta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis, devido à elevação de preços. (SOUZA, 1999, p. 199, grifo do autor).

Eventualmente, esta discussão pode não ser clara o suficiente para os menos envolvidos com temas afeitos com a globalização da economia, contudo, estas proposições são de grande valia para a revelação do transcurso histórico e que, de uma forma ou de outra, lega para as gerações contemporâneas a atual configuração da economia mundial, suas potências e sua miríade de contradições que, inegavelmente instabilizam continentes, regiões, territórios e, por conseguinte, a própria vida cotidiana porque, diferentemente daquilo que era, e de certa forma, ainda é, apregoado por defensores mais exaltados do liberalismo, a desregulação da economia não gerou sociedades mais igualitárias, ao contrário, tornou o mundo da produção e da economia, um terreno bastante movediço e incerto. Aliás, os dados envolvendo desigualdade econômica refletem com muita força esse cenário.

A dimensão econômica permite visualizar muito bem o pano de fundo sobre o qual se desdobra a atual des-ordem mundial. As mudanças ocorridas na economia nas últimas décadas podem demonstrar como o jogo de poder mundial está subordinado aos interesses do grande capital e das grandes corporações internacionais, sem falar nos organismos internacionais que atuam como verdadeiros gerentes da economia global, em especial o capital financeiro, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Uma nova ordem mundial (ou internacional), ainda que essa definição privilegie uma estruturação no nível político, aparece intimamente articulada a uma nova divisão internacional do trabalho, que abrange a reestruturação econômica do espaço mundial. A crise que vivenciamos nas duas ou

três últimas décadas evidencia bem a profundidade das mudanças de natureza política e econômica que levam a propor uma nova des-ordem mundial. Não se trata, contudo, de um movimento claramente definido, pois lembrando as reflexões de Gramsci, “crise” pode ser vista como um momento em que o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer – ou, de outra forma, na proposição em língua chinesa, que compõe a palavra crise (*wei-ji*) pela conjugação dos ideogramas que significam “perigo” e “oportunidade”. (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 31, grifos dos autores).

Em outros termos há que se destacar o período temporal da década de 1970, como marco de importância definidora para o que, ainda hoje, se faz presente e fundamental, sobretudo do ponto de vista econômico. Considera-se, neste sentido, a chamada crise do petróleo²² como um evento gerador de consequências profundas para os rumos da economia. É da lavra do economista francês Michel Aglietta²³ as análises acerca da regulação e das crises do capitalismo. Na esteira dos estudos de Aglietta surge a assim chamada Escola de Regulação Francesa²⁴ - grupo intelectual de vigorosa análise acerca do papel do Estado no processo de conformação da vida econômica e social.

Com a tese de Michel Aglietta em 1974, sobre a regularidade e a acumulação em longos períodos, tomando como campo de reflexão os EUA, nasce a Escola Francesa de Regulação ou, simplesmente, teoria da regulação. Para Boyer, o mais original da tese de Aglietta é a relação da revisão teórica com a histórica econômica e social dos EUA, que conduz a normas de produção e consumo, possibilitando repensar a dinâmica social e econômica dos últimos trinta anos. Da mesma forma, é a divergência entre essas normas que irá, visivelmente a partir de meados dos anos

²² Situação decorrente dos sucessivos aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de outubro de 1973 pelos Estados integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Seu elemento detonar foi, incontestavelmente, o conflito árabe-israelense de 1973, mas seu alcance era muito mais amplo: a crise expressava o projeto dos países produtores de petróleo no sentido de controlar a produção e distribuição da matéria-prima e de defender seu preço no mercado internacional. Um momento importante desse projeto foi a própria constituição da Opep em 1960, em resposta aos sucessivos cortes nos preços do petróleo unilateralmente realizados pelas multinacionais do setor. O cartel reunia o Irã, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela, que se propunham a defender e estabilizar a estrutura de preços então existente. Aos países fundadores juntaram-se mais tarde Qatar, Indonésia, Líbia, Abu Dabi (depois a integrado à União dos Estados Árabes), Argélia, Nigéria e Equador, num total de doze Estados-membros.

²³ Economista marxista francês (Chambery, 1938) e atualmente é professor da Universidade Paris X (Nanterre). É consultor do Centro de Estudos Prospectivos e de Informações Internacionais (CEPII) e foi membro do Instituto Universitário da França de 2000 a 2005. Ex-aluno da Escola Politécnica (turma de 1959) e da ENSAE Paris Tech, foi membro do *Cercle des Économistes* de 1998 a 2006. De 1997 a 2003, foi membro do Conselho de Análise Econômica do Primeiro-ministro da França. É professor da HEC Pari (Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris). Sua tese de doutorado, *Régulation du mode de production capitaliste dans la longue période – Prenant exemple des États-Unis (1870 – 1970)*, apresentada à Universidade Paris I (Pantheon – Sorbonne) em 1974, lançou os fundamentos da Escola da Regulação. Com Robert Boyer, Aglietta é considerado um dos fundadores da escola.

²⁴ A Escola de Regulação Francesa é uma corrente heterodoxa do pensamento econômico de origem francesa. Tem como base o conceito de regulação econômica. A teoria foi concebida em meados da década de 1970, dentro do *Centre pour la recherche économique et ses applications* (Cepremap), com base nos trabalhos de Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat (do CEPN, *Centre d'économie de Paris Nord*) e Alain Lipietz. Tem como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou ultrapassar através de uma síntese eclética envolvendo keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. O trabalho de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme* (1976) é tida como como fundadora desta corrente.

70, mas de fato, desde o final dos anos 60, criar as condições da atual crise. A partir das repercussões do trabalho de Aglietta, desenvolve-se um conjunto de pesquisas e aglutina-se um conjunto de pesquisadores que irão aprofundar essa problemática teórica, matizar certas percepções, corrigir certos conceitos, acrescer o instrumental teórico, ampliar seu campo de reflexão, redundando na hoje conhecida teoria da regulação. O crescimento capitalista e suas crises, sua variedade no tempo e no espaço, vinculado às formas sociais em vigor, torna-se para os regulacionistas o centro da análise econômica. (NASCIMENTO, 1993, p. 120).

Dessa maneira, defendem os regulacionistas, de maneira geral, que os gloriosos anos do capitalismo que compreendem o período iniciado no imediato pós-guerra até a primeira crise do petróleo em 1973, momento econômico marcado exatamente pela ação coordenada e reguladora do Estado nos rumos da economia e que, pelo exercício racional e efetivo dessa prerrogativa conferiu, como consequência concreta, mais de trinta anos de crescimento econômico, sobretudo para os países do centro do capitalismo, quais sejam, a tríade Europa, Estados Unidos e Japão.

Em linhas gerais, a ideia-motor dos regulacionistas, assemelha-se sobremaneira com os pressupostos do economista inglês John Maynard Keynes²⁵ quando admite que o livre jogo do mercado não conduz ao chamado pleno emprego²⁶ e daí, para um ambiente de estabilidade econômica. E é, exatamente, o expediente do Estado de impor limites a atuação do mercado, e, em outros termos, se está a falar da função fundamental do próprio Estado que é o de regular a vida em suas diferentes nuances a partir de princípios de justiça, igualdade e liberdade e que irá possibilitar ou engendrar o crescimento econômico, o desenvolvimento e a qualidade de vida.

Afora essa concepção o que se tem é a venda ou entrega da economia, portanto de todo o aparato produtivo de uma região ou país, bem como os rumos da sociedade às oscilações do mercado o que redundará, conseqüentemente, em toda sorte de crises econômicas e mazelas sociais. Exemplo desse processo é a crise mundial do capitalismo acontecida em

²⁵ John Maynard Keynes (1883-1946). O mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre emprego e ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país. Keynes estudou e foi professor em Cambridge. Discípulo de Alfred Marshall, o “papa” do marginalismo, foi nomeado redator do *Economic Journal* em 1911. Dois anos depois tornou-se secretário e redator da Sociedade Real de Economia e em 1915 ingressou no serviço público. Seria o representante financeiro do Tesouro britânico na Conferência de Paz, em 1919. As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas, a políticas de conjuntura. Ele não estava interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que motivo as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas econômicas inconsistentes.

²⁶ Situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta. Isso significa que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente possuirão condições de obter um emprego. Em termos mais globais, pleno emprego significa o grau máximo de utilização dos recursos produtivos (materiais e humanos) de uma economia.

1929, a partir da quebra²⁷ da Bolsa de Valores de Nova York (EUA) e que abalou toda a economia mundial. De forma sintética, foi o excesso de desregulação, a ausência de controle sobre os fluxos de capitais o elemento central que fez eclodir a principal crise do sistema capitalista.

O amplo e muito articulado movimento especulativo de então, se encarregou do resto. Desse processo resultou a quebra de bancos e empresas, expressiva redução dos níveis de produção em todo o mundo, conseqüente e massivo desemprego e desmantelamento da economia capitalista em escala planetária.

Após o Grande Colapso veio a Grande Depressão, que durou, com gravidade variável, dez anos. Em 1933, o Produto Nacional Bruto (produção nacional da economia, GNP na sigla em inglês) era quase um terço inferior ao de 1929. Somente em 1937 o volume físico da produção recuperou os níveis de 1929 e depois logo voltou a cair. Até 1941, o valor em dólares da produção permaneceu inferior ao de 1929. Entre 1930 e 1940 apenas uma vez, em 1937, a média anual dos desempregados ficou abaixo de 8 milhões. Em 1933, havia quase 13 milhões de pessoas sem trabalho ou cerca de um quarto da força de trabalho disponível. Em 1938, uma em cinco pessoas estava desempregada. Durante essa época sombria, 1929 tornou-se um ano mítico. As pessoas esperavam que o país retornasse a 1929; em algumas áreas ou algumas cidades, quando os negócios eram fenomenalmente bons chegava quase a ser tão bom como em 1929. Ouviam-se homens respeitáveis, em ocasiões de solenidade excepcional, dizer que em 1929 “não fora melhor do que os americanos mereciam”. No conjunto, o grande colapso no mercado de ações pode ser muito mais facilmente explicado do que a depressão que o seguiu. E entre os problemas envolvidos na avaliação das causas da depressão nenhum é mais difícil de tratar do que o da responsabilidade atribuída ao colapso do mercado de ações. (GALBRAITH, 2010, p. 160).

Considerando o exposto, pode-se afirmar que essa foi, sem sombra de dúvidas, a pior, dentre as muitas outras crises pela qual passara o capitalismo. É importante citar que crises econômicas representam perdas acentuadas, não só para os capitalistas, mas e, principalmente, para a classe dos trabalhadores. Os sentidos, representações e efeitos de uma crise econômica, seja ela desta ou daquela ordem, apresenta e representa objetivamente, outras e severas conseqüências para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, importante é trazer ao centro destas discussões a ainda muito presente crise imobiliária acontecida nos Estados Unidos a partir de 2008 e que, rapidamente se espalhou pelos países de economia central de todo o mundo, para em seguida, tomar conta de toda a economia mundial. Crise surgida pelo excesso de liquidez e que, sob quaisquer aspectos, encontrou lastro para sua continuidade, comprometendo fortemente e em seguida, a chamada economia real ou economia do trabalho.

²⁷ Também é bastante usual o termo *crash* para referir-se a uma forte queda nas Bolsas de Valores. O *crash* mais famoso teve início no dia 24/10/29, na Bolsa de Valores de Nova York, inaugurando a grande crise econômica mundial dos anos 1930.

Efetivamente, considera-se que em uma economia globalizada como a que se está inserido, todas as depressões econômicas geram repercussões, em maior ou menor intensidade, nas transações econômicas internacionais. Tendo-se em vista que a atual crise surge e se avoluma no seio das economias centrais (EUA, Europa e Japão) do mundo, seus impactos são reconhecidamente bem mais diretos e efetivos nas outras economias do mundo.

Para a realidade brasileira seus efeitos são incisivos e visíveis posto que a principal pauta de exportações do Brasil está assentada no carro-chefe do agronegócio. Grosso modo, produtos de baixo valor agregado ou commodities agrícolas ou industriais. Nessa cadeia de influências, a cana-de-açúcar brasileira foi frontalmente atingida pela crise o que implica, no plano local, em impactos salariais evidentes, em desemprego, sub-remuneração e, é certo, na utilização do Estado, portanto de toda a sociedade, para o financiamento ou re-financiamento de todo o setor, por meio de empréstimos, subsídios ou anistias.

3.2 Economia e Geografia na conformação política do mundo

Em outro paralelo, a crise, para o mundo do trabalho atinge aspectos fundamentais para a própria vida humana e sua reprodução. Dessa forma, definitivamente, o termo crise assume acepções distintas para estas duas realidades envoltas com as atividades produtivas.

O crash afetou o mercado consumidor, bem como os investimentos nos negócios e a solvência de bancos e firmas comerciais. Depois do Grande Colapso, veio a Grande Depressão; primeiro a eutanásia dos ricos, depois a dos pobres. Em 1933, perto de ¼ dos trabalhadores americanos estavam desempregados. A produção – o Produto Nacional Bruto – havia baixado em 1/3. Como já dissemos, cerca de nove mil bancos faliram. O governo reagiu normalmente: em junho de 1930, as coisas iam de mal a pior. Uma delegação foi falar com o Presidente Hoover para pedir-lhe que lançasse um plano de emergência de obras públicas. Respondeu-lhes o presidente: “Cavalheiros, os senhores estão 60 dias atrasados. A depressão terminou”. Na Europa, foi a Primeira Guerra Mundial que abalou as antigas certezas. As trincheiras continuariam na memória social como o derradeiro terror. Nos Estados Unidos, foi a Grande Depressão. Esta permaneceria na memória social dos americanos por quarenta anos, e mais. Quando algo parecia não dar certo, as pessoas logo inquiriam: “Será que vem uma nova depressão por aí?” [...] Os efeitos da Grande depressão se espalharam, e se espalharam por todo o mundo. Quanto mais rico o país, quanto mais adiantado a sua indústria, tanto pior, de um modo geral, a crise que o atingia. Somente a Rússia ficou imune, embora isso não represente nenhuma vantagem do sistema soviético. Havia chegado a hora daquele outro estágio da revolução, que Lenin achava necessária, de modo que a agricultura estava sendo coletivizada. Esse estágio, aliás, foi infinitamente mais sangrento do que o primeiro. O que foi considerado sofrimento no Ocidente poderia parecer um milagre de afluência econômica na Rússia. O próprio Stalin diria mais tarde a Churchill que aqueles anos foram os mais penosos de toda a sua vida. E se Stalin disse ter sofrido com o sofrimento dos outros, é porque o sofrimento foi pra valer. (GALBRAITH, 1979, p. 210, grifos do autor).

O que a história, sobretudo a história econômica conta é que somente após a Segunda Guerra Mundial (1945), maior conflagração bélica da história humana, os Estados Unidos conseguem se erguer dos impactos estruturais da crise de 1929. Dessa forma, eis que surge uma evidentemente inédita conformação geopolítica planetária. A Inglaterra, país que se afirmou, desde o século XVIII, como potência colonial, sobremaneira hegemônica a partir do impulso da Revolução Industrial, sai de cena como principal força econômica e militar do Planeta e cede lugar para a sua ex-colônia, os Estados Unidos da América.

Outro dado essencial para, inclusive, a compreensão do que se sucede nas atualidades geográficas e políticas é o ingresso da única nação a se industrializar fora do capitalismo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou, simplesmente, União Soviética, no seletorol das potências mundiais e que, a partir deste momento, também se afirma como potência militar a disputar hegemonia e influência política, econômica e cultural em todo o mundo com a principal potência capitalista do Ocidente e que são os Estados Unidos.

O fim da Segunda Guerra Mundial marca, dessa forma, o início do período que concretamente irá ser denominado de Guerra Fria e que se converterá em complexo, amplo e, às vezes, claro ou obscuro movimento de disputas entre estes modelos econômicos e que se estenderá por quarenta e cinco anos. Assim, afirma Hobsbawn (1995):

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. [...] a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria”. A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvidas, um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. [...]. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWN, 1995, p. 223-224).

Nessa discussão, geógrafos, historiadores, cientistas políticos, analistas internacionais e cientistas sociais dos mais diversos sistemas socioeconômicos consideram que a Guerra Fria se encerra impreterivelmente no ano de 1991, com o fim do socialismo real representado pela União Soviética e a dissolução de toda a sua hegemonia e que garantia, por diversos meios e caminhos, unidade, sobretudo, envolvendo os países do chamado Leste Europeu. Importante ainda, nesse quadro analítico, é situar a crise global desencadeada com a citada crise do petróleo, acontecida a partir de 1973 e que, dentre outros acontecimentos, põe em xeque os fundamentos da própria sociedade providencial ou o mais conhecido Estado de Bem-Estar Social²⁸ que surgira dos escombros da Segunda Grande Guerra nas economias de capitalismo central.

Como consequência, a crise de 1973, desorganiza a economia em escala planetária, alterando fluxos, dinâmicas e movimentos do capital e, na medida em que intervêm negativa e repentinamente no intercâmbio comercial entre países, obriga a alteração dos padrões de consumo no âmbito interno das economias e modifica com profundidade os próprios ritmos de acumulação do capitalismo vigente. Enfim, a crise do petróleo, de 1973, gera pânico e sobressalto em todos os países do mundo.

Nesse particular, considera-se que a produção energética é elemento central a desorganizar os níveis e padrões de estabilização do capitalismo de então. De outra maneira, a crise do petróleo de 1973 é, objetivamente, uma crise energética acionada – belicamente acionada – pelos dispositivos da economia, no caso, o cartel²⁹, um clássico componente das

²⁸ Estado de Bem-Estar ou *Welfare State* é o sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. Não se trata de uma economia estatizada; enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego. O Estado do Bem-Estar Social corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos socialdemocratas. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

²⁹ Grupo de empresas independentes que formalizam um acordo para sua atuação coordenada com vistas a interesses comuns. O tipo mais frequente de cartel é o de empresas que produzem artigos semelhantes, de forma a constituir um monopólio de mercado. O termo “cartel” refere-se em geral ao mercado internacional – onde chegam a existir cartéis de países –, enquanto se prefere utilizar termos como *truste* e *sindicato* para os mercados regionais. Os objetivos mais comuns dos cartéis são: 1) controle do nível de produção e das condições de venda; 2) fixação e controle de preços; 3) controle das fontes de matéria-prima (cartel de compradores); 4) fixação de margens de lucros e divisão de territórios de operação. As empresas que formam um cartel mantêm sua independência e individualidade, mas devem respeitar as regras aceitas pelo grupo, como a divisão do mercado e a manutenção dos preços combinados. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

atuais estruturas de mercado, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo³⁰ (OPEP). Nesse aspecto, conta Harvey (2011) que:

Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. (HARVEY, 2011, p. 16).

Nesse cenário e processo é identificado o próprio esgotamento de um tempo histórico e, da mesma forma, de um modelo de acumulação de capital centrado no *fordismo*³¹ e no *keynesianismo*³² e que possibilitou, por seu turno, a comumente conhecida “Era de Ouro” do capitalismo.

É preciso considerar que, não por acaso, é na combinação dessas duas lógicas organizacionais e de significativa influência no mundo acadêmico, bem como na economia e na produção propriamente dita, que o capitalismo oligopolizado ou monopolizado irá, de maneira inexorável, ter sua composição orgânica, bem como os seus padrões de acumulação e centralização de capitais e recursos, alterados para, em seguida, serem alçados à condição de movimento transnacionalizado nos tempos seguintes por intermédio da mais ampla e aviltante lógica de liberalização da economia que o mundo já vira. Esse novo instante de maior fluidez e circulação para o capital pode ser explicado pelo fim de um ciclo em que cujo movimento

³⁰ Entidade criada em 1960 no Iraque. Foram responsáveis por sua fundação a Arábia Saudita, o Irã, o Kweit, a Venezuela e o próprio Iraque. A OPEP surgiu com o objetivo de estabelecer uma política comum em relação ao petróleo. Integraram-se posteriormente à organização: Argélia, Equador, Gabão, Indonésia, Líbia, Nigéria, Qatar e União dos Emirados Árabes. No início da década de 80 os países da OPEP respondiam por 60% da produção mundial de petróleo e 90% das exportações. Para prestar ajuda financeira a países em desenvolvimento não membros da organização, criou-se um fundo especial em 1976. A OPEP surgiu como uma poderosa organização logo após a guerra árabe-israelense de 1973, quando os países árabes nela integrados boicotaram o fornecimento do petróleo para os Estados Unidos e outros países que auxiliavam Israel. Em consequência, os preços do petróleo aumentaram substancialmente. A partir desse episódio, todos os integrantes da OPEP decidiram reajustar os preços do petróleo com regularidade. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

³¹ Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

³² Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução das taxas de juros e do incremento dos investimentos públicos. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

de expansão do capitalismo se dava a partir de um *modus operandi* centrado no chamado *fordismo* e que toma do *taylorismo*³³ os elementos essenciais para a sua estruturação.

Considera-se que o *fordismo*, mais do que uma forma própria e específica de realizar a produção em larga escala, implica no controle e na centralização de todas as atividades produtivas de uma realidade social e econômica dada. O *fordismo* circunscreve em sua lógica produtiva totalizante e de larga escala, todos os setores da economia ou não se processa. Em definitivo, a metodologia de produção do *fordismo* transcende e ultrapassa a mera esteira e que caracteriza uma linha de produção. Nesse contexto, Gounet (1992) afirma que:

Alguém que não esteja diretamente envolvido na indústria automobilística poderia levantar a pergunta: porque tanto interesse pelo automóvel? Por que um ensaio sobre ele? Na verdade, quem estuda um pouco este setor logo percebe que ele tem uma importância estratégica, principalmente para o desenvolvimento do capitalismo nos países ocidentais. Quatro aspectos mostram essa importância: 1. Um carro tem no mínimo 20 mil peças. É um produto de tecnologia e organização complexas, cuja fabricação não se limita ao conjunto de seus componentes. Há todo um sistema dedicado a produzir o automóvel. Caso se considere o conjunto do sistema e os serviços ligados a ele (seguros, créditos, garagens), essa indústria representa, nos principais países do mundo, cerca de 10% do emprego, 10% do Produto Nacional Bruto (PNB) e 15% do comércio externo. Isso quer dizer que o setor, em si, tem um peso considerável na economia desses países. 2. Em consequência, a produção automobilística tornou-se uma questão de Estado. Os governos tentam atrair para seu território empresas que criam tantos empregos, que favorecem o aparecimento de um tecido industrial composto por fabricantes de autopeças, que permitem melhorar a balança comercial para não falar dos impostos. Porém, há mais. O setor está extremamente concentrado em nível mundial: em 1988, os doze maiores construtores realizavam 77% da produção mundial de automóveis. [...]. 3. A indústria automobilística tem a particularidade de ser pioneira em matéria de organização da produção (organização do trabalho), seja no nível de uma fábrica ou de todo um sistema de produção. Foi ela que criou o chamado fordismo. Foi ela que elaborou e desenvolveu os chamados métodos flexíveis de produção. O que acontece no setor automobilístico se espalha depois pela maior parte da indústria. Estudá-lo tem, portanto, um valor de exemplo do que pode acontecer em outros ramos. 4. Por fim, devido ao peso de sua influência estratégica, de suas consequências econômicas, de seu papel pioneiro na organização do trabalho, o automóvel tem uma importância mais que setorial. Todo um modelo de desenvolvimento se articula ao seu redor. [...]. Por isso não hesitamos em falar de civilização automobilística para descrever o desenvolvimento capitalista no século XX. (GOUNET, 1992, p. 13-14).

Tem-se, nesse sentido, que os processos tecnológicos inaugurados originariamente na indústria automobilística, por sua eficiência e dinamicidade garantem mais e maiores índices de produtividade para as empresas, portanto, aumento do lucro e maior concentração de capital. Trata-se de um método de trabalho milimetricamente mensurado e orientado para operar em duas pontas essenciais, a primeira, a que visa redução dos custos de produção em

³³ Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915) foi um engenheiro norte-americano e é considerado o pai da Administração Científica. [...]. Esse título tem sido aceito não apenas por seus compatriotas, mas em todo o mundo, tanto por simpatizantes quanto por críticos. Seus livros e artigos foram traduzidos para um grande número de línguas e, desde 1938, a medalha de ouro da Comissão Internacional para a Administração Científica traz sua efígie. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

todos os níveis, possibilidades e dimensões e a segunda, como consequência, da primeira, a maximização dos lucros a serem auferidos. É disso que trata a organicidade do fordismo e é, enfim, este modelo produtivo que entra em declínio a partir da primeira década dos anos de 1970. Nessa análise, Harvey (2002) afirma que:

Em retrospecto, parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar (figura 2.3). E isso ocorreu no momento em que a racionalização fordista significava o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura. O consequente enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã. Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 (figura 2.4) marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. A formação do mercado do eurodólar e a contração do crédito no período 1966-1967 foram, na verdade, sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. Foi também perto dessa época eu as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina em particular) associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. Dai por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. [...] De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. (HARVEY, 2002, p. 135).

De outro modo, concomitantemente, ocorre que ao fim de um ciclo econômico³⁴, surge um seguinte. Desta vez, bem mais complexo, flexível, intrincado e aprofundado nas economias e contingências econômicas e territoriais do mundo. Em tal conformidade, o capitalismo mantém-se coerente com toda a sua tradição. Dessa maneira, sempre é importante resgatar seus sentidos, conceitos e definições básicas. Afirma Wallerstein (2001) que:

[...] o capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la por meio de um conjunto de afirmações abstratas, mas seria tolo usá-las para avaliar e classificar a realidade. Por isso, tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, porque se desenvolveu das maneiras como se desenvolveu e qual é seu rumo atual. A palavra capitalismo vem de capital. É legítimo, pois, presumir que o capital seja o elemento-chave do capitalismo. Mas o que é o capital? Em certa acepção, é riqueza acumulada. Porém, quando usado no contexto do capitalismo

³⁴ Por ciclo econômico se entende uma flutuação periódica e alternada de expansão e contração de toda atividade econômica (industrial, agrícola e comercial) de um país ou de um conjunto de países. Um ciclo típico consiste num período de expansão econômica, seguido de uma recessão, de um período de depressão e um novo movimento ascendente ou de recuperação econômica. Os ciclos de longa duração, chamados ciclos de *Kondratieff*, são marcados por sessenta anos de ascensão ou declínio da economia mundial. (Sandroni, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI).

histórico, o conteúdo tem uma definição mais específica. Não é somente o estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas (ou seja, que se expressam sob forma de dinheiro) de coisas materiais. É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas; todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado. Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é “capital” na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa. (WALLERSTEIN, 2001, p. 13, grifos do autor).

O conceito do autor reafirma o próprio horizonte epistemológico que se busca, qual seja: a compreensão da empresa capitalista moderna em seu movimento fundamental de garantir controle sobre os tempos produtivos. Deste processo, mais controle sobre a produção. E inexoravelmente, em condições de definir a própria organização da sociedade. E disto que, enfim, se trata.

Nos sistemas anteriores, o longo e complexo processo de acumulação do capital era quase sempre bloqueado num ou noutro ponto, mesmo nos casos em que a condição inicial estava presente: a propriedade, ou concentração, de um estoque de bens não consumidos nas mãos de poucos. Nosso capitalista hipotético sempre precisou usar trabalho; logo, tinha de encontrar pessoas que pudessem ser atraídas, ou compelidas a realizar esse trabalho. Uma vez reunidos os trabalhadores e realizada a produção, era necessário comercializar os bens; precisavam existir um sistema de distribuição e um grupo de pessoas dotadas dos meios necessários para efetuar compras. Os bens tinham de ser vendidos a um preço maior do que os custos totais desembolsados pelo vendedor (incluindo os custos de colocá-los no ponto de venda) e, além disso, a margem (ou diferença) precisava ultrapassar as necessidades de subsistência do vendedor. Em linguagem moderna tinha de haver lucro [...]. Um ou mais elementos faltavam, porque nos sistemas sociais históricos anteriores tais elementos não haviam sido transformados em mercadoria, ou então essa transformação ainda era incipiente. Não se considerava que os processos descritos pudessem ou devessem resultar de transações realizadas em mercados. Por isso, o capitalismo histórico incluiu a ampla mercantilização de processos – não só os de troca, mas também os de produção e de investimento – antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital, os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo. (WALLERSTEIN, 2001, p. 14-15).

A possibilidade e o expediente de organizar a sociedade à luz das dinâmicas do capital, não é, de forma alguma, algo de menor importância. Nos particulares que se pretende abordar, está, dessa forma, estabelecida uma curiosa, porém, fundamental relação entre esses dois universos distintos ou duas estruturas que se complementam no movimento de definição de um tipo próprio de existência e que garante manutenção, reprodução e continuidade para o próprio sistema capitalista. Afirma Singer (1998):

Quando falamos de “capitalismo”, estamos nos referindo simultaneamente a um modo de produção e a uma formação social. Esta última contém vários modos de produção, dos quais o capitalista soa ser o maior e o hegemônico. Por isso, a

formação social que vem se espalhando pelo mundo, nos últimos 200 anos, também é chamada de “capitalismo”. Convém esclarecer desde logo esta ambiguidade, de que nem todos estão ao par. Um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes. O *capitalismo* organiza a produção em empresas, que são propriedade privada. Os seus detentores comandam a produção, visando maximizar o lucro. Para tanto empregam trabalhadores, aos quais pagam salários por tempo de trabalho e/ou quantidade produzida. As características da empresa capitalista vêm se modificando ao longo da história e são estas mudanças – como ainda veremos – que marcam as transformações do modo de produção. (SINGER, 1998, p. 37, grifos do autor).

Feito esse levantamento histórico do capitalismo, segue-se adiante para adentrar naquilo que se identifica como sendo a atual fase de expansão do capitalismo. Nesse marco *neoliberal*, portanto com as condições, sobretudo, políticas dadas para seu movimento, o capitalismo apresenta, concretamente, nova morfologia, portanto, novos mecanismos de produção e de viabilizar esta mesma produção, um efetivo e diferenciado padrão produtivo. De formatação mais atual, alargada e complexa. Trata-se de um sistema de organicidade de mais intensa e veloz rítmica de acumulação de capital e recursos e que perpassa obrigatoriamente por mais disciplinamento do trabalho o que irá, por fim, redefinir o próprio capitalismo no período supracitado. Segundo Antunes (2000),

Um sugestivo esboço analítico sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Em seu entendimento, o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa. Segundo esse autor, os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital. Em sua síntese sobre acumulação flexível nos diz que essa fase da produção é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]” (Harvey, 1992: 140). Embora o autor afirme que as empresas baseadas no modelo fordista pudessem adotar as novas tecnologias e os emergentes processos de trabalho (aquilo que é muitas vezes denominado de *neo-fordismo*), reconhece, entretanto, que as pressões competitivas, bem como a luta pelo controle da força de trabalho, levaram ao nascimento de “formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos” (idem: 148). (ANTUNES, 2000, p. 28, grifos do autor).

Mais pleno e cioso por acontecer sem impeditivos fronteiriços ou em desfavor da reprodução ligeira e sumamente expandida do capital. No entanto, é preciso considerar que uma nova ambientação sócio-política é erigida e adequada às atuais investidas do capitalismo em sua lógica de reterritorialização posto que a atual crise surgida na tríade do capitalismo

internacional (EUA, Europa e Japão) obrigou nova composição e organicidade para o próprio capitalismo. Exemplo desse movimento foi o massivo aporte de capitais no chamado setor primário da economia, sobretudo a partir de 2009 e que redundou em vertiginoso aumento de produtos alimentares.

De fato, esse ambiente teórico proposto não surge como algo trivial, de menor alcance ou importância. Ao contrário, o pensamento articulado, coerente e fundado em suposta rigorosidade científica é central para um tipo de orquestração e geração de consensos em favor, em primeiro lugar, da arregimentação de mentes e espíritos e que coadunem em prol do novo instante sócio-histórico e de vigorosa metabolização do capital, condição para os desdobramentos totalizantes do capitalismo pôr sobre o mundo do trabalho. Importante afirmar que esse prevaemente estágio de reorganização do capital, posto que os contextos e conjunturas sociais, culturais e políticas assim exigem, já surge imiscuído, contaminado com as clássicas contradições que perfazem o próprio capitalismo.

O que se identifica é que esse ambiente, de crise latente, representa uma forma atual do próprio sistema a fim da sua reprodução. Nesse sentido, importante é não perder de vista, que a crise é afirmada como elemento estruturante do novo estágio de organicidade do capital e não como eventualidade ou fato trivial. Assim, Grespan (2012) afirma que:

A ligação entre a dimensão do poder do capital sobre as demais relações sociais e a dimensão da crise que também lhe é intrínseca não é evidente, contudo, até porque o uso generalizado e corriqueiro da expressão *crise* no vocabulário atual banalizou e tornou impreciso o significado dela, correspondendo genericamente à noção de desagregação e decadência em uma esfera qualquer da sociabilidade. Assim, para resgatar em toda a sua riqueza o significado que o conceito de *crise* tem na obra de Marx, é necessário ultrapassar o aspecto de simples negatividade em geral e defini-lo enquanto negatividade imanente ao capital, enquanto manifestação de uma contradição constitutiva do capital. É necessário, portanto, determinar rigorosamente a categoria de capital e perceber, em primeiro lugar, que é por sua negatividade inerente que Marx concebe a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e reposição de suas contradições, de modo que a crise – enquanto manifestação privilegiada da autonegação do capital – se apresenta como integrante da dinâmica global. E não como um aspecto secundário e acessório, mas como elemento essencial para compreender seu *modus operandi*. Neste sentido, um estudo completo da concepção marxiana do capitalismo deve sempre levar em conta a dimensão em que a negatividade do capital aparece enquanto crise e também a forma com que esta última se combina para compor movimentos em direções determinadas e em períodos de tempo circunscritos. Além disso, em segundo lugar, apreendida como expressão da negatividade imanente ao capital, a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano de crítica: não se trata de uma reflexão exterior que aponta os limites deste sistema, e sim dos limites alcançados por ele mesmo com o desenvolvimento de suas potencialidades e com a exposição de suas contradições fundamentais nos processos que realiza. (GRESPLAN, 2012, p. 23, grifos do autor).

Considerando o exposto, é da dinâmica do capital a subsunção³⁵, não só do trabalho, mas da própria sociedade humana em favor do seu movimento expansivo, movimento que não se permite a qualquer natureza de regulação ou orientação a partir de mediações ou condicionantes, sejam sociais, políticas ou ambientais. No entanto, é notório que a desregulação do capital é, em definitivo, um movimento capitaneado pelo mercado e que necessariamente, submete o Estado à sua reprodução.

E essa submissão, importante tornar explícito, não se restringe a um despropositado apequenamento das funções essenciais do Estado, tampouco é uma imperceptível redução jurídica das ações e alcances estatais, sobretudo, no que concerne às fundamentais atividades econômicas, mas é efetivamente a própria precarização das funções e instituições estatais de regulação o que garante, por seu turno, fôlego, força e campo para o alargamento do capital em seu movimento de mercantilização de toda a vida social. É o desmantelamento e a própria supressão do Estado ante as oscilações, sobretudo, de capitais especulativos e que exige, porque é da sua composição orgânica, o essencial pré-requisito da ausência de marcos de regulação para as suas expansões ou ainda e, preferencialmente, a ruína estatal como ente mediador, portanto e, quem sabe, construtor de alguma justiça social pela via das trocas econômicas.

Em outros termos, o debate que envolve as funções do agronegócio no crescimento econômico, tão cantadas e decantadas nas propagandas oficiais, sobretudo, no atual cenário de desregulamentação das economias internacionais onde fluxos financeiros e econômicos se intensificam pode oferecer algum alento ou possibilidade para o meio ambiente, se, e somente se, o papel do Estado como ente regulador for, de fato, resgatado. De outro modo, é o mundo da natureza o foco principal e privilegiado da produção capitalista. São os recursos e suas possibilidades, os focos principais para países do capitalismo central e que necessitam fundamentalmente destes ativos ambientais para a manutenção dos atuais níveis de produção e consumo. Neste paralelo, os atuais níveis produtivos e que marcam as diferenças tecnológicas e que irão caracterizar a própria divisão internacional do trabalho se

³⁵ A subsunção formal, a qual Marx se refere, é a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital para valorização deste e que tem como pressuposto a separação do produtor direto de seus meios de produção e subsistência e sua transformação em trabalhador assalariado, condição esta que impõe a subordinação deste ao capitalista que se apropria desses meios, monopolizando e transformando-os em capital, em forças de coerção contra os trabalhadores. Nesse processo dá-se início à contradição essencial do sistema capitalista, a produção social da riqueza e sua apropriação privada. A partir daí, tem-se a desigualdade social como uma das principais implicações da subordinação formal do trabalho ao capital nas relações sociais. (Zeferino, Barbara Crísthinny. SUBSUNÇÃO FORMAL E REAL DO TRABALHO AO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS).

encontram ameaçados a partir da escassez de insumos ou matérias-primas para o movimento de reprodução das economias centrais.

Desta forma, vê-se que se está a discutir e identificar os elementos essenciais do próprio movimento hegemônico e que caracteriza o capitalismo contemporâneo e que, por suas estruturas, dinâmicas e contradições necessitam de se atualizar permanentemente, sobretudo, e decisivamente, por meio de seus processos tecnológicos e que, inevitavelmente, carecem da natureza e de seus atributos. Isto vem ocorrendo largamente nas paisagens do Cerrado.

3.3 Do Estado e de formas de regulação

É preciso, nesta reflexão, tornar enfaticamente claro que, apesar das mudanças sofridas, tanto pelos mercados quanto pelos Estados Nacionais, a oposição entre essas duas instituições quanto aos aspectos construtores e definidores de regulação social. Importante e definidor reconhecer que ainda existe muita oposição entre Estado e mercado. E tais oposições não são filigranas ou miudezas no amplo universo de interações e possibilidades criadas e surgidas a partir do encontro entre estas duas fundamentais instituições do mundo contemporâneo. Os aspectos mais essenciais a distinguir os limites e liames desses entes da contemporaneidade se referem aos conceitos fundamentais e que marca a existência de ambos. Acerca do Estado o seu compromisso e contrato social, é caracterizado pela função social de todo o seu exercício. Nesses termos, é o bem comum e o interesse social e coletivo que irá caracterizar o próprio Estado de direito.

Em uma abordagem positivista e oficial, ocorre que a marca que mais efetivamente caracteriza o público ou a economia do setor público é a regra, o regulamento, a norma pública e o interesse social, mesmo que, como se verifica com certa facilidade, não aconteça a contento ou como a maioria das pessoas espera, mas é esse o seu objetivo definidor e de maior marca. Diferentemente dos princípios que definem o mercado e que tem como unidade central de sua composição, o privado, o particular, aquilo que é, enfim, apropriado. O mercado opera a partir de princípios que contemplam este mundo das apropriações e sua concentração sem limites. É da sua natureza, da sua história e da sua organicidade. É marcado por distinções evidentes, sobretudo e, principalmente, nas relações de trabalho, nas formas de propriedade e na apropriação intermitente do produto ou dos frutos do trabalho social.

Tal assertiva se dá, sobretudo, em função das diferenças surgidas e constituídas nos movimentos da história que tem como base os latentes e nevrálgicos aspectos sociais e históricos a envolver, definir e complementar e contraditoriamente interpor a clássica e histórica disputa entre capital e trabalho. É preciso efetivamente considerar com as devidas ênfases que jamais ocorreu tamanha indisponibilidade e incompatibilidade entre duas instituições de regulação, diga-se de passagem, como a que acontece no tempo presente. De outra maneira, tanto o mercado quanto o Estado são instituições de regulação da economia. Ainda no campo da Economia é preciso considerar que os trabalhos do economista austríaco Friedrich Von Hayek³⁶, sobretudo sua *magna opus The Road of Serfdom* (O Caminho da Servidão), de 1944, é o grande motivo teórico a mobilizar e garantir acervo discursivo para o novo ordenamento que se desenhava, como já citado, na parte primeira dos anos de 1970.

Esse instante é de grande relevância para estas reflexões porque marca, ao mesmo tempo, o fim de um ciclo econômico e político, iniciado, fundamentalmente a partir dos escombros da Segunda Grande Guerra na Europa Ocidental e o imediato surgimento de outro, qual seja, o novo liberalismo ou, tão somente, neoliberalismo. Muito mais do que um receituário econômico a ser aplicado em ordinárias e corriqueiras transações econômicas, o neoliberalismo representou uma doutrina filosófica, uma atitude mental e que mirava em um novo projeto de sociedade e que teria, essencialmente, na livre iniciativa, na centralidade dos indivíduos como agentes econômicos plenos e no fim de barreiras e regulamentos estatais o motivo principal para a assunção da nova sociedade de plena fluidez e liberdades absolutas.

Considerando esse contexto, afirma Anderson (2012):

Comecemos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois ad II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como um ameaça letal á liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construía, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. [...]. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as base de um

³⁶ Friedrich Von Hayek (1899-1992) foi um economista austríaco, naturalizado inglês, representante da corrente liberal, contrária a qualquer intervenção do Estado na economia. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974, juntamente com Gunnar Myrdal.

outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. [...]. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. (ANDERSON, 2012, p. 09, grifo do autor.)

Parte centralmente importante dessas análises é a identificação das alterações objetivas do mundo do trabalho em consonância com as profundas mudanças relativas aos princípios organizativos das economias fundadas, como no, anteriormente citado, *fordismo-keynesianismo* e que adentra em novo padrão de acumulação, portanto em ciclos produtivos distintos, de maior velocidade e intensificação para os seus movimentos de acumulação e concentração de capital.

Essa nova periodização para o capital implica na atualização ou contextualização de uma infinidade de categorias de análises que são sobremaneira, importantes para a compreensão das novas dinâmicas territoriais impostas aos países, sobretudo àqueles que, tal qual o Brasil, tem na agricultura seu principal aporte econômico. O que se defende é que categorias axiais como espaço, tempo, fronteira, lugar, nação, mundo, cultura, natureza, dentre outras, tem seu conteúdo analítico e representativo modificados principalmente, visando o constructo de um tipo próprio de ambientação teórica a fim do soerguimento de novas marcações e percepções intelectuais em condições reais e objetivas de conferir legitimação, contexto e, acima de tudo, aceitação pública para o novo ordenamento econômico e que segue sendo desenhado.

Em outro sentido, as dinâmicas do real, com abrangências e impactos que representam, necessitam de formas teóricas e atuais de legitimação. É nesse movimento que, a título de exemplo, surgem categorias como globalização, mundialização, internacionalização ou outras de igual similitude e que, de um modo ou de outro, servem para traduzir e mesmo impor um conceito de modernidade para o conjunto da sociedade.

Não por acaso, foi nesse sentido que os romanos atuaram por “civilizar” “povos bárbaros”; europeus vieram “evangelizar” indígenas “pagãos” do novo continente americano. Nesse cenário, os “infiéis” do Oriente Médio foram massacrados pelos cruzados. É preciso tornar claro que não é necessariamente problema, conferir alterações para conteúdos formativos, teóricos, simbólicos ou representativos de um objeto dado.

Na verdade, esse processo de atualização conceitual é, evidentemente, parte da atividade científica séria, rigorosa e evidentemente racional, posto que a vida e tudo o que

existe está submetido às forças do movimento, às forças da história. Nesse sentido, produzir ciência é objetivamente produzir atualizações rigorosas, racionais e evidentemente científicas.

O que está em causa no que relaciona as categorias centrais para a compreensão do mundo ou, pelo menos, de suas tendências, sob o viés das ciências sociais e que, obrigatoriamente, opera por intermédio de critérios racionais, científicos e, fundamentalmente, em conformidade com as leis da natureza, é que o *mobile* a dinamizar e alterar os conteúdos das principais categorias de análise, norteadoras das Ciências Humanas advém das assim chamadas forças de mercado atreladas e comprometidas com monopólios, oligopólios ou interesses bastante específicos e nada sociais ou coletivos.

Essas novas impressões, percepções e formas de afeto nascem da recombinação do capital monopolista e transnacional e de suas conveniências em prol, é claro, do lucro e da plena rentabilidade na relação com mercados desregulamentados pela debilidade estatal propositada, por sua lógica fugidia de impeditivos elementares para o seu movimento expansionista e, finalmente, pelo fim de qualquer sorte de regulação social e econômica originários da sociedade civil ou do Estado.

Essa nova conjuntura afirmada e tornada atualidade, sobretudo, por ideólogos defensores de certo “fim da história”, da inevitabilidade de certo “pensamento único” e entusiásticos arautos de um tipo de conformação planetária que refunda o próprio sentido de modernidade, na medida em que, alinha e submete toda a natureza e o mundo social, portanto, mundo do trabalho às determinações mercantis de corporações transnacionais.

Contudo, este é um tempo confuso e que exige de mais e melhores análises porque, em definitivo, a atual lógica de organização capitalista, complexa e que, certamente não chegou a seu termo, ao contrário, se renova a cada crise ou choque entre as lógicas e interesses do capital e do trabalho. Faz-se e se refaz nas inovações, nos vazios organizativos do trabalho, nas acumulações desmedidas de capital e no consumo ininterrupto e intermitente de recursos naturais miúdos intervalos de tempo. E também, e principalmente, na submissão do Estado às determinações do capital, na obsolescência política das entidades de representação do trabalho e fundamental, na presença hegemônica da reprodução capitalista em todos os quadrantes do planeta. Para Ianni (2004):

Acontece que o modo capitalista de produção funda-se no jogo das forças produtivas liberadas com o declínio do feudalismo, a aceleração da acumulação originária, a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento intensivo e extensivo da produção, da distribuição, da troca e do consumo. As forças produtivas básicas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado e o planejamento, entre outras, entram em contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos e modos de vida, culturas e civilizações.

Na medida em que se torna dominante, o modo capitalista de produção lança luz e sombra, formas e movimentos, cores e sons, sobre muito do que encontra pela frente. O mundo continua povoado de múltiplas e distintas formas culturais, línguas, religiões, tradições e visões do mundo, ao lado das mais diferentes formas de vida e de trabalho. Os hindus continuam imbuídos de hinduísmo e budismo; da mesma forma que os árabes de islamismos; e os europeus de cristianismos. As tradições culturais, religiosas, linguísticas e outras permanecem ou mesmo se reiteram e, às vezes, se expandem. Mas tudo se modifica. No curso da história da globalização do capitalismo, muito do que se encontra pelo caminho se altera, tensiona, modifica, anula, mutila, recria ou transfigura. No capitalismo, as forças produtivas, compreendidas sempre como forças sociais, encontram-se todo o tempo em interação dinâmica. (IANNI, 2004, p. 172).

Nesta altura ainda é pertinente considerar que esse estranho mundo da produção orientado e justificado por toda sorte de flexibilização, sobretudo àquelas referentes às formas contratuais de proteção do trabalho, remodelou todas as relações envolvendo o capital e o trabalho em favor, é certo, do primeiro.

Assim, alterou a própria substância organizativa dos territórios, na medida em que, a forçosa uniformização pela via dos métodos de produção e que submetem, ainda mais, o trabalho humano às determinações do capital, intensificaram e impingiram agilidade não só para a produção de itens estritamente inscritos nas ditas plantas industriais, mas essa intensificação ou agilização representou velocidade e tempo menor e abreviado para todos os níveis e dimensões da atividade produtiva. Em outro sentido, todas as cadeias produtivas agora, se submetem aos ditames da produção rápida, dos ciclos rápidos, da *info*-produção e que envolve produção, circulação e consumo porque o tempo é o principal indicador de ganhos para essa nova e inovadora lógica de produção e reprodução capitalista.

Daí a necessidade das atividades produtivas atuarem como se buscassem superar o próprio tempo, os próprios tempos, e que, nos particulares do universo da mercadoria e de sua lógica de circulação e consumo, não se refere, nem de longe, ao tempo como cronologia, como medição cronológica, mas é o tempo como contemplação, como expediente humano sensível e transcendente a operar no aprofundamento e na intensificação de um novo tipo de alienação que marca a produção setorizada e seccionada no modo de produção capitalista.

É o tempo como antítese da própria razão humana e que, no tempo vivido, se desvincula da mais elementar aspiração humana que é a liberdade como forma superior de existência e se reafirma integral e despoticamente na nova e essencial centralidade que a mercadoria assume na sociedade contemporânea.

É esse tempo do mercado que se insurge contra a epifania da razão humana de forma a inaugurar e impor padrões de modernidade, atualidade e cosmopolitismo para o simples ato de consumir, por mais vulgar e desnecessário que possa parecer. O que se impõe

no presente é refletir o tempo da produção mirando nos tempos do consumo, porque, de fato, nunca o torvelinho produção/consumo se apresentou tão íntegro e presente como agora. Não por acaso são bem conhecidas as produções *just in time*, o *kanban*, as vendas a partir do comércio eletrônico que, irremediavelmente, apontam para novas sociabilidades e distintas formas relacionais com o próprio ato de consumir. São formas atuais e flexíveis de consumo e que inevitavelmente, determinam, por conseguinte, as atuais formas produtivas.

Para esta pesquisa, bom exemplo são as bolsas ou mercados futuros que, genericamente, se encarregam de negociar safras vindouras e que, evidentemente, sequer existem como materialidade. De novo, são formas flexíveis de contrato e negociação que se sustentam, sobretudo e, principalmente, a partir de contratos e securitizações a partir do intermédio imprescindível do Estado.

Dessa forma, a que se considerar que produção e consumo – aspectos fundamentais da atividade produtiva – percebem novos sentidos, a partir, sobretudo, da atuação de elementos ou atores intermediários e que serão, por assim dizer, fundamentais para a re-conceituação das atividades produtivas. Redefinição que só será possível com a recomposição dos papéis dos agentes econômicos centrais de nossas economias de mercado, no caso, o Estado e o mercado, no bastante dinâmico movimento circular e planetário de bens e serviços e que a contemporaneidade nos trouxe.

Definitivamente, sem a desregulamentação das atividades econômicas, sem o esvaziamento das funções estatais no que tange às suas históricas funções de concertar as atividades produtivas e econômicas de uma sociedade dada, o atual cenário de hegemonia do capital sobre o trabalho e mesmo a vida social não se apresentaria com os caracteres que demonstra. Outro aspecto a ser considerado é a disponibilidade, a partir de políticas monetárias que disponibilizaram fartamente crédito e meios circulantes para que, assim, a produção em massa tivesse garantida, por conseguinte, seu consumo igualmente em massa.

Destarte, o Estado tratou de superar distâncias e diferenças entre produção e consumo por meio de disponibilização de créditos. Esse arranjo econômico garantiu, por assim dizer, um dinamismo jamais visto na própria história econômica brasileira e, nesse sentido, estas demandas geram irremediavelmente, impactos diretos a produção, a circulação e o consumo, e desta maneira, gera novas e mais intensas demandas sobre os recursos da natureza.

De forma resumida, quanto menor o tempo envolvendo o ciclo produção/consumo, maior a lucratividade, o ganho e, inversamente, quanto maior o tempo do

ciclo produção/consumo, menores serão os lucros, os ganhos. São grandezas inversamente proporcionais e que revelam o essencial da empresa moderna.

São esses tempos produtivos que marcam o atual estágio de evolução do capitalismo contemporâneo. É esse tempo útil, e utilidade aqui se relaciona com o tempo produtivo a serviço da acumulação capitalista, que define por fim, sintonia e celeridade, sobretudo por meio das novas tecnologias de produção e que produzem coisas e, desse modo, homens e mulheres e civilizações inteiras à sua luz e semelhança e que, conseqüentemente, produzem e reproduzem no cotidiano o próprio capitalismo hodierno.

Nessa perspectiva, a mercadoria, o trabalhador, o grupo, a indústria, as comunidades e toda a cadeia produtiva são compelidos a atuar sincronicamente na lógica desse tempo que marca os próprios ciclos e giros do capital. É essa sincronia entre os diversos níveis e instâncias de uma economia dada o solo fértil e potente e que faz esse “tempo” do capital, finalmente, acontecer.

Nessa relação, obstáculos ao estilo de regulações estatais, movimentos sociais empenhados contra a carestia, sindicatos ou associações a exigir direitos e condições adequadas de trabalho para esta ou aquela categoria, comunidades indígenas reivindicando respeito por suas terras e tradições, portanto, suas culturas ou grupos ou entidades envolvidas com a preservação de determinada área ambiental representam instabilidade para essa fundamental sincronia para a fluência e ocorrência dos tempos mínimos para os ciclos do capital e respectiva rentabilidade.

Em conformidade com esse pensamento tem que a máquina de última geração, a ergonomia de maior atualidade e contextualização, a reengenharia de maior precisão e unidade e todo o aparato técnico-produtivo das atuais plantas industriais devem se combinar em rara unidade com o moderno *marketing*, com as facilidades de financiamento que envolve capitais fictícios, dinheiros virtuais, crediários próprios, dentre outros artifícios, bem como aos serviços de pronta-entrega, às compras pela *internet* e a mais uma multiplicidade de facilidades que visam o sincrônico envolvendo esses tempos da produção mercantil capitalista.

Finalmente, se afirmar categoricamente que são esses tempos breves e evidentemente sincrônicos o alvo prioritário das empresas. Finalmente, é preciso ter claro que essa característica é marca da moderna empresa capitalista. É um evidente traço a alterar todo o mundo imediato que o circunda, dinamizando todo o território, amplificando seus conflitos, uniformizando suas práticas e gerando, contraditoriamente gerando, formas novas e atuais de lutas sociais.

É um fenômeno notadamente caro e raro porque o percebido é um tipo de “alquimia tecnológica” e, em seus mínimos, torna a tradicional, bucólica e familiar empresa nacional, não raro, ufanista de ser “100% brasileira” em vigorosa e ofensiva empresa internacional. Uma empresa que desconhece e estranha o território, as tradições, as gentes, as culturas e os hábitos de um povo.

Essa é a empresa nacional, uma “coisa” que se metamorfoseia em empresa internacional a partir da técnica *re*-definidora de sua totalidade, sobretudo e, principalmente, na forma relacional com o território, biomas e populações aí contidas. Considerando esse contexto, afirma Sassen (2010) que:

[...] o fato de que um processo ou entidade se localiza dentro do território de um Estado soberano não significa necessariamente que seja nacional ou do tipo autorizado tradicionalmente pelo Estado (turistas estrangeiros, embaixadas, etc.), podendo ser uma localização do global. Embora a maioria dessas entidades e processo provavelmente seja nacional, existe uma necessidade cada vez maior de pesquisas empíricas que estabeleçam o status da variedade crescente de instâncias possíveis do global. Grande parte do que continuamos a categorizar como nacional pode ser formada exatamente por essas situações. [...]. O que, então, estamos tentando nomear com a palavra globalização? Segundo minha leitura, ela abrange dois conjuntos distintos de dinâmicas. O primeiro envolve a formação de processo e instituições explicitamente globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), mercados financeiros globais, o novo cosmopolitismo e os Tribunais Penais Internacionais de Guerra. As práticas e formas de organização pelas quais operam essas dinâmicas constituem o que geralmente se concebe como global. Embora ocorram parcialmente na escala nacional são, em larga medida, formações globais novas e evidentemente globais. O segundo conjunto de dinâmicas envolve processos que não ocorrem necessariamente no nível global, mas que, creio eu, fazem parte da globalização. Esses processos ocorrem dentro de territórios e domínios institucionais que foram construídos em termos basicamente nacionais em grande parte do mundo, mas não em todo ele. Embora localizados em cenários nacionais – de fato, subnacionais – esses processos fazem parte da globalização, pois envolvem redes e entidades transfronteiriças que conectam diversos processos e atores locais ou “nacionais”, ou a recorrência de questões ou dinâmicas específicas em um número cada vez maior de países ou localidades. (SASSEN, 2010, p. 11, grifo do autor).

A partir dessas considerações verifica-se um fenômeno técnico de enorme abrangência e importância e que abarca a empresa nacional em sua totalidade. Na verdade, se identifica que a antiga empresa nacional avança, em distintos níveis de velocidade, se travestindo de empresa internacional. É como se a antiga empresa se convertesse em nova empresa. Não por acaso, no caso brasileiro, país de economia dependente, sobretudo de inovações e tecnologias, a própria noção de modernidade empresarial se vincula intensamente ao conceito e noção de internacionalização dos seus processos de produção.

A empresa nacional, fundada no território, assume novas indumentárias tecnológicas, nova linguagem e inéditos processos gerenciais e produtivos e, em um movimento crescente, vai tornando-se moderna, porque mede como nunca o fez, mensura,

gera indicadores de grande precisão, planilhas acerca de mercados, cenários e possibilidades e acopla softwares para todas as suas ações, procedimentos e expedientes a fim da redução de seus custos e ampliação das suas possibilidades de competitividade. Indubitavelmente, é o que, de fato, acontece. Porque este é o tempo veloz das mercadorias, portanto, todas as cadeias produtivas e que se pretendem modernas, necessitam de acompanhar amiúde estes pulsares do tempo mínimo e que, não casualmente, são as rítmicas da robótica, da telemática e das reengenharias produtivas.

Continuando nessa discussão, Martins (2011) nos afirma que...

...a modernidade nos chega, pois, pelo seu contrário e estrangeira, como expressão do ver e não como expressão do ser, do viver e do acontecer. Chega-nos como uma modernidade epidérmica e desconfortável sob a forma do fardo nas costas do escravo negro, ele mesmo negação do capital e do capitalismo, embora agente humano e desumanizado do lucro naquele tempo histórico - [...] - A referência da compreensão crítica, brasileira e latino-americana, da modernidade, na arte, na literatura, nas ciências sociais, tem sido esse confronto entre o novo e seu padrão lógico, racional, secularizado, de um lado, e aquilo que a tradição nos legou, as obras do passado, que são também as sobras, o irrelevante, do incapturável pelos mecanismos de dominação e de exploração. Esse tem sido o método que nos revela o que o moderno tem de posição, de estranho e de “estrangeiro” em relação a nós. É o método que se volta para o desencontro dos tempos históricos que marcam e demarcam a realidade brasileira e latino-americana, as relações sociais, as mentalidades, as utopias. Nossas desigualdades sociais são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente, incompletamente. A força das formas sociais, econômicas, estilísticas é que nos faz agentes de uma modernidade aparente, desprovida de laços fundos com os processos sociais, anúncio de nossas privações. É na consciência desses desencontros e confrontos que ganha corpo o método interpretativo que se faz presente tanto na literatura, quanto na arte, quanto nas ciências sociais. Pode parecer positivismo aqui e dialética ali ou pode ser a híbrida confusão de ambas as orientações epistemológicas. Nas diferenças formais dos distintos cânones de produção do conhecimento e da consciência social, subjaz um procedimento revelador e denunciador: tanto o positivismo quanto a dialética, ainda que de modos radicalmente opostos, nos falam de desencontros de tempos sociais, de desigualdades que nele se expressam, de bloqueios históricos a que se cumpram plenamente em terras da América Latina as promessas e as possibilidades históricas que se cumprem com mais facilidade e naturalidade nos países metropolitanos e hegemônicos. (MARTINS, 2011, p. 24).

Sendo assim, se tem que é papel do investigador, observar esse tempo ligeiro, fugidío e efêmero e que marca os padrões produtivos, bem como as sociabilidades que geram de maneira intermitente, suas qualidades e perspectivas.

Reconhecidamente não se trata de empresa de fácil lida porque na mesma medida em que assume vestais de modernidade, atuam e realizam-se no sentido de tornar opacas e pouco visíveis suas estratégias de operação e de ampliação. Caberia indagar se princípios como transparência, democracia e comunicação não seriam importantes ou modernos para as empresas atuais. Essa indagação não é mera provocação. O que se está mirando é na própria razão de ser do território, em suas multi-formas e em sua fundamental multiculturalidade, em

sua conformação ambiental e no movimento uniformizador da moderna empresa capitalista e que se realiza na desfeita ou nas desconstruções territoriais.

É este cenário, são essas as relações e é o este ordenamento planetário do capital e que irá influenciar sobremaneira os rumos e sentidos dos ditos Estados nacionais em suas políticas, formas de gestão e o estabelecimento de relações com suas populações e com respectivas formas e mecanismos de produção e autoprodução. É esse amplo horizonte de encontros, choques, influências e mediações que irá matizar as agroindústrias, segmento produtivo de importância central para o país a alterar a composição orgânica do capital e seu exercício de ampliação por sobre os territórios e os trabalhos aí realizados.

4 PRODUÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA CANA EM ITUMBIARA

A feitura desta pesquisa não poderia acontecer sobre perspectivas ou considerações positivistas ou neopositivistas. A incursão em formas narrativas ou analíticas desencontradas ou distantes da materialidade e da concretude dos processos sociais, políticos, históricos e geográficos não conduz esse estudo para conclusões pertinentes ou verificáveis.

Dessa forma se empreende todo um esforço minimamente coerente por articular e fiar um tecido teórico em reais condições de justificar olhares e interpretações críticas sobre o setor sucroenergético e respectivos impactos e efeitos nas dinâmicas e organicidades da vida social e da municipalidade de Itumbiara.

A criticidade proposta afirma-se metodologicamente como imperativo epistemológico na intenção de, tão somente, garantir distinções necessárias para o moderno cultivo da cana-de-açúcar. Pretende, dessa forma, discorrer sobre sua potência e sobre evidentes limites, inclusive e, principalmente, ambientais. Parte deste momento é, portanto, trazer para as reflexões aqui propostas, elementos do contemporâneo e que mostrem o portentoso e o gigantismo do cultivo canavieiro e seu lugar no cenário econômico regional, nacional e daí e, conseqüentemente, nas trocas internacionais.

Tem-se, assim os contornos de maior precisão acerca das funções do local na construção da potência a envolver todo o discurso e representação desta biomassa e respectivas implicações no desarranjo das trocas, interações e formas de vida específicas a estes mesmos locais.

Importante enfatizar a força dos específicos a marcar os locais, a dar formas e garantir singularidades para estes mesmos locais. Ocorre que a existência e o prevaecimento do específico é um exercício de tipo próprio e cotidiano, nem sempre percebido ou compreendido, nem sempre identificado ou traduzido, contudo é específico porque existe nos implícitos do dia-a-dia da vida local e territorial.

E, importante considerar, estas especificidades vivas e presentes fazem-se em um permanente, ganham em tamanho, sentido, símbolo e complexidade, geram perspectivas, referencias e horizontes. Tornam-se representações e são internalizadas pelos indivíduos do mesmo local que, em um movimento dialético, os expressam por meio e intermédio da cultura, dos discursos, dos afetos, das narrativas e dos próprios corpos.

Já é conhecida a máxima antropológica a afirmar que sistemas são feitos e refeitos a partir dos atos conscientes ou não dos indivíduos em seu cotidiano. O que se afirma com isso é que indivíduos reproduzem sistemas ou formas de organização, percebendo ou não, no âmbito individual e cotidiano daquilo que Henry Lefebvre (1999) irá denominar de vida banal. Os locais são partes vivas e ativas desse processo.

É justamente desse processo de diversidade existencial que se está a contar. Aspecto essencial para as diversidades territoriais ou regionais e que marcam tão profundamente uma realidade como a Brasileira. De outro modo e contiguo a essa discussão é preciso considerar que a cana-de-açúcar, com os caracteres que assume, se firma como cultura incompatível ante as diversas outras culturas, considerando os aspectos geoambientais do Cerrado.

A que se reconhecer, no entanto que a bioenergia canavieira vem se afirmando como estratégia política e energética do Estado Brasileiro. Com apelos envolvendo a geração de emprego e a criação de divisas, o cultivo da cana-de-açúcar mostrou-se a atividade certa e no instante certo. Instante de discursos modernos e ufanistas ao redor de um Brasil que “segue dando certo”. A esse respeito e, não casualmente, fora publicado, por exemplo, no Jornal Tribuna do Planalto³⁷:

³⁷ Disponível em: <tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15011:incentivos-para-o-setor-sucroenergetico&catid=64:comunidades&Itemid=6>.

O governador Marconi Perillo reafirmou os incentivos ao setor sucroenergético durante o I Congresso do Brasil Central - Canacentro 2012, realizado na sede da Federação de Agricultura do Estado de Goiás (Faeg). Ele reafirmou o entusiasmo com a atividade sucroalcooleira. Lembrou que desde o seu primeiro governo, iniciado em 1999, tem adotado políticas pioneiras de incentivo, que tiveram respostas imediatas com a expansão da produção e da produtividade, aspectos que geraram impacto no crescimento econômico que Goiás experimenta até os dias atuais. "Recentemente, retomamos as ações com o objetivo de recuperar a competitividade do setor sucroalcooleiro goiano. Assinamos o decreto que amplia, paulatinamente, no prazo de seis meses, o benefício do crédito outorgado de ICMS de 30% para 60%. Na prática, o setor volta a ter os mesmos incentivos que tinha no nosso primeiro governo, quando poderia desonerar em até 70% o ICMS por meio do Fomentar/Produzir. Informou ainda que a lei em vigor permite a retroatividade. O crédito outorgado sofreu redução para 30% no ano de 2008 e, de lá para cá, o setor começou a perder mercado. Desde a adoção do crédito outorgado, há mais de 12 anos, o número de usinas em Goiás saltou de 11 para 34. Atualmente, duas outras estão em reforma e três prestes a concluir a planta de produção. O setor gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos em todo o Estado. "É evidente que, em mais esta arrancada, estamos amparados nos importantes investimentos que nosso governo realiza em logística de transportes, o que permite a ampliação das alternativas de escoamento da produção e a redução significativa dos custos", destacou. Disse que a meta é criar condições para que o álcool anidro e o açúcar, que são produzidos em Goiás, cheguem ao mercado nacional sempre a preços mais competitivos. (TRIBUNA DO PLANALTO, 2012).

Cabe, nessa relação, ressaltar três aspectos essenciais para a compreensão das formas e dos mecanismos como é estruturada e organizada a lavoura empresarial e canavieira em Goiás e mesmo no Brasil. O primeiro aspecto é o que respeita a relação que envolve empresários do setor e órgãos públicos, no caso que mais diretamente interessa para esta pesquisa, o Governo do Estado de Goiás. De fato, esse pensar não é o objeto direto desta pesquisa, contudo, a compreensão da economia canavieira hodierna só é efetivamente possível, identificando as relações políticas que lhe garante sustentação, manutenção e continuidade. Matéria do jornal Valor Econômico, publicada no portal da revista eletrônica Novacana.com,³⁸ mostra que:

Puxados por condições especiais do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor sucroalcooleiro superaram em 2013 as expectativas da própria instituição ao atingir R\$ 6,9 bilhões no ano, 64% acima dos R\$ 4,2 bilhões registrados em 2012. A urgência das usinas para renovar e mecanizar canaviais ajudou a alavancar esses números, que devem, no entanto, perder alguma força em 2014, dado que uma boa parte dessas demandas já foi atendida e que as taxas de juros do PSI foram elevadas.

O aspecto seguinte diz respeito às possibilidades fiscais de compensação outorgadas e garantidas pelo Estado para os produtores por meio de isenções ou subvenções fiscais o que, segundo a análise em questão, irá garantir competitividade para o setor e, finalmente, o terceiro aspecto é o apelo que é realizado em torno da geração de empregos. Importante para estudos vindouros é a compreensão da qualidade desses empregos ou postos

³⁸ Disponível em: <www.novacana.com/n/industria/investimento/bndes-eleva-desembolso-usinas-080113/>

de trabalho, bem como seus níveis de remuneração e disponibilizados para ampla leva de trabalhadores, em geral, advindos do Norte/Nordeste brasileiro e que emprestam seus braços e seus corpos para este “leviatã doce” e que é o complexo canavieiro vigorante em Itumbiara.

Mais uma vez, vê-se a presença evidentemente definidora do setor público da economia para a respectiva atividade. A citação acima exposta revela a ampliação dos investimentos no setor sucroenergético o que reafirma a importância do setor para a economia. Importante considerar que o montante em questão gera impactos notadamente importantes para os próprios rumos de uma economia dada. De maneira objetiva, estas são cifras que alteram toda a dinâmica e composição dos capitais investidos em uma região ou localidade dada.

Não por acaso é comum o discurso que descreve ampla dinâmica de certa desindustrialização no Brasil, sobretudo, tendo-se em vistas o fenômeno da China que industrializa atualmente mais de sessenta por cento dos produtos manufaturados do mundo e, em seguida, já é certo que os investimentos públicos estão sendo massivamente alocados em setores primários como o setor em questão.

Nesse cenário e nestas influências políticas e econômicas, destaque deve ser dado para o inédito Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Governo Federal, cujo objetivo é a garantia de financiamento para a reestruturação de todas as plantas industriais dos complexos sucroenergéticos do País.

Segundo o próprio BNDES (2013)³⁹, seu objetivo é “[...] aumentar a produção de cana-de-açúcar no país, por meio do financiamento à renovação e implantação de novos canaviais”. No enunciado, o BNDES define seus clientes como sendo:

[...] pessoas jurídicas que exerçam atividade produtiva relacionada ao plantio de cana-de-açúcar, inclusive usinas e destilarias de etanol e açúcar, cooperativas de produção, cooperativas de produtores e entidades societárias ou por cotas, em forma consorcial ou condominial, com a denominação de “consórcio” ou “condomínio”, constituídas nos termos do artigo 14, parágrafo primeiro da Lei no. 4.504, de 30 de novembro de 1964; e produtor rural e suas cooperativas, que exerçam atividade produtiva relacionada ao plantio da cana de açúcar. (BNDES, 2013).

A título de lembrança, a citada Lei no. 4.504, de 30/11/1964 é o mesmo Estatuto da Terra⁴⁰ sancionado pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco, cujos princípios, portanto, nascidos do regime ditatorial brasileiro e que governou o País por vinte e um anos. Trata-se de um arcabouço legal composto por 128 artigos,

³⁹ Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/prorenova.html>

⁴⁰ Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>

distribuídos em quatro seções, quatro títulos e surpreendente, não fora capaz de definir a *reforma agrária*.

Em uma interpretação lacônica e generalista assevera, em seu Parágrafo Primeiro do Artigo Primeiro que: “[...] considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

Todo o seu conceito assenta-se na ideia-motor, contudo, não mais central, principalmente para a contemporaneidade brasileira, da distribuição da terra. Em qualquer instante da supracitada Lei vê-se a necessária alteração qualitativa das relações que envolvem o campo com a cidade, principalmente, das relações econômicas estabelecidas entre esses dois universos tão complementares e antagônicos entre si.

Não cita a alteração das relações de propriedade e que envolve o campo, tampouco, redefina os novos papéis do campo Brasileiro, para além da dimensão produtiva e econômica, para a vida nacional. Na Lei da agitada década de 1960, conceitos fundamentais norteadores como território, cultura, natureza, modos e qualidade de vida sequer são lembrados no ligeiro documento.

De fato, a reforma agrária não é tema deste estudo, tampouco a qualidade do seu atual modelo, por sinal, oneroso e insustentável, contudo, é preciso tornar claro que seu resgate histórico e teórico para essa altura das discussões é definitivamente importante, na medida em que a ausência histórica de uma ampla, profunda, democrática e democratizante reforma agrária gera as condições históricas, concretas e objetivas para o surgimento no Brasil de uma das piores estruturas fundiárias do planeta.

Há que se considerar que a reforma agrária é historicamente, uma reforma de caráter eminentemente burguês. Trata-se de reforma necessária para, primeiro, gerar formas de estabilização para as populações que, enfim, tem acesso a este fundamental meio de produção, sobretudo, para os milhões de camponeses, grupos ou comunidades originais como índios, ribeirinhos, quilombolas, ciganos ou extrativistas.

Não é de se estranhar que, todas as revoluções burguesas ocorridas na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, tiveram na distribuição das terras, seu elemento de maior efeito, importância e centralidade para a economia, para as comunidades e para o próprio sentido de democracia. A reforma agrária não é, terminantemente, o assentamento de um sem-número de famílias em áreas disponibilizadas pelo Estado em um ermo do território nacional. A história já provou fartamente de que não se trata disso. Reforma agrária é a garantia de centro político e econômico para aquele que vive e faz viver a terra, o trabalhador rural. É o

estabelecimento de formas relacionais novas e equânimes entre campo e cidade, principalmente por intermédio da garantia de terras de importância central, de maior produtividade para o trabalho do campo. Em outros termos, é retomar a produção agrícola e familiar à luz da preservação ambiental, da produção sustentável e da redefinição melhorada e de maior unidade e integração entre o camponês e a natureza do campo.

A esse respeito conta o médico Ernesto Guevara (2009), ao tratar de uma proposta de reforma agrária para o revolucionário e recém-inaugurado Governo de Cuba. Mesmo considerando que os atuais governos latino-americanos sequer se aproximam da proposta revolucionária sugerida por Guevara, asseguradamente, seu pensamento oferece, pelo menos, luzes importantes acerca do referido tema:

Há uma coisa que deve inculcar-se em cada um de vocês como uma verdade que não pode ser desmentida de modo algum, a de que não há Governo Revolucionário a que verdadeiramente se possa chamar de revolucionário, aqui na América, se não fizer uma reforma agrária, como primeira medida. Além disso, não se pode chamar revolucionário a um governo que diga que vai fazer ou que faça uma reforma agrária vaga; revolucionário é o governo que faz uma reforma agrária mudando o regime de propriedade da terra, não apenas dando ao camponês a terra que sobra, mas também e, principalmente, dando ao camponês a terra que não sobra, a que está em poder dos latifundiários, e que é a melhor e a que rende mais e, além disso, a que foi roubada ao camponês em épocas passadas. É isso a reforma agrária e com isso devem começar todos os governos revolucionários. (GUEVARA, 2009, p. 14)

É, enfim, nesse cenário de intensa concentração da terra, concentração que, por sinal, será intensificada e aprofundada com a atividade canavieira praticada no Brasil que um novo conceito de reforma agrária será elaborado. O que é facultado aos estudiosos deste tema é identificar as próprias tendências de uma atividade primária e que surge sobre bases sociais e territoriais tão notadamente assimétricas como é a que irá marcar o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil contemporâneo.

E ainda importante considerar e destacar no que envolve ao PRORENOVA (BNDES) que são destinados quatro bilhões de reais para a renovação e implantação de novos canaviais. Para algumas das suas principais condições, interessantes, diga-se de passagem, tem-se, sua taxa básica anual de 5,5% o que irá equivaler a módicos 0,45% ao mês (Análise do autor, 2014). De outro modo, uma das menores do mercado e que junto com a atrativa carência de 18 meses para o começo do respectivo pagamento e, pelo menos, 72 meses ou 06 anos para o pagamento ou quitação integral. Essa proposta apresenta, assim, um importante apoio para a consolidação e mesmo expansão da monocultura canavieira em todos os quadrantes do país.

Com essa iniciativa, o Governo pretende, em primeiro momento, ampliar a disponibilização de matéria-prima. A previsão, segundo o próprio Banco⁴¹, é que no biênio 2013/2014, ocorra um incremento de dois a quatro bilhões de litros de etanol (álcool) o que irá representar uma elevação de dez por cento (10%) na comparação com a safra atual. Se está a tratar de mais um definitivo apoio dado pelo Estado brasileiro no sentido de promover e tornar mais competitiva a cana-de-açúcar brasileira. Este dado mostra a importância central e fulgurante do Estado no sentido da promoção deste setor do agronegócio, apoio sem o qual toda esta cadeia produtiva estaria inviabilizada.

Empreendimento investigativo, efetivamente central, é buscar compreender o que é toda essa articulação dos setores públicos e privados da economia em prol do crescimento da atividade canavieira no Brasil. Compreender o que são esses grandiosos desembolsos e financiamentos para uma atividade que, corriqueiramente, se ufana dos excelentes níveis de competitividade e produtividade; o que representam tais iniciativas nos cenários nacional e internacional à partir de um viés minimamente ambiental e, sobretudo; compreender as tendências desse movimento em uma conjuntura marcada por crises ambientais de envergadura planetária. Reporta-se, em seguida e inevitavelmente para o expediente histórico a fim de compreender como se deram as conflagrações sociais e históricas vivamente prevalentes entre todos nós.

É preciso esclarecer que as citações e referências acima dispostas e que envolvem promoções e isenções fiscais, financiamentos, prazos e tempos especiais e planos estatais a seu favor e serviço, definitivamente não são meras ou secundárias informações, são, sobretudo e principalmente, história e mecanismos públicos e estatais que conformam e definem uma espacialização geográfica. Porque o presente é história sendo feita e refeita. É por fim, a compreensão desta pesquisa e uma de suas opções intelectuais.

É a espacialização tempo-espacial que necessariamente carece de operar na mesma sintonia, dinâmica e movimento para enfim, garantir fluidez, concentração e preponderância do funcionamento do próprio sistema do capital que não pode existir sem os recursos da Terra disponibilizados ou não para a sua reprodução.

Para os interesses objetivos desta pesquisa, a historiografia que nos interessa, começa sobremaneira, a partir do ano de 1973, com a chamada crise do petróleo e analisada anteriormente, e suas incidências na economia brasileira. De forma sintética, a que se dizer

⁴¹ Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/energia/20120111_prorenova.html>.

que um dos principais resultados desse processo foi à criação do Programa Nacional do Alcool ou PROALCOOL. Nesse contexto, Sandroni (2009) afirma que o:

Programa criado pelo governo federal em 14 de novembro de 1975, com a finalidade de desenvolver a produção de álcool e sua comercialização como substituto da gasolina. À meta prioritária – substituição de um derivado de petróleo importado e, portanto, diminuição da evasão de divisas – somavam-se alguns objetivos sociais e econômicos: geração de novos empregos no campo; diminuição das disparidades regionais de renda; fortalecimento da indústria automobilística e da indústria de máquinas e equipamentos (construção e montagens de destilarias). (SANDRONI, 2009, p. 685).

Considerando suas metas, importante é refletir sobre as deliberações e previsões deste importante projeto. No que se refere aos empregos, de fato, novos postos de trabalho foram criados para, em seguida, tão somente, desaparecem, sobretudo em função das tecnologias utilizadas e dos novos maquinários. Nesta relação, normas e legislações importantes passaram a vigorar em função, sobretudo, das lastimáveis condições de trabalho a que estavam submetidos a imensa maioria dos trabalhadores. Exemplo desse processo foi o surgimento do Decreto Federal no. 2.661, de 08/07/1998, que estabelece a eliminação gradual da queima da cana-de-açúcar. Circunscritas ao Decreto, se encontram estabelecidas áreas de proibição da queima como faixas ou segmentos de proteção nas proximidades de perímetros urbanos, conjuntos habitacionais, rodovias, ferrovias, aeroportos, reservas florestais e unidades de conservação, entre outras áreas.

Desta forma, as tecnologias além de desempregarem, geram desterritorialização. É da natureza do desenvolvimento tecnológico em ambientes de intensa disputa e competitividade comercial a busca permanente pela redução de seus custos de produção a fim da ampliação ou maximização de mais ganhos e lucros. Dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) mostram, por exemplo, o impacto das tecnologias na geração de emprego no Estado de São Paulo.

Tabela 1 – Estimativas da redução do número de empregados dos setores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool no Estado de São Paulo

	2006/07	2010/11	2015/16	2020/21
Produção cana-de-açúcar (milhos t)	299	370	457	544
Área colheita mecânica	40%	70%	100%	100%
Número empregados (mil empregados)				
Colheita manual	189,6	107,4	0	0
Colheita mecânica	15,5	30,8	59,5	70,8
Indústria	55,3	62,6	68,3	75,3
Total (mil empregados)	260,4	200,8	127,8	146,1

Fonte: UNICA,⁶ 2007.

A análise da UNICA revela que, não considerando funcionários envolvidos com a burocracia e a administração da produção da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, no período que envolve as safras de 2006/2007 e 2020/2021, o número de trabalhadores que atua diretamente com a produção da cana-de-açúcar irá sofrer um decréscimo, uma redução de 260,4 mil trabalhadores para 146,1 mil trabalhadores, ou seja, haverá o desaparecimento de 114 mil postos de trabalho no período analisado.

No item que se refere às disparidades regionais, também previsto nos estatutos de criação do PROÁLCOOL, é preciso considerar que este é, de fato, um problema da própria estrutura econômica brasileira. São extensos os estudos acerca deste fenômeno produzido por articulações públicas e privadas e que inviabiliza as alternativas econômicas elementarmente sustentáveis e equilibradas a partir, sobretudo, de duas perspectivas básicas, a primeira que afirma pontos ou polos de crescimento, no caso brasileiro das regiões sul e sudeste do país. Espaços econômicos especiais e privilegiados e garantidos por meio de arranjos políticos e econômicos que confere condições legais e institucionais para a própria manutenção de seu *status* econômico

São regiões marcadas pela concentração de investimentos e de empresas e que, por seu turno, criam tendências intensas de migração e daí, já se adentra na segunda perspectiva. É que, na medida em que áreas ou regiões sumamente importantes do país ficam subestimadas ou subaproveitadas do ponto de vista de um modelo de desenvolvimento em reais condições de gerar equilíbrios inter-regionais.

Nesse sentido, o cenário, ainda hoje, de abandono ou subaproveitamento do das regiões Norte e Nordeste brasileiro é emblemático, sobretudo, em matéria da subutilização de suas potencialidades naturais e ambientais. Com uma nociva organicidade como esta, a pobreza ou miséria, tão evidentemente conhecida do Norte/Nordeste, se inscreve e se explica exatamente no excesso e na concentração de riquezas do Sul/Sudeste do Brasil.

De maneira sumária, se apresentam dois aspectos centrais e de maior relevância para o tipo dos investimentos brasileiros. O primeiro, que busca descrever o Sul/Sudeste do País, região marcada pelo adensamento de investimentos e que, como sintoma ou expressão maior da própria falência do modelo de desenvolvimento adotado no País, torna a vida nas cidades aí inscritas, tragédias humanas que desconfiguram cotidianamente, os sentidos territoriais, as possibilidades de integração ou unidade espacial e a própria noção ou possibilidade da cidade como exercício da vida coletiva.

O aspecto seguinte é o que busca narrar o tipo de territorialidade produtiva do Norte/Nordeste, região marcada historicamente pelos dramas sociais, ambientais e humanos. O quadro de desterro, marcado pela ausência ancestral de investimentos públicos na infraestrutura produtiva de toda a região e que, por seu turno, cria uma evidente tendência de expressivos deslocamentos populacionais para o sul/sudeste brasileiro.

Nesse cenário, não menos importante é a função da Região Centro-Oeste brasileira e que segue despontando e se afirmando como fundamental fronteira agrícola do País, sobretudo e, principalmente, porque é peça-chave para o desequilíbrio inter-regional, na medida em absorve grandes quantidades de trabalhadores advindos do eixo Norte/Nordeste, detentoras que são, tão somente, de sua força-de-trabalho, são utilizadas ou subutilizadas nas lidas do agronegócio do Centro do País.

Essa configuração do trabalho e de suas formas de ocorrências em cada região indica por si, um movimento de reprodução da própria lógica geradora de desigualdades sociais e econômicas entre as regiões do País, gerando áreas centrais e periféricas do capitalismo nacional. Nessa discussão, Costa (2012) afirma que:

[...] há de se salientar que as estruturas econômicas e o grau de consolidação dos sistemas produtivos regionais são muito desiguais entre as regiões Sul e Sudeste e o restante do Brasil. Desta forma, em que pese a existência de um relativo interregno de desconcentração industrial no país, não houve efetivamente o deslocamento do centro dinâmico e a economia brasileira continua caracterizada por elevada desigualdade e heterogeneidade inter-regional, com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste enquadrando-se como regiões periféricas do capitalismo nacional. (COSTA, 2012, p. 03)

No que toca o fortalecimento do setor automobilístico no País é preciso considerar a opção que o País fez ao adotar o veículo próprio como forma predominante e majoritária de locomoção do cidadão comum, seus impactos e efeitos por sobre a vida nas cidades.

Já é expressiva a quantidade de trabalhos e publicações a narrar a problemática do imenso número de veículos privados ou públicos circulando nas vias do país. Certamente já não surpreende os dados sobre os efeitos do sempre crescente quantitativo de veículos a tomarem conta das cidades. Definindo espaços, comportamentos, políticas públicas e a própria qualidade do crescimento circunscrito aos municípios.

É neste instante que, mais uma vez, se reporta a historiografia da produção energética no Brasil para identificar que, no exato instante de criação do PROALCOOL fora estabelecido a determinação de que a frota nacional de veículos deveria ser movida com o novo combustível advindo da cana-de-açúcar o que se revelou, na sequência, em empresa inviável, sobretudo nas cidades de médio ou grande porte do País.

Não é tema dessa pesquisa e, tampouco se pretende aprofundar esta discussão, contudo é importante considerar para essa modalidade de transporte, aspectos fundamentais como seus impactos ambientais, seus contributos no sentido de desordenar, mais ainda, espaços urbanos e, o que se considera mais grave, a quantidade de acidentes fatais ou não e que esse cenário inevitavelmente, produz.

Recente estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2012) sobre os acidentes nas ruas e estradas do País irá mostrar a dura face da opção pelo modal do transporte individual, privado e urbano. Segundo esse estudo⁴², tem-se:

Ao contrário dos países desenvolvidos, no Brasil, a quantidade de fatalidades em acidentes de trânsito cresceu de 2000 a 2007. De acordo com a base do SUS, houve um aumento de 30% nas mortes nesse período. Entre 1997 e 1999, as mortes em acidentes terrestres estavam caindo, mas voltaram a crescer a partir de 2000, atingindo um pico histórico em 2007, com 66.837 mortes segundo os seguros DPVAT, um número extremamente elevado e alarmante, que coloca o Brasil entre os países com mais mortes no trânsito no mundo. A partir destes dados, pôde-se concluir que, em 2007, houve a média de 183 mortes por dia no trânsito brasileiro (7,6 por hora). (CNM, 2012, p. 08).

Considerando, de maneira geral, a experiência brasileira envolvendo espaços públicos e urbanos e veículos privados, constata-se que este combinado revelou-se um fragoroso fracasso em matéria de espaços sociais de democracia e de inclusão social. Não casualmente, este cenário exige redefinição dos próprios objetivos e sentidos das cidades. Neste sentido, o depoimento⁴³ da arquiteta e urbanista Erminia Maricato sobre os rumos das cidades brasileiras e o papel desempenhado pelos automóveis no processo de desconfiguração dos próprios espaços urbanos é esclarecedor.

Antes dos protestos de junho eu estava deprimida, depois de anos de participação em discussões e na elaboração de programas de governo. Mas a partir de meados de 2012, confesso, voltei a me animar. Muita coisa tem acontecido a partir daí. Cem cidades cancelaram o aumento do transporte público. Jamais imaginei que isso poderia acontecer. Os poderes começaram a discutir soluções mais rápidas e mais baratas. Isso mostra que nem só de megaobras dependem as transformações urbanas. São avanços. Se as cidades cumprissem seus planos diretores, não estariam nessa situação. Três forças agem de forma deletéria sobre as metrópoles: os automóveis, as grandes empreiteiras e o capital imobiliário. (MARICATO, 2014, p. 70).

Sem qualquer tipo de tergiversação, é preciso considerar e reconhecer que os objetivos do PROÁLCOOL não foram, conforme atesta a própria história, atingidos e se o foram, trouxeram inevitavelmente, uma enormidade de efeitos colaterais sobre as cidades e sobre a qualidade de vida nestes espaços que, definitivamente, se faz necessário questionar

⁴² Disponível em: <portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/Transito/EstudoTransito-versaoconcurso.pdf>.

⁴³ Entrevista concedida por Erminia Maricato a Revista Carta Capital, Ano XIX, no. 781, de 06 de janeiro de 2014, p. 70 a 73. Metrôpoles. Um antiplano e a cidade caótica.

sobre as opções e formas de estruturação de um programa de tal monta e envergadura. Sandroni (2009) continua:

Partindo de um investimento total de US\$ 5 milhões, o Proálcool previa a produção de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985 e 14 bilhões em 1987, obtidos principalmente a partir da cana de açúcar. Inicialmente, o álcool foi utilizado em mistura com a gasolina (até 20% de álcool anidro). A partir de 1979, começou a ser vendido em postos de abastecimento como um novo combustível (álcool hidratado), ao mesmo tempo que as fábricas de veículos iniciavam a venda de modelos desenvolvidos para sua utilização. Para fortalecer o programa, o governo federal apresentou algumas vantagens aos proprietários de veículos a álcool: abastecimento aos sábados (o abastecimento de gasolina só podia ser feito de segunda a sexta-feira), preço máximo de 65% do preço da gasolina e redução da Taxa Rodoviária Única. E, para garantir o abastecimento, o governo financiava os projetos de instalação de destilaria a juros subsidiados. (SANDRONI, 2009, p. 685).

O período em tela é curioso para o Brasil. Coadunam aí, pelo menos, dois eventos de ordem política e econômica, efetivamente cruciais e que irão alterar profundamente o cenário e as relações de poder no País.

Além da citada crise energética (1973) que revelou a fragilidade e os níveis de dependência do País no que se refere às suas possibilidades de crescimento econômico, posto que se está a falar da matriz energética do País, insumo essencial para quaisquer tipos de atividade produtiva, explode, a partir da segunda metade dos anos de 1970, uma grandiosa crise econômica e que irá engessar a economia brasileira por cerca de trinta anos.

O segundo evento de monta para a análise em curso é a crise, a bem da verdade, não só econômica, e iniciada, sobretudo, a partir de 1973 que teve início exatamente com o fim do chamado “milagre econômico brasileiro” e que ainda hoje, revela fragilidades e contradições das opções desenvolvimentistas e dependentistas assumidas pelos Governos Militares.

É preciso considerar que essa profunda crise contribuiu sobremaneira para a precipitação do fim do chamado Regime Militar Brasileiro. O “milagre brasileiro” se refere às economias que apresentaram elevados níveis de crescimento econômico entre os anos de 1950 e 1970. Além do Brasil, podem ser incluídos aí, países como a Alemanha, Japão, Coreia e Taiwan.

Nesses termos, é preciso esclarecer um pouco mais sobre os aspectos mais relevantes do fim deste “milagre” e sua relevância para o dia-a-dia das pessoas, das empresas e das cidades. De forma geral, a crise brasileira iniciada, sobretudo, a partir de 1973 e que inviabilizou economicamente toda a década posterior de 1980, é caracterizada, sobretudo, pela incapacidade do Estado de seguir financiando a economia.

Com a ausência do Estado das atividades econômicas, o País irá acumular por anos a fio, dramas sociais e econômicos dos mais distintos. Não por acaso, os economistas denominarão a década de 1980, como sendo a “*década perdida*” porque, em definitivo, não fora percebido qualquer sorte de crescimento econômico, ou, de outro modo, o Produto Interno Bruto, permaneceu inalterado. Citando Furtuoso, Ometto e Silva (1995)

no início dos anos oitenta há uma brusca reversão na trajetória de crescimento seguida pela economia brasileira e esta mergulha na mais grave crise de sua história. O PIB per capita, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados no início da década, de forma que se populariza a ideia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na “*década perdida*”. As raízes dessa crise, que se manifesta inicialmente como uma crise de endividamento externo, mas que rapidamente passa a se traduzir no desajuste interno da economia, estão nas políticas adotadas na década anterior, quando a opção pela manutenção do crescimento econômico após o primeiro choque do petróleo, e, mais do que isso, a busca do salto definitivo no aprofundamento do processo de substituição de importações, levaram o Estado brasileiro a assumir um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento externo. Neste processo, a participação do setor privado na dívida externa se reduz de 67%, no período 1972/73 para 23% no final da década. O segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais verificadas viriam a aprofundar a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos: pelo salto nos juros da dívida; por reorientar os fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das “*commodities*”, itens importantes da nossa pauta de exportação. (FURTUOSO; OMETTO; SILVA, 1995, p. 02).

Considerando que as demandas internas por serviços públicos, emprego e consumo seguiam se avolumando, este cenário irá implicar em uma infinidade de problemáticas sociais e econômicas e que, a bem da verdade, ainda hoje, não chegou a termo.

É preciso observar que, mesmo para os dias atuais, a crise energética surgida como já citado anteriormente, na primeira metade dos anos de 1970 segue sem, de fato, ter sido liquidada. Não por acaso, dentre os seus problemas gerados, surgem guerras, disputas por fronteiras, por mares, bacias e enfim, por continentes inteiros em um inconcluso movimento de geoestratégias que envolve ideologias, lutas políticas fratricidas, intervenções militares e guerras civis. É que definitivamente, a problemática energética precisa ser compreendida com maior amplitude e acuidade ou não será entendida, muito menos decifrada.

Em primeiro se faz necessário registrar que a chamada crise energética é, objetivamente, a crise de um modelo de organização da própria produção que envolve evidentemente, a circulação de bens e serviços, bem como o seu conseqüente consumo. Pensar que a crise energética é fruto direto do esgotamento de fontes ou jazidas naturais é incorrer em uma razão dominante e esquemática.

A crise e que tragicamente não é só crise energética, mas é também e principalmente, crise de gestão, manutenção e reprodução de todo um sistema, se refere aos próprios padrões de organização estabelecidos pelo homem em seu movimento por produzir-se. De outro modo, produzir-se dentro dos marcos da organização capitalista é, objetivamente, produzir crise. A crise, nos marcos do capital, não é evento esporádico ou episódico, mas trata-se de elemento estruturante. É elemento da própria ontologia, constituição e organicidade do sistema do capital.

A crise energética que toma conta do mundo se expressa das mais distintas formas, como por exemplo, por meio do esgotamento ou da utilização degradante e insustentável dos recursos hídricos e naturais, do aumento vertiginoso da capacidade produtiva das empresas, no desarranjo dos espaços urbanos e rurais, da falência global no trato com o lixo ou resíduos ou pela migração forçosa de populações inteiras planeta afora são expressões atuais e notórias que a atual crise assume.

Não diz respeito a, tão somente, produção de energia a partir desta ou daquela matriz energética, mas, sobretudo e, principalmente, tem-se que o fulcro central da crise, dessa crise energética é exatamente a notória incapacidade do modelo econômico e administrativo predominante de gerir ativos energéticos naturais de forma adequada e sustentável, pela incapacidade, igualmente comprometedora de desenvolver formas de produção e consumo equilibradas e sustentáveis para e com as populações e de modo a garantir alocações justas e equilibradas nas dinâmicas de produção advindas do atual sistema.

O entendimento da crise perpassa pelo reconhecimento e identificação de que as formas atuais de produção e consumo são deletérias e que inexoravelmente destroçam Biomas ou ambientes rurais e urbanos e, por conseguinte, a própria biodiversidade da qual a vida humana é parte. Perpassa ainda pela identificação de que são necessárias tecnologias adequadas e em condições de garantir destinação satisfatória para resíduos e efluentes saídos deste processo.

Não é exagero afirmar que a produção canavieira é um ônus, não só econômico, mas e, principalmente ecológico. Evidentemente as formas esquemáticas, neoclássicas ou neoliberais tão presentes nas análises econômicas não conseguem explicar o nó górdio da produção industrial e fabril atual, tampouco da produção canavieira que traz em si, os aspectos fenomênicos da larga produção taylorista e fordista.

Os elementos da crise são fartos e abundantes. O que se percebe são ciclos ou pontos altos de crescimento em contraposição com ciclos longos de recessão e crise. Os próprios dados da União da Indústria da Cana-de-Nacional (UNICA)⁴⁴ atestam esse cenário:

- Desde 2009, **44** usinas fecharam as portas;
- Em 2014, outras **12** sem condições financeiras poderão encerrar atividades;
- Com isto, mais de **30.000** postos de trabalho foram perdidos e milhares estão em riscos;
- A dívida média das empresas do setor **supera o faturamento bruto anual**, e cerca de **20%** da receita está comprometida apenas com o pagamento de juros;
- Empresas de bens de capital voltadas para o setor registram desde 2010 queda de **50%** no faturamento, com perda de mais de **50.000** postos de trabalho;
- As expectativas para as indústrias de base são desanimadoras já que **não há um único pedido de nova usina** em carteira;
- Municípios canavieiros estão enfrentando **queda acentuada de arrecadação**, com forte **deterioração no comércio e serviços e gastos crescentes com saúde pública**;
- Empresas de grande porte que realizaram elevados investimentos no setor sucroenergético nos últimos anos **sinalizam a disposição de deixar o setor**.

Conforme o documento da UNICA as vantagens econômicas do setor canavieiro vem se deteriorando de forma acelerada e tende, caso o Governo não realize formas novas e mais amplas de investimento no setor a ganhar maiores e mais complexas dimensões. No mesmo documento a entidade patronal propõe caminhos para o setor, de novo e mais uma vez, constrói possibilidades, todas elas, e que perpassam, de uma maneira ou de outra, pelo custeamento público.

O documento da UNICA⁴⁵ propõe, objetivando reverter esse cenário, estas que são consideradas as principais iniciativas a fim do reaquecimento do setor:

- Completar o programa de desoneração do PIS/COFINS;
- Estabelecer um programa de saneamento financeiro das usinas, fundamental para, pelo menos 40% das empresas superarem suas dificuldades;
- Manter e ampliar programas de incentivo à inovação tecnológica nas áreas industrial e agrícola e de financiamentos para adoção das novas tecnologias.

⁴⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.unica.com.br/documentos/documentos/sid/19116941/>>. Acesso em 05 fev. 2014.

⁴⁵ Dados disponíveis em: <<http://www.unica.com.br/documentos/documentos/sid/19116941/>> Acesso em 05 jan. 2014.

Estas são algumas, entre as muitas outras proposições da entidade para o segmento da cana. Em geral, dizem respeito a alternativas que passam de uma forma ou de outra, pelo financiamento e pelo aval do Estado. Deixe-se claro, contudo, que não são meras intervenções que, comumente, o Estado brasileiro realiza para garantir estímulos às atividades econômicas do país. É preciso considerar que o agronegócio canavieiro em parceria com o setor financeiro se afirma como o segmento mais desregulamentado das aporias do controle público.

São setores ou segmentos econômicos contemporâneos sumamente privilegiados com financiamentos, isenções ou operações de inversão de valores a partir de diferentes formatos e que lhes garante possibilidades não encontradas ou verificadas em nenhum outro setor da economia nacional. É como se as chamadas leis de mercado com seus rigores e determinantes se apresentassem de maneira menos impactante neste setor. O que, de fato, é o que acontece na medida em que o agronegócio da cana-de-açúcar é tão especialmente protegido e resguardado pelo Estado brasileiro sob a alegação de ser parte de uma estratégica matriz energética da qual o país não pode prescindir.

É preciso analisar ainda, os atuais níveis de produtividade do cultivo canavieiro no Brasil e que são elementos definidores para a própria dinâmica de expansão do setor. Efetivamente estes níveis de produtividade acontecem, sobretudo e, principalmente por meio da incorporação ou agregação de novas áreas para o cultivo de cana e muito menos pelas tecnologias utilizadas, pelas formas de organização ou pela qualidade da cana plantada. Conforme os estudos de Correa (2013) a produção canavieira, mesmo com os atuais aparatos tecnológicos mantem-se, coerente com o seu passado de ser, enfim, uma cultura eminentemente itinerante e que é caracterizada, segundo Correa (2013), pela abundância de terras a qual leva ao esgotamento dos solos e das correlações naturais aí postas até quando forem finitos.

Esta é a tese de Correa (2013) e que afirma:

Atualmente, apesar dos avanços tecnológicos que a agricultura brasileira alcançou, os quais permitiram a intensificação da produção e a redução de abertura de extensas áreas de floresta, a realidade que tem se observado com a expansão da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária bovina no Centro-Oeste é outra. A ocupação de novas áreas tem contribuído muito mais para o crescimento das produções agrícolas se comparada aos ganhos de rendimento na nova fronteira agrícola brasileira. Ou seja, é pela expansão para novas áreas; e, atualmente, pela substituição de culturas ou pela ocupação de pastos degradados, que se assenta o crescimento das produções analisadas nesta Tese. Perpetua-se, assim, o padrão itinerante da produção agropecuária que caracteriza esse setor brasileiro desde o início de sua formação econômica. (CORREIA, 2013, p. 18).

É exatamente este fenômeno que se apresenta no Município de Itumbiara em alargado processo de incorporação de novas áreas, razão pela qual as propriedades familiares rurais foram absorvidas pelo amplo e totalizante movimento expansivo da cana-de-açúcar e convertidas em áreas de cultivo canavieiro.

Para a empreitada da compreensão da relação ônus/bônus da produção canavieira ou ainda e em conformidade com as nomenclaturas de alguns analistas, sua relação custo/benefício pode ser explicada, tomando como exemplo e ponto de partida os estudos e as reflexões do ainda desconhecido economista Nicholas Georgescu-Roegen⁴⁶ que em sofisticada arquitetura intelectual dialoga de forma bastante profícua com as leis da Física, sobretudo, com as assim denominadas Leis da Termodinâmica⁴⁷ para, em seguida, estabelecer com a Economia e Geografia um original processo analítico que garante desvendamentos importantes a esse respeito.

A contribuição de Roegen às intenções dessa pesquisa perpassa pela assim chamada Segunda Lei da Termodinâmica ou Lei da Entropia e que garantiu elementos teóricos sólidos e sobremaneira coerentes para a gênese daquilo que irá ser chamado posteriormente como sendo Bioeconomia. A Termodinâmica é a parte da Física que trata da relação do calor e suas alterações ante a determinadas condições.

A sua Primeira Lei afirma, em linhas gerais, que a energia é parte do universo e está presente em tudo o que existe, sendo, portanto, indestrutível. Trata-se do princípio de conservação da matéria-energia. A Segunda Lei ou Lei da Entropia discorre sobre as alterações sofridas pela energia, sobretudo pela energia calorífica quando conduzida de determinado ambiente para outro. Ou seja, o transporte ou movimento da energia implica na sua inexorável perda ou dispersão. Sinteticamente, o movimento da energia gera assimetria no que envolve a própria energia.

⁴⁶ Economista e matemático romeno cujos trabalhos resultaram no conceito de decrescimento econômico. É considerado o pai da Bioeconomia ou economia ecológica. Graduado em Estatística pela Universidade de Paris exerceu cargos importantes em seu país. Em 1946 se transfere para os Estados Unidos onde já havia estudado com Joseph Schumpeter que o direcionou para os estudos de Economia. Sua obra principal é *The Entropy Law and the Economic Process* (1971).

⁴⁷ A termodinâmica foi desenvolvida a partir de uma dissertação sobre o rendimento das máquinas térmicas, escrita pelo engenheiro francês, Nicolas Sadi Carnot (1824). Primeiramente, ela trouxe a lume, entre outras coisas, o fato de que o homem só pode utilizar uma forma particular de energia. Então, a energia se divide em energia utilizável ou livre, que pode ser transformada em trabalho, e energia não utilizável ou ligada, que não pode ser assim transformada. Está claro que a divisão da energia segundo esse critério é uma distinção antropomórfica sem igual na ciência. Essa distinção está estreitamente ligada a outro conceito especificamente termodinâmico, o de entropia. Trata-se de um conceito tão complexo, que um especialista chegou a dizer que ele “não é facilmente compreendido nem mesmo pelos próprios físicos”. Entretanto, para o nosso propósito imediato, podemos satisfazer-nos com a simples definição da entropia como um índice da quantidade de energia não utilizável contida num dado sistema termodinâmico num determinado momento da sua evolução.

Esta é, inclusive, a explicação para as perdas de rendimentos no funcionamento dos motores de veículos automotores. De outra maneira, o calor, que é energia e que é gerado pela queima do combustível fóssil, ao ser convertido em energia mecânica e que irá pôr o veículo, conseqüentemente, em movimento ao percorrer todo esse percurso e que vai da sua queima, passando pelos pistons do motor e por todo o sistema de transmissão de força do veículo sofrerá inevitavelmente perdas consideráveis em tal curso. A Lei da Entropia demonstra que a conversão dessa energia calorífica em energia mecânica a movimentar um automóvel sofre perdas consideráveis.

O grande contributo analítico de Roegen é conseguir, de forma coerente e precisa estender essa premissa para a Ciência Econômica ao refutar aquilo que classifica como sendo economia mecanicista, qual seja, aquela que desconsidera aspectos fundamentais que se referem a Ciência Geográfica, ao Meio Ambiente e a Ecologia.

Diz Roegen (2012):

Há um evento bem curioso na história do pensamento econômico: anos depois de o dogma mecanicista ter perdido a supremacia em física e a preponderância no mundo filosófico, os fundadores da escola neoclássica começaram a erigir uma ciência econômica com base no modelo da mecânica para fazer dela, segundo o dizer de Jevons, a “a mecânica da utilidade e do interesse individual” (Jevons, 1924, p. 21). E, embora a ciência econômica tenha progredido muito desde então, nada do que se produziu fez desviar o pensamento econômico da epistemologia mecanicista, que já era a dos ancestrais, da ciência econômica ortodoxa. Prova disso – e ela é flagrante – é a representação, nos manuais atuais, do processo econômico por um diagrama circular que encerra o movimento de vai e vem entre a produção e o consumo num sistema totalmente fechado [...] A situação não é diferente nos instrumentos analíticos que adornam a literatura econômica ortodoxa; eles também reduzem o processo econômico a um modelo mecânico que basta a si mesmo. Entretanto, o fato evidente de que há, entre o processo econômico e o meio ambiente material, uma contínua interação geradora de história não tem peso algum para a economia ortodoxa. O mesmo ocorre para os economistas marxistas que juram, não passa de um dom gratuito [...] Quanto ao famoso diagrama da reprodução introduzido por Marx, ele também representa o processo econômico como um conjunto absolutamente circular e que se basta a si mesmo [...] (ROEGEN, 2012, p. 55).

O principal das reflexões de Roegen reside no aspecto central de pôr em xeque abordagens simplistas de determinadas concepções que tentam fazer crer que o processo produtivo é de fato, integralmente, descrito em projetos ou planilhas e que envolve produção/circulação/consumo.

Roegen prossegue (2012):

Todavia, autores anteriores haviam indicado outra direção, como é o caso de Sir William Petty, quando enfatizava que o trabalho é o pai e a natureza é a mãe de toda riqueza (Hull, 1899, t. II, p. 377). Toda a história da humanidade prova, incontestavelmente, que a natureza também tem um papel importante no processo econômico e na formação do valor econômico. A meu ver, já está na hora de aceitar esse fato e de considerar as suas conseqüências para a história econômica da humanidade. Porque, como tentarei mostrar a seguir, algumas dessas conseqüências

adquirem uma importância excepcional para a compreensão da natureza e da evolução da economia humana (ROEGEN, 2012, p. 56).

As contribuições teóricas de Roegen não são exotismos, adendos de pouca ou nenhuma percepção. O que se infere das análises deste pensador é que o dispêndio de energia, de toda sorte de energia, para a feitura dos cultivares de cana-açúcar são sumamente onerosos. O empreendimento canavieiro não se restringe a tão somente a implantação de lavouras de cana em um quinhão de Cerrado. O que se apresenta é uma indizível dinâmica que envolve migração, destruição de importantes áreas de Cerrado, utilização desmesurada de recursos naturais, expressivos impactos ambientais e, sobretudo, impactos sobre cidades e regiões inteiras, tem-se enfim, um elevado custo e que, nem de longe, surge na planilha dos planejadores ou administradores das usinas e campos de cana. A Lei da Entropia, típica lei da Física é amplamente confirmada no caso do cultivo canavieiro.

Roegen (2012) conclui:

Os economistas gostam de dizer que não se pode ter nada de graça. A Lei da Entropia nos ensina que a regra da vida biológica e no caso do homem, de usa continuação econômica, é muito mais severa. Em termos de entropia, o custo de todo empreendimento biológico ou econômico é sempre maior do que o produto. Em termos de entropia tais atividades se traduzem necessariamente por um déficit. (ROEGEN, 2012, p. 62).

Cumprir ainda citar, nos particulares planetários da crise energética que seus efeitos e que assolaram a vida nacional, foi de tão grande envergadura que é preciso considerar que em 1987, sob a gestão do Presidente José Sarney, o País decreta moratória⁴⁸ – impossibilidade de honrar com compromissos internacionais nos prazos contratualmente estabelecidos. Sandroni (2009) prossegue:

Em 1982, o Governo Federal voltou à carga, com nova campanha tentando fortalecer o Proálcool seriamente ameaçado por uma série de medidas e contramedidas e por uma imagem extremamente negativa. Fixou então o teto de preço do álcool em 59% do preço da gasolina (durante dois anos); reduziu o preço dos carros à álcool (em relação aos modelos); e a Caixa Econômica Federal começou a financiar a longo prazo e juros menores carros para motoristas de táxi (isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados , o que reduz o preço do veículo em mais de 40%). As fábricas, paralelamente, tinham desenvolvido projetos mais confiáveis, tanto do ponto de vista mecânico como da eficiência. (SANDRONI, 2009, p. 685).

⁴⁸ No direito comercial, termo que designa a prorrogação do prazo concedido pelo credor a seu devedor para o pagamento de uma dívida. Há um acordo entre ambas as partes, distinguindo-se da concordata pelo seu caráter não judicial. No caso das relações econômicas internacionais, a moratória é uma declaração unilateral do devedor declarando que não pagará uma dívida nos prazos e demais condições estipulados no contrato. Trata-se de medida extrema que em geral, bloqueia o declarante em relação às fontes de crédito internacional. Ou melhor, os fluxos financeiros internacionais se reduzem drasticamente em relação ao país que declara a moratória.

Se por um lado, os investimentos, sobretudo estatais, aconteciam de forma célere para o alavancamento do setor, é preciso considerar a economia do País no período supracitado. A quadra temporal analisada é marcada, fundamentalmente, pelo baixo crescimento, por altas inflacionárias, ampla e efetiva incapacidade do poder público de realizar os investimentos necessários para as crescentes demandas, sobretudo, sociais, dentre outros problemas.

Outro fator de suma importância para a compreensão da multiplicidade de fenômenos que envolvem o cultivo canavieiro é seu papel no processo de afirmação ou afirmação das clássicas estruturas fundiárias que sempre determinaram o trágico campo brasileiro. Em outro sentido, a atividade econômica da cana-de-açúcar em seu estatuto de elemento ou possibilidade de reprodução do capital se realiza com as dimensões que a caracterizam em todo o país, tão somente se amparado ou fundado a partir do tripé investimento estatal/latifúndio/trabalho sobrevalorizado.

Nessa relação, ou os elementos desta tríade de sustentação da cana-de-açúcar acontecem de forma sincrônica, harmônica e em um crescente de aprofundamento ou a cana-de-açúcar não ganha o *status* econômico e que, ainda hoje é vivamente presente.

A presença articulada, politicamente sedimentada e socialmente legitimada do agronegócio da cana-de-açúcar no cenário econômico do campo brasileiro só se realiza em definitivo, neste arcabouço de elementos que se conjugam, se traduzem e dão forma para o amplo e dinâmico cultivo da cana-de-açúcar e em escala empresarial.

Importante considerar que a categoria de análise “empresarial” aqui empregada deve ser revelada, sem os assombros ideológicos que a envolve. Definitivamente, no caso em tela, não se relaciona, como comumente se costuma conceber e perceber, a uma categoria teórica que se vincula ao moderno, ao eficaz e eficiente e afeita com tecnologias, inovações ou formas novas de organização produtiva e que, dessa forma, confere tempos mínimos envolvendo melhor organização e melhores insumos ou produtos o que gera, por conseguinte, competitividade e, em seguida, divisas e possibilidades de mercado.

Em caráter terminativo, não se trata disso. O que se defende envolve a atividade empresarial em perspectiva histórica e concretamente realizada no transcurso histórico brasileiro. De outra maneira, é a atividade empresarial que objetivamente se realiza fora das abordagens e interpretações clássicas das formas específicas do capitalismo central e que, por exemplo, acontece em economias centrais como a dos Estados Unidos, do Japão ou de determinados países Europeus.

Nestas relações, elementos explicativos e interpretativos clássicos como “liberdade de mercado”, “inovação”, “empreendedorismo”, “assalariamento” dentre outros que irão caracterizar o discurso do pensamento liberal, tão somente, inexistem ou existem em menor incidência ou existência em nossas atividades produtivas.

Esta atividade empresarial ao qual se refere é aquela que acontece na relação dependente do Estado, parasitariamente dependente do setor público, carente de apoios e aportes estatais e que envolve financiamentos dos mais diversos, isenções ou anistias fiscais e, sobretudo, flexibilização nas relações contratuais de trabalho.

Assim, o conceito de empresa, na detecção histórica que se pretende é a forma ou o processo de maior eficiência no que respeita a utilização dos expedientes governamentais em prol de sua autopromoção. O empreendedorismo em causa é a incursão nas finanças públicas e na diversidade de possibilidades daí advindas. É empresa não na relação com o mercado, o que, pelo instituto da concorrência, exige permanentemente dos agentes econômicos, inovação, reestruturação e formas sempre atuais e eficientes no trato com a produção e o consumo, mas, que fique claro, que o caráter desta empresa em questão se processa na relação com o Estado, na prospecção ou captação *ad aeternum* de benefícios públicos e que lhe permitam o crescimento econômico.

A empresa é empresa não a partir das desafiantes têmperas de um mercado desregulamentado e integrado ou sub-integrado com as economias do mundo, o que impõe inexoravelmente, desafios evidentemente centrais para a dependente empresa nacional – desafios organizacionais, técnicos e tecnológicos, envolvendo recursos humanos de alta qualificação ou estratégias do novo e agressivo *marketing* – mas o conceito de empresa no Brasil perpassa objetivamente pelo viés e mediação essencial do Estado.

É do conceito da Empresa Nacional, portanto de suas práticas gerenciais e administrativas, existir às expensas diretas ou indiretas do Estado. Neste sentido, ela, a empresa nacional, não mira, primariamente, o mercado e seu turbilhão de exigências que, conforme se atesta no tempo presente, se agiganta, mas sim, no Estado e em suas possibilidades de atuação em prol da empresa brasileira. Sandroni (2009) conclui:

O Proálcool apresenta também outra face: apenas grandes projetos foram aprovados e financiados, formando grandes latifúndios que expulsaram os pequenos proprietários, ocuparam terras antes destinadas à produção de alimentos e, pela intensa mecanização da lavoura da cana-de-açúcar, não ampliaram a oferta de empregos no campo. Em consequência, houve concentração de renda na mão de poucos; a cana-de-açúcar foi favorecida em relação a outras culturas potencialmente produtoras de álcool (mandioca, por exemplo), trazendo consigo a poluição, o vinhoto, resíduos da destilação; e a expansão dessa lavoura encareceu os produtos alimentícios, empurrados para locais mais distantes dos centros consumidores e para terras menos férteis. Finalmente, o Proálcool foi desenvolvido supondo-se um

encarecimento constante do petróleo. A queda nos preços na década de 1980 acabou tornando o Proálcool mais caro que o derivado que iria substituir: a preços de 1981, a gasolina custava US\$ 35,00 o barril, enquanto o álcool custaria cerca de US\$ 80,00/90,00 por barril equivalente. (SANDRONI, 2009, p. 686).

É, pois, esse cenário que irá marcar substancialmente a atividade canieira em todo o País. Aspecto sumamente marcante de todo esse processo é o baixo padrão tecnológico desenvolvido pelo país na produção deste cultivar. Efetivamente, este traço marca fundo todos os processos de produção da atividade da cana, resultando, portanto, na baixa competitividade do produto tanto no mercado nacional quanto no internacional posto que insumos, técnicas, maquinários e formas de rastreamento ou monitoramento são, em geral, realizados com tecnologias externas de que o complexo da cana é efetivamente dependente.

E no sentido de compreender dinâmicas e tempos que marcam a atividade produtiva da cana-de-açúcar no Brasil, da criação do Proálcool até ao tempo presente, tem que os investimentos da cana-de-açúcar evoluíram na seguinte forma e perspectiva⁴⁹:

●**1ª Fase: 1975 a 1987** – Proálcool. Período marcado pela rápida expansão da produção de álcool e redução da produção do açúcar, induzida por esse Programa;

●**2ª Fase: 1988 a 2000** – Período de crise do setor com desregulamentação incorrendo em estagnação, com oscilações para o etanol e ligeiro crescimento para o açúcar, com tímido crescimento da produção de ambos os itens no período;

●**3ª Fase: 2000 a 2011** – Transição e implantação do Plano Nacional de Agroenergia⁵⁰ (PNAE 2006 – 2011). Nova expansão rápida. Os dois produtos crescem, superando a produção anterior em que, desde 2004, o etanol apresenta crescimento maior que o açúcar em área plantada.

Dessa forma, há que se observar que os ciclos ou instantes do cultivo da cana-de-açúcar não obedecem a uma linearidade orgânica. Os investimentos, públicos ou privadas no agronegócio da cana-de-açúcar estão condicionados ao tempo econômico, ao momento por que passa a economia brasileira e é esta a variável que irá incidir diretamente sobre esta atividade.

⁴⁹ Organização explicativa proposta pela Profª. Dra. Selma Simões de Castro (UFG/IESA)

⁵⁰ O Plano Nacional de Agroenergia visa organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia para garantir sustentabilidade e competitividade às cadeias de agroenergia. Estabelece arranjos institucionais para estruturar a pesquisa, o consórcio de agroenergia e a criação da Unidade Embrapa Agroenergia. Indica ações de governo no mercado internacional de biocombustíveis e em outras esferas. Para maiores informações, conferir em: <www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/agroenergia_miolo.pdf>.

Em sua primeira fase (1975-1978), momento de implantação do Programa, verifica-se as características iniciais do Programa, tendo-se em vista a necessidade do País de reduzir sua dependência de combustíveis fósseis. A crise de 1973 demonstrará as fragilidades que envolvem o setor energético brasileiro, elemento fundamental e determinante para o próprio sentido de soberania e que se propugnava com tanta veemência no período em causa.

A segunda fase (1988-2000) revela um período de intensa crise, sobretudo, em função da descontinuidade governamental envolvendo o Programa. Esse período é ainda marcado pela segunda crise do petróleo (1979) e que será combinado com o fim de ciclos militares em função das crises econômicas e que esses governos, também, representaram.

Na sequência o que se viu foi à assunção de governos assumidamente neoliberais no País e que reduziram sua presença em todos os setores estratégicos do País. Setores como, por exemplo, o da produção de energia. Expressão de maior impacto e visibilidade desse momento foram à sequência dos chamados “apagões” do setor elétrico e que ocorreram de maneira intermitente entre os anos de 1996 e 1999.

A terceira fase (2000-2011) implica, de forma lenta e incipiente, a retomada do Programa, contudo, sem maiores ajustes, sobretudo, do ponto de vista da preservação e manutenção dos ativos ambientais tão claramente comprometidos com a ampliação dos investimentos no setor canavieiro. Este período coincide com uma nova inserção do País no comércio internacional, sobretudo, na relação com a República Popular da China, o principal parceiro econômico do Brasil para a aquisição das *commodities* nacionais.

Para os aspectos determinantes do cultivo da cana e que irão determinar os caracteres que marcam as atuais culturas da cana-de-açúcar é, sobremaneira, importante, considerar o contexto nacional e que envolve o cultivo canavieiro para compreender os tipos relacionais estabelecidos com a cana-de-açúcar em Goiás e, por conseguinte, no município de Itumbiara.

Nessa tessitura que envolve o global e o local, mediado pelas dinâmicas afeitas com a cana-de-açúcar a que se considerar a *commodity* produzida em Itumbiara em seu muito forçoso apelo de atividade econômica, mas e, principalmente, é preciso reafirmar esse fenômeno como objeto pleno da Geografia, posto que é portador de lógica própria e intrínseca a alterar a paisagem, redefinir relações e correlações territoriais, potencializar cenários e ativar deslocamentos populacionais inteiros a partir do constructo de novas locações e possibilidades para o trabalho, sem, no entanto, alterar ou elevar a qualidade da composição societária dos migrantes sazonais do trabalho em seus locais de origem.

Em outro paralelo, a *commodity* canavieira é, finalmente, uma pletera de forças e influências geográficas que se arranjam em um permanente de construções e desconstruções espaciais e que se afirma pela capacidade de dar formas para arranjos territoriais, políticos, culturais e econômicos específicos. Nesse sentido, torna-se cotidiano a abarcar em sua lógica produtiva ou reprodutiva o próprio cotidiano da vida comum.

Sem esse expediente central, a cana-de-açúcar não se realizaria, tampouco seus efeitos seriam eficazmente diluídos nas percepções da gente do povo diretamente impactada com o gigantismo dinâmico e abarcador que é o complexo sucroenergético. Na mesma medida em que minimiza, reduz ou desconstrói estruturas, conformações e fluxos econômicos da forma, sentido e coerência para outras.

De forma panorâmica, a *commodity* refunda a cidade a partir da sua organicidade assentada em uma burocracia de tipo próprio. Deste modo, a que considerar que o alcance, simbólico, inclusive da cana de açúcar, se deu, sobretudo e, principalmente, pela eficácia de sua administração e burocracia na gestão de suas variáveis fundamentais. Não se pretende adentrar em uma discussão de caráter weberiano acerca de uma teoria da burocracia. Contudo, desconsiderar as formas de organização do complexo sucroenergético e sua eficácia institucional na busca dos seus fins é descuidar de um aspecto fundamental: a própria organicidade da moenda moderna. Considerando a discussão, Tragtenberg (2007) diz:

O que significa burocracia para Weber? A burocracia para ele é um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vista a fins. A ação racional burocrática é a coerência da relação entre meios e fins visados. Assim, para Weber a burocracia implica domínio do formalismo, de existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical do trabalho e impessoalidade no recrutamento dos quadros. Assim, a administração burocrática para Weber apresenta como notas dominantes a especialização, o fato de constituir-se em profissão e não em honraria; a separação do administrador dos meios de administração, a fidelidade impessoal ao cargo, a remuneração em dinheiro. A nomeação do burocrata é sempre feita por autoridade superior a ele, e sua atividade constitui carreira que finda com sua aposentadoria do serviço. (TRAGTENBERG, 2007, p.171).

Em outra terminologia, a forma burocrática, portanto, organizacional e que sendo rigidamente hierarquizada e disciplinar impõe dinâmicas fundadas no expansionismo e na incorporação de áreas outras para a sua lógica produtiva. Tragtenberg (2007) prossegue:

Na medida em que no capitalismo a unidade de produção dominante for a indústria gerida burocraticamente, a burocracia se torna fator social dominante. Weber aponta, paralelamente à burocracia, os serviços funcionais com continuidade; cada funcionário tem autoridade necessária ao desempenho de suas funções: enquanto os cargos superiores na estrutura têm direito à supervisão, os inferiores têm direito à apelação. Há separação estrita entre os fundos oficiais que pertencem ao Estado e os fundos particulares do burocrata. Nos seus estudos a respeito da burocracia patrimonial, pré-capitalista, Weber nota que o funcionário e o monarca podem ou não cuidar de assuntos oficiais; a delimitação entre a área privada e pública é tênue, o recrutamento do pessoal de supervisão obedece a padrões de lealdade pessoal. Os

cargos administrativos são parte integrante da comunidade doméstica do rei e constituem propriedades próprias. Os assuntos oficiais são resolvidos predominantemente pela comunicação oral do que pela escrita. (TRAGTENBERG, 2007, p. 172)

E, desta forma, tem-se que se está a tratar da produção de caráter fabril e em série e que envolve a cana de açúcar. Em outros termos, é a produção industrial da cana de açúcar com todos os caracteres que marcam a indústria moderna e contemporânea. Assim, tem que a tipologia organizacional da produção canavieira é, por assim, dizer, aspecto central para a compreensão do atual *status* econômico deste empreendimento. Concluindo, Tragtenberg (2007) afirma que:

Após definir sua tipologia de burocracia racional, mostra seu papel nivelador no plano formal: o burocrata que obedece à autoridade com base na lei, e o povo são formalmente iguais. Mostra o condicionamento técnico da ação burocrática, especialmente o desenvolvimento dos meios de comunicação modernos que favorecem à concentração dos meios de administração nas mãos da burocracia empresarial, atingindo a pesquisa científica especializada. O desenvolvimento da burocracia para Weber, no caso alemão, significou a impossibilidade de formar uma elite política à altura do país. Uma nação sem formação política fora dominada por uma burocracia tecnicamente capaz, porém politicamente inepta [...] Num Estado Moderno, ela é inevitável e a crescente intervenção do Estado na economia favorece seu desenvolvimento, acompanhando a ampliação do sistema capitalista de produção. (TRAGTENBERG, 2007, p.172).

Em tal conformidade, são lançadas possibilidades explicativas para o avanço da produção da cana-de-açúcar em Itumbiara, mesmo em períodos de crise ou decréscimo econômico para o país e, por conseguinte, para todo o Estado de Goiás. Este é, pois, o caminho teórico para demonstrar o expressivo crescimento do setor no município de Itumbiara por mais de dez anos consecutivos. Como explicar que, mesmo em períodos de crise, ou de muito baixo investimento público, sobretudo e, principalmente, no setor, este siga avançando territorialmente e garantindo presença ativa em toda a vida da municipalidade?

É nesse sentido que se afirma uma combinação muito própria de variáveis e que devem se arranjar e articular para que o cultivo canavieiro se realize com a potência que se apresenta nos tempos presentes em Itumbiara. Paralelamente a este processo, é preciso considerar elementos essenciais como a elevada qualidade organizativa do setor, erigida de forma bem estruturada, com uma divisão social do trabalho bem definida; metas e diretrizes bem elaboradas; baixa remuneração destinada ao trabalho; fragilidade das legislações ambientais que, sobretudo, não garante condições para o trabalhador do campo permanecer na terra e no fundamental acesso aos bens naturais, condição *sine qua non* para a própria razão de ser do campesinato.

De fato é preciso considerar um algo mais sobre os trabalhadores rurais em questão para que as análises posteriores possam de fato, se apresentar devidamente

articuladas. O categórico polissêmico camponês possui várias concepções e acepções, de maneira que, de fato, é importante delimitar suas possibilidades interpretativas para os fins desta pesquisa.

O termo aqui entendido também como campesinato é aquele que se refere ao conjunto daqueles indivíduos que operam na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra ou a sua disponibilização. Bottomore (2012) afirma:

Termo que geralmente designa o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra. Embora ele seja frequentemente aplicado a todos os produtores diretos que trabalham a terra, é importante definir esse termo mais precisamente e distinguir entre camponeses e outros trabalhadores agrícolas não assalariados. Há pequenos agricultores ou fazendeiros que são proprietários ou arrendatários da terra e podem, dentro de limites, dispor dela, de seus produtos e do próprio trabalho da maneira que julgarem mais conveniente. Por outro lado, os servos, que constituem uma das classes fundamentais do modo de produção feudal na Europa, são trabalhadores presos diretamente por relações coercitivas não econômicas. À proporção que as relações sociais de produção pré-capitalistas se foram desintegrando, os servos que continuaram na terra transformaram-se em um campesinato cujo acesso à terra passou a se fazer igualmente por meios extraeconômicos, através de uma relação de dependência com um grande proprietário de terras. (BOTTOMORE, 2012, p. 61).

De forma sintética, o campesinato, a partir da concepção aqui utilizada é caracterizado, sobretudo, pela relação de produção direta na terra e, concomitante a esse processo é possuidor dos meios de produção, das ferramentas e, eventualmente, da própria terra. Bottomore (2012) prossegue:

Em países como a Índia ou a China, porém, constituiu-se um campesinato cujas origens prendem-se a outros modos de produção que não o modo de produção feudal. Uma característica que define o campesinato é ter de pagar uma renda ou tributo para manter sua posse da terra; essa renda pode tomar a forma de pagamento em trabalho (o camponês deve trabalhar por períodos definidos nos campos do proprietário), de um pagamento em espécie ou de um tributo monetário. As relações sociais específicas que determinam o acesso do camponês à terra e a sua inserção na vida econômica e social da sociedade dependem das características específicas de cada formação social e da luta de classes dentro dessa formação social. O papel dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo tem sido motivo de um contínuo e intenso debate entre marxistas e não marxistas. Na literatura marxista, esse debate tem como centro a questão de se os camponeses são os camponeses são uma classe social dentro do modo de produção capitalista, constituem um modo de produção distinto e peculiar, ou representam uma classe de transição que corresponde a vestígios de um modo de produção pré-capitalista mas que, ao mesmo tempo, é caracterizada por certos aspectos do modo de produção capitalista. (BOTTOMORE, 2012, p. 61).

De fato, a nomenclatura “camponês”, “campesinato”, “roceiro”, “interiorano”, “caipira”, “capiau” ou outra que o valha, não assume um caráter central nas intenções desta pesquisa posto que estas terminologias referem-se, grosso modo, a um mesmo fenômeno social e histórico que diz respeito a este indivíduo produtor e que possui papel e funções bem definidas no processo de produção capitalista.

O que se reporta é ao fazer histórico desse homem ou mulher e que conseguiu se afirmar antropológicamente por meio das suas formas específicas de produção, de seu fazer cultural diário e das suas evidentes distinções éticas e estéticas que consegue estabelecer com um mundo hegemônico pela modernidade do capital. Bottomore (2012) sentencia:

Particularmente na Rússia pré-revolucionária, a questão agrária ou camponesa teve grande repercussão por sua importância política. Os narodniks e populistas russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção à parte, antagônico ao capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar. Está implícito no argumento dos populistas que tal organização representa um modo de produção estável, que encerra contradições a partir das quais se estabelece uma diferenciação interna entre os camponeses que, por sua vez, levasse à desintegração do modo de produção (Chayanov, 1966). Os partidários dessa interpretação tenderam a romantizar a vida do camponês e sustentavam que não havia uma tendência a que o capitalismo se desenvolvesse internamente às comunidades camponesas ou as desarticulasse nelas penetrando de fora. Os populistas que propuseram essa concepção lutaram para preservar essa concepção lutaram para preservar o isolamento do campesinato contra as tentativas de unir as lutas dos camponeses às lutas revolucionárias do proletariado russo. Lenin (1897) respondeu a essa argumentação rejeitando categoricamente a ideia de que a produção camponesa representava um tipo especial de economia. Afirmou, pelo contrário, que a economia camponesa é uma economia de transição que reúne vestígios do modo de produção feudal a aspectos do modo de produção capitalista em expansão. (BOTTOMORE, 2012, p.62).

Mesmo que esse debate não chegue a termo é ainda importante considerar a valorosa e rica nomenclatura cunhada por Mendonça (2004) ao adotar o termo *povos cerradeiros* (camponeses e trabalhadores da terra). Termo alargado e que se refere aos trabalhadores do chão do Cerrado. Nesta categoria se enquadram povos originários como índios, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas etc.

Pois bem, desta feita a que se considerar que o atual cenário político e econômico estabelecido a partir da produção canavieira em larga escala impõe uma configuração de clara desvantagem política e organizacional no que respeita às reivindicações e apelos desta gente de, tão somente, viver na própria terra, a partir de sua própria forma de organização com modos e opções específicas de ser e existir.

Expressão desse movimento desencadeado pelo capital sucroenergético é, diga-se ligeiro, uma espécie de diáspora interna surgida, em primeiro lugar, pela falta de um claro e efetivo projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro e que, tristemente se junta, em seguida, às compulsões expansionistas dos grandes investimentos, como, por exemplo, o cultivo empresarial da cana-de-açúcar.

Por exemplo, elementos importantes para compreender acerca da migração são as possibilidades de desdobramentos teóricos a envolver a migração interna e acontecida no

município de Itumbiara. Os dados mostram a tendência criada pelos cultivares do agronegócio ao longo do tempo.

Tabela 1 - POPULAÇÃO – ITUMBIARA/GOIÁS

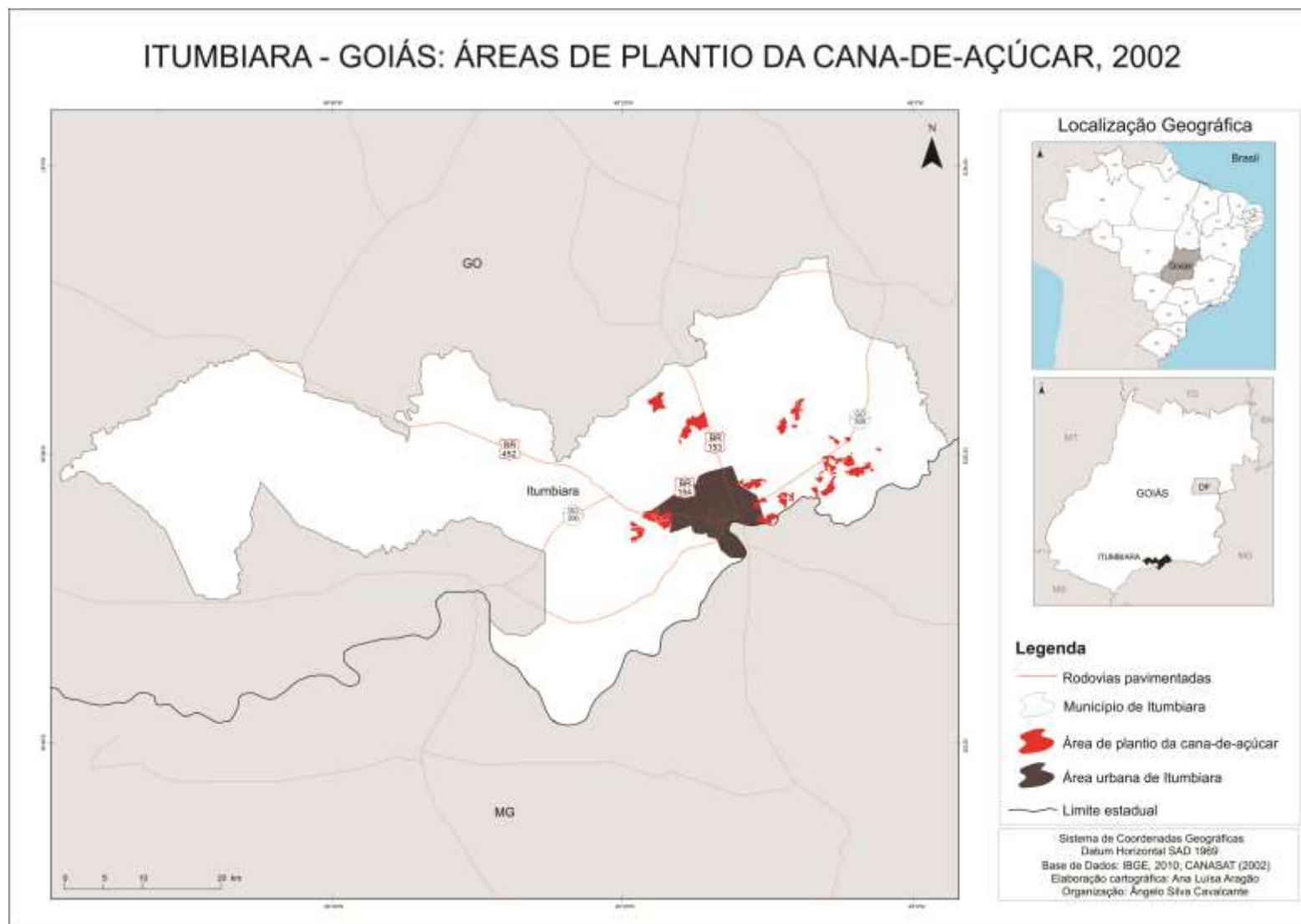
	População	(%)	Urbana	(%)	Rural	(%)
1950	24.068	100	4.499	18,7	19.569	81,3
1960	48.979	100	12.575	25,7	36.404	74,3
1970	64.272	100	34.011	52,9	30.361	47,2
1980	78.111	100	62.060	79,4	16.051	20,5
1991	79.533	100	72.335	90,9	7.198	9,05
2000	78.669	100	73.641	93,7	4.498	5,71
2008	83.541	100	79.411	95,0	4.130	4,94

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2012). Org.: Cavalcante, Ângelo.

Neste sentido, a que se considerar o próprio esvaziamento demográfico do rural do município de Itumbiara. Esvaziamento que obedece também a uma dinâmica econômica própria. Dinâmica que se realiza, sobretudo, tendo em vista as possibilidades de remuneração dos investimentos implantados no território dado. Esse aspecto é efetivamente central, para o próprio nível de organização do capitalismo no campo brasileiro.

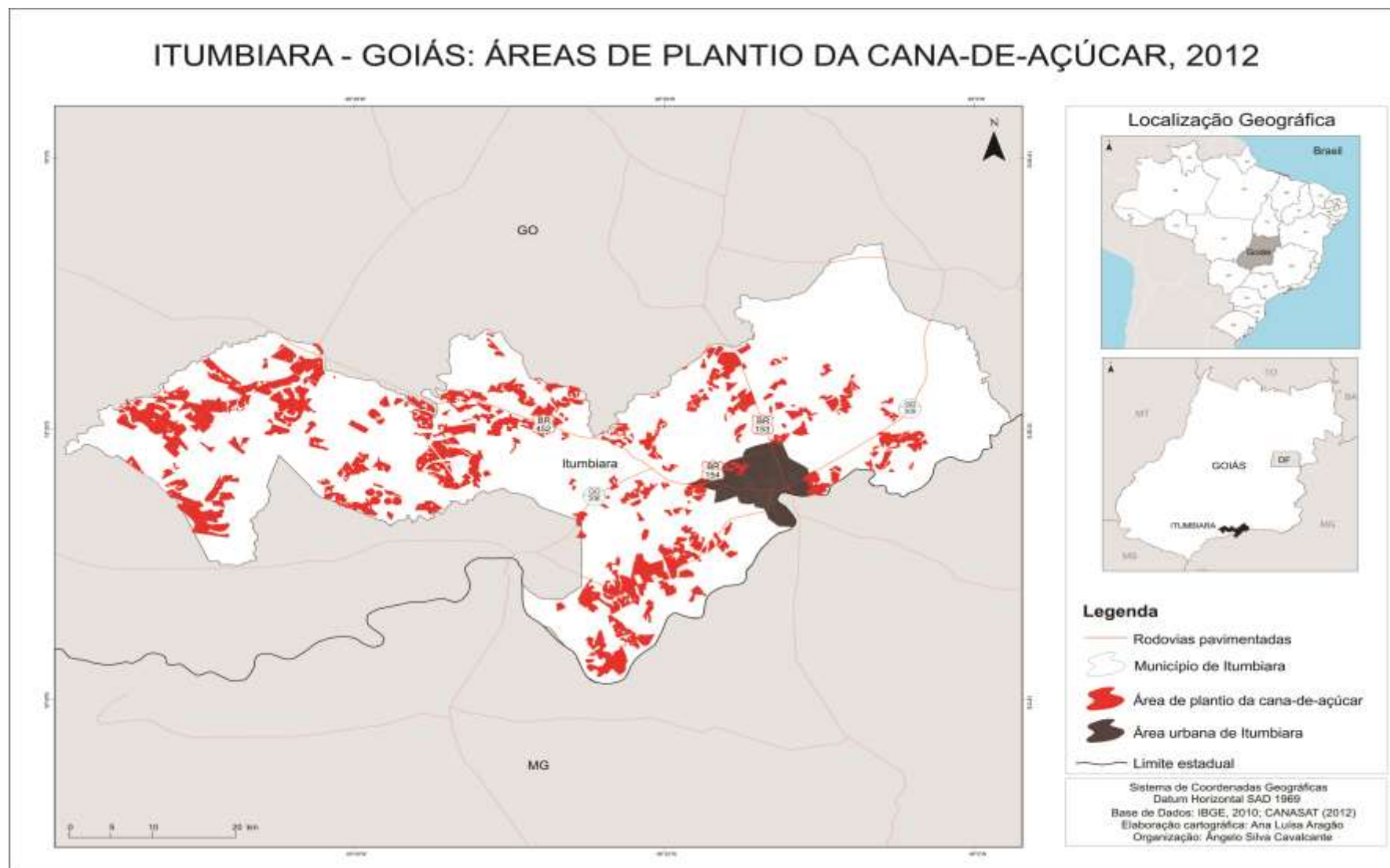
As **figuras 6 e 7** procuram explicar esse movimento de ascensão desta cultura no interregno de dez anos, compreendo os anos de 2002 e 2010. De outro modo, sua importância, influência e abrangência são, por demais importantes, para compreendermos, principalmente, as atuais problemáticas urbanas e que marcam fundo a paisagem urbana de Itumbiara.

Figura 6 – Áreas de plantio de cana-de-açúcar em Itumbiara (GO) - 2002



Fonte: IBGE (2010). **Org.:** Cavalcante, A. S (2014). **Desenho:** Aragão, A. L. (2014).

Figura 7 – Áreas de plantio de cana-de-açúcar em Itumbiara (GO) - 2012



Fonte: IBGE (2010). **Org.:** Cavalcante, A. S (2014). **Desenho:** Aragão, A. L. (2014).

É visível e evidente o crescimento das áreas plantadas no Município. Para rápida demonstração do vigor do cultivo canavieiro, os estudos de Teixeira e Couto (2013) irão revelar que, para o ano de 2000, que a área plantada não ultrapassava 5.977ha, o que representou 418.390 toneladas de cana-de-açúcar, e que para 2008, as áreas destinadas ao plantio já chegavam em 15.130ha, e que representou para o período o importante produto de 1.212.800 toneladas de cana-de-açúcar.

Outra consideração importante é o próprio movimento de expansão da cana-de-açúcar em Itumbiara. Conforme se demonstra nas figuras acima demonstradas, as primeiras lavouras surgem nas proximidades imediatas da área urbana da Cidade, com destaque para a proximidade com o Rio Paranaíba e principais vias de acesso do Município como BR-153 e Avenida Modesto de Carvalho para, em seguida, seguir um curioso movimento de ocupação da parte Oeste do território do Município.

Não por acaso, esta entrada para o Oeste do Município opera em plena e evidente coerência com o próprio movimento que a cana de açúcar realiza em Goiás, ou seja, ocupando novas áreas e que seguem para a parte Oeste do Estado, conforme Figura 8.

Figura 8 - Infográfico da área plantada com cana-de-açúcar em Goiás nos anos de 2006 e 2010



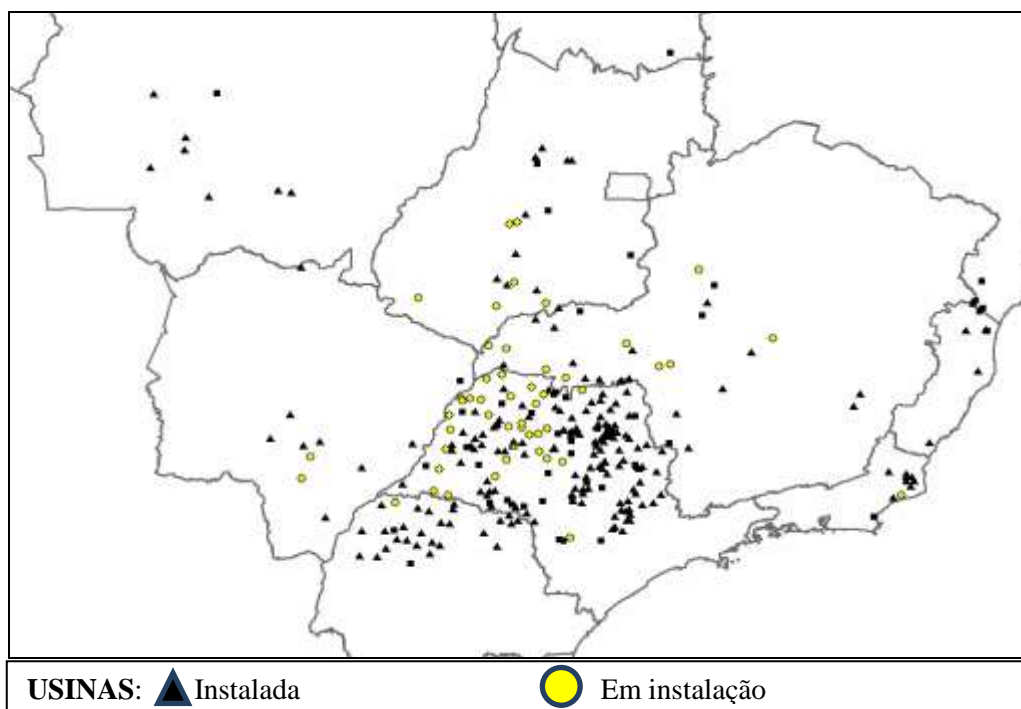
Fonte: IBGE (2013). **Org.:** Coutinho, H. (2013). Assessoria: Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física (LABOGEF/IESA/UFG).

É preciso considerar que a produção nacional de cana-de-açúcar influencia de forma determinante a produção em Goiás, da mesma forma que a produção de cana-de-açúcar em Goiás influencia diretamente os ritmos e cadências da produção de cana-de-açúcar de todo o Sul Goiano e, portanto, de Itumbiara. Essa sincronia da expansão canavieira por sobre os territórios envolvendo a produção não se justifica, tão somente, pelos quantitativos de apoios e incentivos fiscais e financeiros disponibilizados pelo Estado Brasileiro para esta atividade.

Efetivamente esta unidade dialoga com as próprias formas de organização do próprio setor em questão. Sintomaticamente, as burocracias e tipologias organizacionais em questão interagem e operam de maneira unitária e profundamente coerente. Expressão da própria maturidade empresarial e administrativa do setor.

Neste sentido, importante é perceber a própria dinâmica de ocupação e direção, sentido Oeste, ditada pelas usinas de processamento da cana-de-açúcar. As expansivas da cana, tal qual um imenso arco, avançam, sobremaneira sobre os Estados do Centro-Oeste como que em evidente desponte em direção a macrorregião assim denominada Amazônia Legal. Estes aspectos podem ser percebidos a partir da Figura 9.

Figura 9 – Dinâmica de ocupação das usinas de processamento de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil - 2007



Fonte: IBGE/MAPAS, 2007. **Org.:** Laboratório de Geomorfologia, Pedologia e Geografia Física (LABOGEF/IESA/UFG, 2013).

É preciso inferir, neste aspecto, que o Oeste ou o Centro-Sul Brasileiro ainda é a principal fronteira de exploração do agronegócio brasileiro. São mais de quarenta anos de “entrada para o oeste” e que, conforme os estudos demonstram, não chegou a termo. Deste movimento de ampliação do setor, mesmo em períodos de intensa crise, é possível deduzir que esta dinâmica só é possível com o protagonismo central do Estado brasileiro tanto no que respeita aos financiamentos disponibilizados quanto a discricionariedade no que tange ao cumprimento de leis ambientais básicas e que pregam a produção em um movimento de conciliação com os Biomas específicos a cada ambiente.

A exploração do Cerrado e de demais biomas brasileiros aí envolvidos adentra em nova fase e momento. Desconsiderar esse instante de grandes alterações no próprio processo de ocupação e utilização das áreas de Cerrado é desconsiderar de aspectos centrais para análises mais retas e profundas acerca da sucroenergia e que aqui é produzida.

Fotografia 73 - “Avenida” de canaviais, Itumbiara, Goiás. Sentido Buriti Alegre, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 74 - Lavoura de meia colheita, Itumbiara, Goiás, com “socas” de cana: utilizadas na produção de bioenergia. Sentido Buriti Alegre. (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 75 - Estrada margeando canaviais, Itumbiara, Goiás. Sentido Buriti Alegre, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 76 - Plantio de cana-de-açúcar, Itumbiara, Goiás. Sentido Buriti Alegre, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Nas pesquisas realizadas constatou-se um elemento novo e elucidativo da monocultura canavieira. O aspecto curioso desses estudos refere-se às outras culturas e que, diferentemente, do que fora muito difundido de que haviam, definitivamente desaparecido pela ação da expansão canavieira, de fato, não desapareceram.

Culturas como a do milho, algodão, soja ou eucalipto seguem sendo praticadas em Itumbiara e em municípios próximos a Itumbiara, contudo, em espaços menores ou muito reduzidos e em áreas de maior proximidade com áreas urbanas ou mesmo no perímetro urbano dos municípios canavieiros.

Efetivamente foi uma forma que as outras culturas, necessárias não só para fins comerciais, encontraram para existirem em meio ao gigantismo canavieiro e que se apossou de todo o Sul Goiano, com presença privilegiada no polígono territorial que envolve Itumbiara.

Fotografia 77 - Plantação de milho, Cachoeira Dourada, Goiás, área urbana, (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 78 - Plantação de milho, entrada de Cachoeira Dourada (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 79 - Plantação de milho com meação de bananas. Cachoeira Dourada. Goiás, 2014.



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 80 - Plantação de girassol. Cachoeira Dourada (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 81 - Plantação de eucalipto. Itumbiara, Goiás (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (29 mar. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Aspecto central nestas observâncias é a relação confusa, predatória e intensamente competitiva que a atividade estabelece com os chamados negócios imobiliários. O que se verifica é uma forma de coexistência baseado em intercessões territoriais entre esses negócios

mediados, é claro, pelo uso da terra que, tal qual se percebe, é o elemento fundamental para a própria geração e reprodução das rendas.

O que se percebeu foram negócios dos mais diversos matizes a envolver, por exemplo, chácaras, condomínios residenciais, pequenas criações e negócios outros envolvendo o entretenimento como hotéis-fazenda ou clubes esportivos. Todos esses negócios em meio a grandes extensões canavieiras.

Fotografia 82 - Negócios imobiliários, Itumbiara, Goiás, em meio às lavouras de cana (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 83 - Negócios imobiliários, Itumbiara, Goiás, em meio às lavouras de cana (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 84 – Condomínio, em Itumbiara, Goiás, às margens do lago criado pela Usina Hidrelétrica de Furnas (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante. A.

Fotografia 85 - Negócio de entretenimento, Itumbiara, Goiás, em meio ao canavial (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Fotografia 86 - Construção em condomínio, Itumbiara, Goiás, às margens do lago surgido em função da UH de Itumbiara (2014).



Fonte: Pesquisa de campo (14 abr. 2014). **Autor:** Cavalcante, A.

Estas são características, traços e dimensões que marcam a pluriatividade canavieira em Itumbiara. Conformada por um articulado de ações antrópicas e que na utilização dos bens naturais dão forma, latitude e envergadura para a principal atividade econômica, política e cultural de Itumbiara e Região.

Nessa conformidade o complexo sucroenergético é também, a composição de diversos outros negócios ou atividades, nem sempre justas, idôneas ou equilibradas, e que se fiam em um movimento totalizante e que dão formas para os territórios da cana de maneira a ocupa-los com a atividade central da cana ou com os fazeres marginais, e nem por isso, menos importantes, de outros labores.

Em uma leitura semiótica os símbolos do agronegócio canavieiro estão presentes, vivos e ativos na cidade e nas suas sociabilidades. Anunciam as complexidades do campo na mesma medida e forma que, também, cultivam a cidade e sua lógica societária. Cultivam pelos ares de modernidade e que envolvem as camionetes e a maquinaria, as formas de comunicação entre as muitas gentes aí envolvidas, mas cultivam também e, sobretudo, pela bem cerzida arquitetura político-cultural e social que desta produção emanam.

Tal qual o campo, a cidade também é cultivada, lavrada e feita em colheitas. É da colheita do urbano, a morosidade das leis ambientais e que não acontecem a contento; a precarização do trabalho que se avoluma em meio a diversos níveis e padrões de tecnologia; a nova organicidade dos espaços urbanos convertidos em espaços aviltados e agressivamente suburbanos; a inatividade das entidades de representação dos trabalhadores rurais que não se erguem ante ao apequenamento do trabalho agrícola e familiar e; principalmente, é desta colheita, as rentabilidades do setor e que são expandidas com recursos, financiamentos e suportes orçamentários públicos e não republicanos.

5 CONSIDERAÇÕES

As possibilidades de conhecimento envolvem processos epistemológicos evidente e coerentemente concebidos. Esses expedientes, sujeitos a observâncias e alterações parciais ou integrais, não são totalidades teóricas em si, não são dispositivos intelectuais ensimesmados, fechados ou estanques ou se acham livres de ajustes, acertos e mediações outras.

Essa constatação, sumamente científica, se dá porque são muitas as nuances, variáveis e mediações a, permanentemente trespassar, transversalizar e alterar, sob todos os aspectos, os objetos da atenção e da observância científica. Em outros termos, o real é o dinâmico, é tudo aquilo que muda, que altera, e que se altera. Que modifica o que está posto e o que está ou não está no campo das percepções humanas.

De outra forma, estas percepções não são abstrações. Se apresentam na história humana, são frutos de um tempo dado, de um tempo humano úmido de contradições e inteirezas e dialogam, se efetivam e se aprimoram com os próprios níveis de realização humana, ou seja, homens livres e plenos possuem percepções mais alargadas, aguçadas e precisas. Seus sentidos operam em estreita e estrita relação com o real, com o mundo do real, com o mundo das dinamicidades.

As sensibilidades humanas, fundamentais para a própria identificação e transformação do mundo são feitas e refeitas na marcha humana rumo a sua realização plena como atividade sumamente humana. Porque percepção e história operam na mesma rítmica, intensidade, sincronia, sintonia e tempo. Fazer história é produzir percepções e percepções são, por sua vez, bússolas pessoais a conduzir o homem em sua inconclusa caminhada pelo tempo, daí por fazer seu próprio tempo, que é o tempo da sua realização.

Por não poder atuar da forma que lhe aprouver, por reconhecer que cada período histórico traz suas próprias instituições, estas mesmas que tem como função precípua, o controle, sobretudo, o controle social, é que as percepções humanas são tão fundamentais. Porque, efetivamente, é preciso caminhar, seguir adiante, avançar em meio aos labirintos que o próprio tempo nos traz.

As percepções são de tal forma, centrais, que sem elas, não poderíamos atuar rumo ao constructo de uma nova historicidade. Não poderíamos operar na identificação primeira dos específicos do tempo repleto de obstáculos e limites e que impedem a própria realização e construção do homem novo.

E é nesse particular de crença e envolvimento com a temática estudada que, talvez contaminado com crenças humanísticas profundas e que, em um sempre, tomam conta deste pesquisador, que se considera e mesmo, se apela pelo aperfeiçoamento do humano em sua totalidade porque suas percepções são, definitivamente, centrais. E é dessa clarividência que se empenha pela transformação dos conceitos para que as percepções sejam substancialmente alteradas em seu movimento por identificar o real e suas composições.

Neste sentido e no compromisso de operar no conceito e nas percepções daí advindas é que esta pesquisa, efetivamente se realiza. Porque, de outro modo, se faz necessário rememorar o utilitarismo como corrente filosófica do século XVII, cujos principais representantes, os filósofos Jeremy Bentham (1748-1832) e John Start Mill (1806-1873) preconizavam que uma ação está legitimada pelo alcance do seu bem-estar social, ou seja, quanto maior o benefício, tanto melhor a decisão ou ação.

Esta concepção utilitarista, em outros termos explica pelo menos parte os conceitos que regem o próprio setor sucroenergético e sua importância. De outro modo, o discurso e as lógicas e dinâmicas envolvendo geração de postos de trabalho e que, já provado, decrescem em curtos espaços de tempo; impostos, divisas e possibilidades de crescimento econômico para a cidade, para o Estado e mesmo para o País é de tal ordem forte, intenso e envolvente que, não raro, variáveis importantes deixam de entrar no escopo das análises e reflexões.

Variáveis como a infinidade de impactos ambientais e que envolvem todos os ativos ambientais do bioma em causa; os efeitos dessa política energética sobre as áreas urbanas e rurais; os deslocamentos populacionais que reafirmam as mesmas estruturas de classe e que, historicamente, marcam o País; a tendência local às atividades especulativas envolvendo o solo urbano e rural; os impactos dos veículos privados sobre a cidade e sua já atestada inviabilidade no cotidiano urbano, bem como a ampla dinâmica de conformação da cidade aos interesses do cultivo e processamento da cana-de-açúcar sobre o seu ainda necessário e atual ideal de vida comum, comunitária e coletiva dentre outros.

É nesse horizonte conceitual que o setor sucroenergético em Itumbiara (GO) deve ser compreendido. Como uma possibilidade que não se realiza, como perspectiva econômica que potencializa e reafirma a concentração de renda, velho dilema e contradição da economia brasileira e que dá vigor para a pior das divisões espaciais do trabalho que é aquela que emascula o mundo do trabalho de suas organizações sociais e políticas, que, em nome da intermitência da atividade produtiva, possui a potência de impingir novo significado para os

territórios e, neste movimento, arrefece as ações e atividades praxiológicas em favor de territórios de democracia e cidadania.

O setor sucroenergético em Itumbiara secciona o urbano do seu necessário e imprescindível rural na medida em que altera dinâmicas do urbano em favor do oligopólio que é este setor e na relação em que o rural é compulsoriamente refundado, redefinido sobre novas bases e formas de realização. O rural advindo da cana empresarial é assimétrica e agressivamente distinto do mundo rural, social e de proximidades das famílias deste Cerrado.

Este atual rural perde sua autonomia ante o urbano e é admitido e intensamente submetido a partir do urbano como se fora uma linha de produção, o que de fato, tornou-se. Seus tecnocratas se arvoram e se utilizam fartamente de abstrações como produtividade, expansão ou modernização para balizar esta lavoura moderna e que é o oligopólio canavieiro no mesmo compasso em que culturas e práticas tradicionais são aviltadas pelo tecnologismo tardio e que forma o novo rural brasileiro.

Nesse sentido, tem-se que é o vivido em Itumbiara nos aspectos que se relacionam com o trabalho, com suas formas de remuneração e tendo-se em vista as próprias condições de vida dos trabalhadores locais que complementam as análises desta pesquisa porque o homem é compreendido no território e, fundamentalmente, nas relações de produção a qual está submetido. Este processo se explica, em primeiro, na tradição histórica que revela que o trabalho é submetido para níveis que beiram o evidentemente precário e, em seguida, pela dinâmica que, sobretudo o agronegócio da cana de açúcar é capaz de impor no sentido de, sobretudo, atualizar essas mesmas contradições para o hodierno.

Em meio a ampla cadeia produtiva e que envolve a cana-de-açúcar, o território, no caso, o território da municipalidade é afirmado como fator de produção subestimado e superestimado. Este cenário é possível, em primeiro momento, pelo combinado entre o público e o privado e que garante suporte e manutenção para a referida atividade e, em seguida, o fator de relevância essencial para esta nova dinâmica são os elementos discursivos e ideológicos que se assentam em apelos modernizantes, na criação de postos de trabalho e no consequente movimento de vinculação da província com técnicas e tecnológicas e que marcam o contemporâneo.

Em um paralelo, a cana-de-açúcar promete um tempo distinto, diferente e muito mais promissor e possível para as gentes do interior. Promete, sobretudo, a substituição do “tempo lento”, como nos lembra Lefebvre, pelo “tempo veloz” e que só a técnica possibilita. Dessa forma, o denso sentimento de solidão e desterro, tão comuns e presentes nos profundos goianos, em suas múltiplas práticas cotidianas, se dissipa, se perde e dá lugar, por assim dizer,

a uma nova sensação e que será apropriada pelo povo do rincão, da gleba, do minifúndio e da periferia, quem sabe, que se assemelhe a um algo ativo e inovador e que a faça se sentir pertencente, viva e deliciosamente pertencente, a este nosso tempo de *bites*, novidades e excitações.

Não é a cana-de-açúcar, mas são as sensações, as impressões e os desejos artificiais daí advindos. São as possibilidades de consumo saídas dos soldos dos labores com a lavoura mecanizada, informatizada e rastreada via satélite, é preciso considerar, contudo, ainda fatigante e impenitente no relacional com o trabalho humano.

Impossível não considerar que a cana-de-açúcar se fez forte e largamente presente no Cerrado brasileiro ou naquilo que lhe restou porque o Estado brasileiro jamais foi capaz de pensar e dar vida a um projeto de efetivo desenvolvimento para as localidades, jamais acreditou nas pequenas práticas ou propriedades rurais como possibilidades de estabilização social, política, econômica e cultural e que, portanto, devem ser, necessariamente, compreendidas e potencializadas por meio, principalmente, de pequenos projetos, geridos pelas famílias, eficientes, rentáveis, integradas, permeados de tecnologias democrática e pedagogicamente difundidas entre todos os produtores, e também aqueles que pretendem produzir.

A proposta e o caminho inevitável destas análises é identificar que não são todos os eventos ou empreendimentos empresariais que cabem em um bioma frágil, complexo, intrincado e centralmente estratégico para a própria geopolítica de gestão e administrativa do país. Em linhas gerais, para o Cerrado cabem pequenos investimentos.

Para localidades pequenas, remotas e tradicionais o empreendimento gigante e que arrebatava o horizonte do homem do campo lhe chega como uma novidade de consequências imprevisíveis porque, de fato, está fora do seu controle, da sua compreensão e de suas percepções. Porque não é do seu cotidiano, aliás, o gigantismo canavieiro, objeto desta discussão, encerra o cotidiano do homem do interior da mesma forma em que lhe recria outros, porque, tão somente, lhe rouba o interior, lhe toma o seu interior e sua subjetividade, compelindo-o a ser moderno, urbano e consumidor das possibilidades saídas da modernidade do campo, objetiva e simbolicamente expressa na grande atividade do agronegócio da cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER; Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. ampl. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território Goiano**: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Ed. UFG, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação, Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- _____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BATISTA, Fabiana. BNDES eleva a R\$ 6,9 bi desembolso a usinas. **Valor econômico**, 08 Jan. 2014. Disponível em: <www.novacana.com/n/industria/investimento/bndes-eleva-desembolso-usinas-080113/>. Acesso em: 12/01/2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução: Fernando Tomaz, 16^a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- CAVALCANTE, Ângelo. **Pensares panorâmicos sobre a economia solidária e o mundo do trabalho**. Ângelo Cavalcante; Idelvone Mendes Ferreira. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia, MG. Uberlândia, MG, 15 a 19 de outubro de 2012. ISSN 1983-487-X.
- CAVALCANTE, Ângelo. **Considerações sobre Economia Solidária e Desenvolvimento**. III Simpósio do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETEM). Movimentos Sociais, Meio Ambiente e Diversidade do Trabalho. Universidade Federal de Goiás, campus Catalão (UFG/CAC). Catalão (GO), 12, 13, 14 de novembro de 2012. ISSN: 2236-5060.
- CORREA, Vivian Helena Capacle. O desenvolvimento e a expansão recente da produção agropecuária no centro-oeste/Vivian Helena Capacle Correa – Campinas, SP: 2013.

Orientador: Walter Belik. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. Estudos Técnicos CNM: Mapeamento das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil. Brasília: CNM, 2010. 23p. Disponível em: <portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/Transito/EstudoTransito-versaõconcurso.pdf> Acesso em: 13/01/2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, Um conceito-chave da geografia. (in) Geografia: Conceitos e Temas/Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 11ª. Edição – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. Concentração e desconcentração industrial no Brasil. **COFECON**. 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-e-desconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 12/01/2014.

COSTA, Rogério Haesbaert da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

TEIXEIRA, Renato Araújo; COUTO, Maria Socorro Duarte da Silva. Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais da expansão da cana de açúcar na bacia do rio Meia Ponte, Goiás. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 128-143, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/teri/article/download/27336/15479>>. Acesso em: 13/01/2014.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. ampl.. São Paulo: Atlas, 1995.

ESTEVAM, L. A. Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004. p. 25-47.

GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira, 1979.

GALBRAITH, John Kenneth. **A grande crise**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1992.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos – O breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Teorias da Globalização**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- INCENTIVOS para o setor sucroenergético. Tribuna do planalto, Goiânia, 19 Ago. 2012, Comunidades. Disponível em: <tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15011:incentivos-para-o-setorsucroenergetico&catid=64:comunidades&Itemid=6> Acesso em: 13/01/2014.
- JAGUARIBE, Hélio. **Um estudo crítico da história**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001, v. 2.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- MARICATO, Erminia. Um antiplano e a cidade caótica. Revista Carta Capital. Ano XIX, n. 781, 06 Jan. 2014, p. 70 a 73. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/tv/sociedade/entrevista-com-ermiia-marciato>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- MARTINS, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade Anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Tera, 1997.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 02 (50), abr/jun., 1993.
- NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.16 (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).
- OMETTO, Ana Maria Holland; FURTUOSO, Maria Cristina, Ortiz; SILVA, Marina Vieira da. Economia Brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. Departamento de Economia Doméstica da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/24142/26107>>. Acesso em: 13/01/2014.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo. Boitempo, 2001.

SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o Socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2006. (Coleção Maurício Tragtenberg).

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Revisão de tradução de César Benjamin e Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny G. Zeferino. Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 29., Ecuador **Anais...** Guayaquil: Universidad Católica Santiago de Guayaquil. 2009.